



JOANA SOFIA BARROS DO CASAL BOM

**AS IDEIAS SOBRE O COOPERATIVISMO NO SÉCULO XIX
UMA INTRODUÇÃO À CRÍTICA MARXISTA**

**Campinas
2013**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

JOANA SOFIA BARROS DO CASAL BOM

**AS IDEIAS SOBRE O COOPERATIVISMO NO SÉCULO XIX
UMA INTRODUÇÃO À CRÍTICA MARXISTA**

Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA JOANA
SOFIA BARROS DO CASAL BOM E ORIENTADA PELO
PROF. DR. GERALDO DI GIOVANNI.**

Orientador

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Maria Teodora Buoro Albertini - CRB 8/2142

B639i Bom, Joana, 1986-
As ideias sobre o cooperativismo no século XIX : uma introdução à crítica marxista / Joana Sofia Barros do Casal Bom. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Geraldo Di Giovanni.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Cooperativismo. 2. Modo de produção. 3. Propriedade privada. 4. Estado. 5. Classe social. I. Di Giovanni, Geraldo, 1943-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The ideas about cooperativism in 19th century : an introduction to the marxist critique

Palavras-chave em inglês:

Cooperativism
Mode of production
Private property
State
Social class

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Geraldo Di Giovanni [Orientador]
Henrique Tahan Novaes
Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior

Data de defesa: 03-07-2013

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JOANA SOFIA BARROS DO CASAL BOM

AS IDEIAS SOBRE O COOPERATIVISMO NO SÉCULO XIX UMA INTRODUÇÃO À CRÍTICA MARXISTA

Defendida em 03/07/2013

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. GERALDO DI GIOVANNI
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. HENRIQUE TAHAN NOVAES
UNESP / Marília

*Para o amante, amigo e camarada,
Yan Caramel Zehuri*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar o Salvador, meu avô, pois, embora já não possa ler o meu trabalho, foi dele, certamente, que recebi as primeiras influências que aqui se revelam. Comunista, preso político durante a ditadura de Salazar e ainda militante ativo da Revolução de Abril, deixou para nós uma biblioteca interessante da qual já tive a oportunidade de herdar alguns tomos.

Gostaria de agradecer aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar e que, embora possam, por vezes, não ter concordado, sempre me apoiaram nos meus planos mais ousados. Agradeço aos avós Bons e à avó Augusta que, embora longe, estão sempre no meu pensamento. Agradeço à Mila, pelo seu apoio incondicional que extrapola o título familiar; e ao Quim, o verdadeiro economista da família, por todas as trocas de ideias. Agradeço ao meu querido irmão pelo apoio, palavras amigas e ajudas de última hora.

Agradeço ao Vítinho, amigo de Coimbra, Tropicalense, que se preocupou e aceitou ajudar no último momento, de forma incansável. Agradeço a todos os meus amigos, que, ao longo da minha vida, tanta influência exerceram na minha formação. De Alverca a Coimbra, do *Simple* à *Boa-Bay-Ela* e ao GEFAC. Quanto aos meus amigos brasileiros, agradeço-lhes por terem, de certo modo, sido a minha família durante o período em que aqui tenho estado. Para a minha grande amiga Ana Elisa Ferreira Moro, um grande bem-haja pelas nossas tertúlias! E gostaria também de destacar os amigos de sangue quente e bem vermelho com quem tive a oportunidade de participar em acesos momentos de luta. Em particular, à amiga Stephanie Fenselau, que, por lutar com a sua garra por nossos direitos de ir e vir, foi detida na terceira manifestação pela redução da passagem de ônibus, no passado dia 11 de junho na cidade de São Paulo. Num mundo em que lutar por nossos direitos é visto por nossos governos “democráticos” como “formação de quadrilha”, pessoas que se insurjam são imprescindíveis.

Agradeço também à Valéria, ao Marcus, à Marina, Yasmin, Aleh, Flora e Joaquina por me aceitarem e me acolherem no seu seio. Ao longo da minha estadia os exemplos de apoio têm sido inúmeros.

Agradeço ao Yan, companheiro de todas as horas, pelos debates acirrados onde brotavam sempre questionamentos relevantíssimos. Agradeço-lhe por seu amor, carinho e compreensão, sendo que a sua paciência superou todas as provas. Agradeço-lhe por ter enfrentado todos esses desafios comigo, e tantos que ainda há a enfrentar.

Agradeço à minha grande amiga e companheira canina, Nina, que tanto me ajudou a acalmar os meus medos mais diversos.

Agradeço ao Instituto de Economia, onde encontrei espaço para me superar.

Agradeço a todos os docentes que tive o prazer de conhecer, em particular ao meu orientador, Geraldo Di Giovanni, que desde o início se interessou pela minha pesquisa. Agradeço, em particular, ao professor Henrique Novaes pelo imenso apoio e disponibilidade amiga ao longo de todo o processo. Agradeço também a prontidão em ajudar da Sra. Fátima, da Secretaria, desde a altura em que eu ainda estava em Portugal.

Agradeço formalmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante dois anos.

EU VI ESTE POVO A LUTAR

Letra e música: José Mário Branco

Eu vi este povo a lutar
Para a sua exploração acabar
Sete rios de multidão
Que levavam História na mão

Sobre as águas calmas
Um vulcão de fogo
Toda a terra treme
Nas vozes deste povo

Mesmo no silêncio
Sabemos cantar
Povo por extenso
É unidade popular

Somos sete rios
Rios de certeza
Vamos lá cantando
No fragor da correnteza

Eu vi este povo a lutar
Para a sua exploração acabar
Sete rios de multidão
Que levavam História na mão

A fruta está podre
Já não se remenda
Só bem cozidinha
No lume da contenda

Nós queremos trabalho
E casa decente
E carne do talho
E pão para toda a gente

Ai, meus ricos filhos
Tantos nove meses
Saem do meu ventre
Para a pança dos burgueses

Eu vi este povo a lutar
Para a sua exploração acabar
Sete rios de multidão
Que levavam História na mão

Alça meu menino
Vê se te arrebitas
Que este peixe podre
Só é bom para os parasitas

Só a nosso mando
É que há liberdade
Vamos lá lutando
P'ra mudar a sociedade

Bandeira vermelha
Bem alevantada
Ai minha senhora
Que linda desfilada

Eu vi este povo a lutar
Para a sua exploração acabar
Sete rios de multidão
Que levavam História na mão

RESUMO

O presente trabalho visa estabelecer uma distinção clara entre as diferentes visões do cooperativismo, partindo de uma percepção de que cada visão varia consoante as ideologias em que se se enquadra. O intuito é demonstrar que, dentro de uma interpretação mais geral da realidade social, são atribuídas ao cooperativismo funções diferenciadas consoante o propósito ideológico. Isto é, entender como o cooperativismo é encarado como um meio para diferentes fins. Para isso, se remonta às suas origens, o século XIX, onde se desenrola lado a lado com a nova era industrial. Nesse contexto, se destacam as ideias que na altura se desenvolveram em torno do cooperativismo entre o debate teórico das ideologias que se formularam ao longo do século – socialismo utópico, marxismo, anarquismo e social-democracia. Foram selecionados autores de referência entre as doutrinas emergentes, onde se encontram perspectivas diferenciadas quanto ao cooperativismo e de onde se depreende, portanto, que o seu suposto carácter alternativo quanto ao modo de produção capitalista se prende com questões maiores em suas teorias mais gerais.

Assim, através de uma pesquisa bibliográfica, começo por fazer uma breve contextualização histórica do século XIX, o século das grandes mudanças, assim como uma exposição das principais ideias contidas nas correntes que então emergem. A nova sociedade reestruturada após a Revolução Industrial era alvo de interpretações diferenciadas entre as diferentes doutrinas e, assim, também o eram as práticas cooperativas. Desse modo, prossegue-se para a extração dos elementos cooperativistas encontrados ao longo das obras dos autores para posteriormente se clarificar e nomenclaturar os diferentes cooperativismos. Por fim, analisando todos eles à luz do materialismo histórico, pretende-se esclarecer em que moldes o cooperativismo pode cumprir algum papel para a transitoriedade positiva do modo capitalista de produção.

Palavras-Chave: cooperativismo; modo de produção; propriedade privada; Estado; classe social

ABSTRACT

This work aims to establish a clear distinction between different visions about cooperativism, from the starting perception that those visions vary according to the ideologies they belong to. The goal is to show that, within a broader interpretation of the social reality, one gives cooperativism different functions according to the ideological purpose. This means to understand how cooperativism is seen as a way to different ends. To explain it, we go back to its origins, the 19th century, where it was developed side by side with the New Industrial Era. To do that, ideas around cooperativism and the theoretical debate about ideologies from that century are shown: utopian socialism, Marxism, anarchism and social democracy. Authors from those doctrines are selected to show how cooperativism appears as a way to different ends among those general theories.

Through bibliographical research, an introductory historical context regarding the 19th century is made, the century of those great changes, as well as an introduction to the emergent ideas and theories that occurred in that century. That new society, structured after the Industrial Revolution, was seen differently by the different doctrines, as well as its "cooperativistic" elements. This way, and starting from the visions from the authors, we clarify and state the different "cooperativisms". Having these in mind, and analyzing them from the historical materialism point of view, I will seek to understand how cooperativism can have a word in a positive transition of the capitalism productive method.

Keywords: Cooperativism; mode of production; private property; state; social class

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i>	ix
<i>RESUMO</i>	xiii
<i>ABSTRACT</i>	xv
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1	
O FLORESCIMENTO IDEOLÓGICO DO SÉCULO XIX	5
1. O longo século XIX	5
2. As correntes ideológicas ao longo do século	10
2.1. O socialismo utópico	10
2.2. A formulação do pensamento marxista.....	14
2.3. A social-democracia alemã: posicionamentos de Marx e Bakunin	22
2.4. Do Programa de Gotha a Bernstein	26
2.5. O marxismo de Rosa Luxemburgo dentro da social-democracia alemã	29
Capítulo 2	
ELEMENTOS COOPERATIVISTAS ENTRE AS DOCTRINAS EMERGENTES	33
1. Elementos cooperativistas no socialismo utópico	34
1.1. O cooperativismo em Owen	35
1.2. O cooperativismo em Fourier	38
1.3. O cooperativismo em Saint-Simon.....	40
2. O cooperativismo em Marx	41
3. Elementos cooperativistas na teoria de Bakunin	48
4. O cooperativismo em Bernstein: a continuação do projeto social-democrata.....	52
Capítulo 3	
QUE COOPERATIVISMO?	55
1. Cooperativismo, cooperativismos?.....	55
2. Análise dos <i>diferentes cooperativismos</i> à luz do materialismo histórico	67
2.1. O cooperativismo idealista ou o socialismo de cooperação	67
2.2. O sistema de trocas igualitárias e a associação pela participação nos lucros	72
2.3. O cooperativismo de Estado	76
2.4. As comunidades autogeridas de Bakunin	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
BIBLIOGRAFIA	89

INTRODUÇÃO

O meu interesse pela prática cooperativa, nomeadamente pela hoje chamada *Economia Solidária*, começou quando terminei a minha graduação em Economia, em 2010. Atraída pela ideia de que outra economia era possível, e de que a economia em si mesma não se reduz a modelos macroeconômicos de equilíbrio entre a oferta e a procura, rejeitava a ideia de prosseguir meus estudos dentro dos moldes daquilo em que um economista se deve especializar para a sua integração no mercado de trabalho. No entanto, a convicção de que pretendia seguir os meus estudos na área da Economia era grande, dada a importância que o modo de organizar a economia assume sobre as nossas vidas. Foi nesse seguimento que me interessei pela economia solidária e sua bandeira alternativa de produção. Ao realizar algumas pesquisas bibliográficas de autores contemporâneos, entendi que o Brasil se destacava na atualidade, nomeadamente com o governo Lula, pela promoção de políticas públicas direcionadas às cooperativas. Influenciada, então, por toda essa euforia em torno dos governos de esquerda que subiam ao poder na América do Sul, mas também, em particular, pela bibliografia de Paul Singer,¹ enveredei pelo desafio de vir a realizar minha pesquisa no Brasil, onde o campo de pesquisa se mostrava bem alargado.

No entanto, após algumas incursões a este tipo de iniciativas, nomeadamente a cooperativas de reciclagem, um insurgimento começa a surgir face à precariedade e marginalização de que estes trabalhadores cooperados são vítimas. Entendi que a chamada *Economia Solidária* não se inscreve num outro modo de produção, que os seus limites a empurram para a reprodução da lógica capitalista no seu seio, e que, inclusivamente, esta era uma forma de agudizar a exploração sobre estes trabalhadores do ponto de vista de que a sua frágil condição legal representa vantagens para o capitalista. Os trabalhadores das cooperativas, neste caso, as de reciclagem, encontram-se à margem do processo de produção, restringem-se ao trabalho mais desvalorizado desse processo produtivo e os seus direitos laborais, assim como a

¹ Paul Singer (Viena, Áustria, 1932), fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) ganha a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com o governo Lula. Destaca-se, para o efeito, a sua obra *Introdução à Economia Solidária* (SINGER, 2002).

sua segurança, são ainda mais reduzidos. Portanto, nesse sentido, as cooperativas começam a se desenhar como um retrocesso para a classe trabalhadora, longe da tal bandeira que me havia conquistado de uma economia alternativa. Por outro lado, com o forte impulso que recebem da SENAES, estas cooperativas não nascem da organização e conscientização da classe trabalhadora, mas apresentam-se, sim, como um escape para garantir a sobrevivência dos cooperados e suas famílias.

Esta contradição era demasiado profunda para que eu a pudesse ignorar e continuar o meu trabalho de pesquisa na exaltação da *Economia Solidária*. Por isso, decidi aprofundar um pouco mais o meu estudo sobre as limitações da Economia Solidária e entendi que a base do problema já estava sendo discutida na época em que estas práticas cooperativistas se iniciaram – o século XIX. Entendi também que as principais diferenças quanto ao cooperativismo entre as correntes deriva de posicionamentos mais gerais quanto à realidade social. Assim, dada a profundidade desta problemática decidi centrar aqui a minha pesquisa. Contudo, ela indicia ser apenas o início de um estudo, pois outras considerações se levantaram, nomeadamente a de entender como a ideologia social-democrata em torno do cooperativismo se tornou preponderante no decorrer do século XX, e até aos nossos dias.

Assim, o trabalho que agora se apresenta ambiciona, através da extração dos elementos cooperativistas contidos nas doutrinas emergentes aos longo do século XIX e no agrupamento e classificação destes diferentes cooperativismos, clarificar que por detrás da prática cooperativista existe uma ideologia e que, portanto, ele se enquadra para um ou outro propósito.

Para isso, para entender qual o fim em cada ideologia, foi necessário entender a reestruturação social que a nova era industrial acarretava e as diferenças entre as doutrinas na sua interpretação, pois daí derivam também as diferenças quanto à forma cooperativista ou associativa que promovem.

As primeiras colocações que vinham traduzir o engano da harmonia do equilíbrio econômico no capitalismo foram colocadas pelos socialistas utópicos e, por isso, Engels as considera como as primeiras ideias comunistas. Estes autores caracterizam-se por promover experiências cooperativas e associativas como forma de dar resposta às desigualdades sociais que se agudizavam com o desenvolvimento do capitalismo, assente na segmentação definitiva que este havia trazido entre os meios de produção.

Assim, estes autores desenvolvem suas teorias num contexto histórico em que as novas classes sociais – a burguesia e o proletariado – estavam se formando. É, portanto, algo revolucionário contestarem o ideal liberal, que se estava generalizando. Para além disso, demonstram também uma grande avidez em já denotarem uma relação entre os avanços do capitalismo e do progresso e as desigualdades sociais. No entanto, após 1848 fica evidente a oposição que existe entre os interesses da classe trabalhadora, agora já consolidada, e da burguesia, o que invalidava a continuação da crença de que seus interesses pudessem convergir.

Quando Marx começa os seus escritos, a primeira crise capitalista já havia acontecido, e o descontentamento já era generalizado. O termo socialista já havia surgido e estavam prestes a desenrolar-se as grandes insurreições de 1848. Esta forte contestação social alastrou-se e, apesar de curta e infrutífera, vinha agora traduzir não só uma identidade entre a classe, mas também a necessidade de sua organização. É neste seguimento que, diferentemente dos utópicos, o cooperativismo em Marx se encontra conotado com a luta de classes, e a sua discussão se volta para entender em que moldes o cooperativismo lhe pode ser útil. O cooperativismo aparece, então, como um possível instrumento para a organização e conscientização da classe trabalhadora.

Numa visão mais anarquista, na teoria de Bakunin o conceito de classe social não é apreendido neste mesmo sentido, o que tem implicações na maneira como prevê as comunidades autogeridas. Valorizando a revolução social, em detrimento da revolução política, Bakunin desvaloriza o período de transição, deixando-o ao encargo das comunidades que se organizarão em torno das bases econômicas ainda não plenamente alteradas. Desse modo, o ponto de conflito central é o Estado socialista, de onde derivam divergências quanto à prática do cooperativismo.

Por outro lado, a ideologia social-democrata, que se começa a desenhar no Programa de Gotha do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), mais tarde aprofundada por Eduard Bernstein, abandona definitivamente o carácter contestatório destas práticas cooperativistas e passa a concebê-las como um instrumento ao serviço do Estado social-democrata para a promoção de uma redistribuição mais justa acompanhada da progressiva redução das desigualdades sociais.

Apreendido este sentido primeiro, de que as práticas cooperativas promovidas entre as diferentes correntes dependem de uma interpretação anterior da complexidade social no

sistema capitalista, embarquei neste estudo com o intuito de desenvolver alguns esclarecimentos iniciais que considero primordiais para uma maior compreensão da prática cooperativa.

Para isso, no primeiro capítulo, realizo uma contextualização histórica do século XIX, o século das grandes mudanças, tentando explicitar a realidade em que o cooperativismo se desenvolve. Posteriormente, apresento em linhas gerais a maneira como as diferentes correntes que aí emergem interpretam a nova realidade social e em que moldes pensam o cooperativismo. No segundo capítulo, realizo um levantamento dos elementos cooperativistas encontrados entre os diferentes autores, com o objetivo de clarificar o que o cooperativismo representa em cada teoria e de que forma se articula com o seu fim. O terceiro capítulo visa o confronto entre estes diferentes cooperativismos, classificando-os de maneira a que fique clara a diferença entre os mesmos. Por fim, procede-se a uma análise dos diferentes cooperativismos sobre o crivo do materialismo histórico.

Este último ponto vem traduzir todo o aprendizado ao longo da pesquisa e esclarecer os dilemas que se colocaram no início da pesquisa. Com todo este trajeto se pretende esclarecer em que moldes o cooperativismo tem algum valor ao lado da luta política da classe trabalhadora, que questiona e afronta a atual relação entre capital e trabalho, e que se inscreve num plano mais amplo de subversão do modo capitalista de produção e de todo o arranjo social que daí deriva.

Capítulo 1

O FLORESCIMENTO IDEOLÓGICO DO SÉCULO XIX

1. O longo século XIX

A Revolução Industrial que ocorre em Inglaterra, por volta de 1750, vem trazer um reordenamento da estrutura social. O desenvolvimento capitalista que decorria da industrialização vinha agora configurar um conflito entre a nova ordem a burguesa, e a ordem anterior aristocrata, assente em privilégios, nomeadamente de berço, e que se apresentava agora obsoleta. O novo sistema entrava em conflito com a ordem feudal anterior, onde grandes senhores eram detentores de enormes fazendas e onde a economia não era otimizada. Era, agora, necessário destruir essa velha estrutura para que a acumulação capitalista necessária à indústria tivesse lugar. E por isso era necessário destruir o feudalismo, e o seu trabalho compulsório, quer servil quer escravo.

A Inglaterra apresentava, pioneiramente, um desenvolvimento capitalista ímpar que não se coadunava com as velhas monarquias. Por outro lado, a França era, no momento, a monarquia por excelência e possuía a maior população da Europa. Este conflito de interesses entre velha e nova ordem expressa-se pela Guerra dos Vinte Anos (1792-1815).

Se na Inglaterra desabrochavam as primeiras e principais ideias económicas, da França vinham as principais ideias políticas. A Revolução Francesa, que ocorre em 1789, levada avante por uma classe média emergente, vem trazer para o campo de debate a ideia de igualdade, fraternidade e liberdade. São lá que surgem os primeiros questionamentos de ordem socialista quanto à nova ordem que se assistia implantar. Contudo, em ambos os países, a burguesia foi vitoriosa.

Os dois países se colocavam, portanto, em destaque no panorama europeu. A Inglaterra, contudo, destacava-se particularmente pelo inigualável desenvolvimento industrial que apresentava, perto do qual nenhum outro país se aproximava. Este país possuía o necessário para se tornar uma potência económica – um setor potencial de desenvolvimento, o têxtil, assim como um campo

privilegiado para expansão do seu mercado. Obtinha as duas coisas das suas colônias. Assim, paralelamente ao desenvolvimento industrial inglês, se desenhava a divisão econômica do mundo entre países economicamente centrais e desenvolvidos, frente aos periféricos e subdesenvolvidos.

Havia, no entanto, uma novidade. Com a Revolução Francesa havia ficado demonstrado que uma revolta podia se alastrar e, no caso, se tornar europeia. Portanto, a estratégia dos principais países europeus era agora evitar uma guerra, visto o conhecimento adquirido das consequências a que o descontentamento social pode conduzir. Enquanto o ideal liberal se alastrava a par com o desenvolvimento industrial, as potências se articulavam para evitar conflitos que o pudessem colocar em causa. Assim, terminada a Guerra dos Vinte Anos, onde a Inglaterra sai vitoriosa sobre a França, o reordenamento geográfico das fronteiras atentava agora a uma conciliação de interesses entre as respectivas potências, a Grã-Bretanha, França, Áustria, Prússia e Rússia. A cláusula de paz deste acordo era a abolição da escravatura.

Contudo, dadas as condições de miserabilidade que a guerra propiciou, o risco de revolução nunca havia sido tão grande. O período que decorre de 1815 a 1848 é um período conturbado, de fome e epidemias, tendo assistido em 1830 à primeira crise econômica. Este momento caracterizou-se por uma forte contestação social frente à forma que o desenvolvimento capitalista assumia, dando origem ao nascimento das primeiras ideias socialistas. O termo socialismo aparecia por volta de 1820. É neste contexto que se desenvolve o socialismo utópico, representado pela cooperação owenista, em Inglaterra, e pelas ideias de Fourier e Saint-Simon, na França.

Segundo Hobsbawm, destacam-se na época os liberais moderados, que influenciados pela Revolução Francesa defendiam uma monarquia constitucional; os democratas radicais, com ideias sobre o Estado de Bem-Estar Social; e os socialistas, nomeadamente os socialistas utópicos que marcam o aparecimento da tradição comunista na política (HOBBSAWM, 1992 [1962]).

A necessidade da definição de um Estado-nação para a promoção do desenvolvimento industrial e do ideal liberal tornou-se imperiosa. Contudo, duas coisas não podem ser confundidas, o desejo e necessidade de unificação por parte da classe dominante, e a luta por libertação nacional por parte das populações dos países ocupados, nomeadamente, as colônias. Apesar de diferentes, pois nem ao Estado convinha confundir unificação nacional com intervenção popular, ambos os movimentos se caracterizavam por serem fortemente nacionalistas. O nacionalismo é, portanto, um dos fatores que vem dividir as primeiras ideias socialistas.

A crise de 1830, que havia proporcionado todo o descontentamento social que se traduziu no nascimento do socialismo, foi superada com o impulso da exploração dos bens de capital, nomeadamente pela via do desenvolvimento dos caminhos de ferro. Este novo investimento impulsionou fortemente a economia através da nova demanda de matérias-primas e pela redução das distâncias. Através desta nova dinâmica a economia era agora mundial.

O desenvolvimento dos meios de comunicação a que se assistia, quer pela redução das distâncias que os caminhos de ferro possibilitaram, quer pela velocidade da informação transmitida pelo telégrafo, representava e carregava o progresso, levando o ideal liberal para outros cantos do mundo. A par, aumenta também a emigração, nomeadamente de trabalhadores não especializados, que se deslocavam para onde houvesse emprego, tendo sido a construção dos caminhos de ferro um dos portais.

Assim, a grande mudança ocorrida desde as duas revoluções até aos anos de 1848 foi esta reestruturação social, de onde se destacava a emergência de uma nova classe, o trabalhador urbano, operário e precário. Com a consolidação da classe trabalhadora, e seus primeiros indícios de conscientização de classe e organização operária, se pode dizer “Um espectro paira sobre a Europa – o espectro do comunismo” (MARX, 1986 [1848]).

A insatisfação perante o novo regime e a pobreza, que resultava da sua primeira crise de 1830, levam a diversas insurreições em 1848, um pouco por todo o lugar. Os que anteriormente eram moderados logo se associam aos conservadores, e constituem aquilo que, na França, se designou de “Partido da Ordem”. Esta *Primavera dos povos*, como a caracteriza Hobsbawm, apesar de espontânea e múltipla, no fim do ano já havia cessado. Apesar das revoluções terem atemorizado o estabelecimento da ordem, a organização dos trabalhadores mostrava-se fraca e esvaziada de ideologia política, o que não lhes permitiu apresentar uma estratégia elaborada para se manter no poder.

Por isso, por esses tempos, os líderes socialistas interpretavam que era necessária, primeiramente a consolidação da burguesia e de uma república democrática, para posteriormente se transitar de uma revolução burguesa incompleta para uma revolução proletária, chegando-se, por fim, à ditadura do proletariado (HOBSBAWM, 1982 [1962]).

Com a superação da primeira crise capitalista e com a supressão da agitação social de 1848, o ideal liberal triunfava, assistindo-se ao desenvolvimento de uma ciência econômica

racionalista assente no “*lucro iluminado*”. Este novo período pós-1848 vem acompanhado de uma maior estabilidade econômica, e, conseqüentemente, sem grandes agitações sociais. A grande expansão econômica a que se assistia possibilitava à classe trabalhadora uma grande oferta de emprego, apesar de continuar tendo sempre uma situação precária e cada vez mais insegura quanto ao trabalho.

Como diz Hobsbawm, “A revolução política recuou, a revolução industrial avançou” (HOBSBAWM, 1982 [1962], p. 22). Depois de 1848, como se pretendia evitar guerras e conflitos, os Estados dos principais países começaram a realizar algumas cedências para conter a agitação social. Começa, então, a introduzir-se o termo democracia, que trazia consigo a ideia de sufrágio universal e governo parlamentar. Isso se personifica em Napoleão, primeiro eleito por sufrágio universal.

As massas passavam, assim, a estar mais representadas nos centros de decisão política, e a burguesia precisava se adaptar e entender como contornar isso. Napoleão necessitava, para isso, de se desvincular das velhas formas tradicionais de governação. Ele será a figura que representa a conciliação entre as classes sociais, apoiado na nova ideia de um governo representativo de todos.

Contudo, com a desaceleração da economia e as tensões imperialistas entre os Estados, o risco de uma nova guerra estava novamente colocado. O campo de debate intelectual era agora, todo ele fruto dos recém-vividos eventos de 1848, inclusivamente a Comuna de Paris que viria a se revelar anos mais tarde. O socialismo utópico desaparece e novas ideias surgem, como a república democrática e seu agregado nacionalismo; e o anarquismo, filho direto do período, que se destacava no campo do sindicalismo, associações mútuas e cooperativas.

Com a desaceleração da expansão econômica de 1850, as tensões sociais voltam a aumentar. O sentimento de nacionalismo e a construção do Estado-nação só vem agudizar a situação. Bismarck unificou a Alemanha e apresentava sentimentos imperialistas sobre os países vizinhos. Como dito, dois sentimentos se verificavam, por parte dos governantes, a vontade de unificação e fortalecimento do Estado-nação; por parte da população a vontade de libertação nacional, não só das colônias, mas também de territórios na Europa que eram unificados, em desencontro total com as características culturais dos diferentes povos. Os dois nacionalismos são portanto, bem diferenciados, sendo que para o Estado, o importante era o ponto de vista econômico. Assim, a França, ainda essencialmente monárquica, apresentava-se como um entrave

para o desenlace liberal. Desse modo, a Prússia e a França entram em conflito, e os alemães levam a vitória. A França fica destruída e as camadas mais baixas da população lançadas numa miséria generalizada. Quando a Prússia lança o seu veredicto sobre as recompensas de guerra que a França derrotada lhe havia de apresentar, a França não tinha qualquer poder de negociação. Para isso, precisava do apoio e da participação das massas. Mas as massas insatisfeitas, que já haviam entendido que os interesses em jogo eram os interesses da classe dominante, se rebelavam em Paris e constituíam o primeiro governo operário da História. A Guarda Nacional, que se havia associado às insurreições, foi um fator chave para a concretização da Comuna, sendo que atribuía à revolução o caráter de luta armada. A Comuna de Paris, que assentava seus princípios na I Internacional da Associação Internacional dos Trabalhadores, era uma revolução socialista não tanto pelo que realizou, mas mais pelo que anunciou, e por isso se ter tornado mais um símbolo do que um fato (HOBSBAWM, 1982 [1962]). Contudo, não chegou propriamente a ameaçar a burguesia, pois a sua existência (40 dias) seria rapidamente derrubada pelas classes dominantes organizadas, num belo exemplo de convergência e articulação de interesses, quando Thiers² recebe ajuda do seu mais recente inimigo – a Alemanha, que disponibilizou parte dos seus prisioneiros para ajudar na derrubada da Comuna de Paris.

Apesar da sua precoce existência, a Comuna enunciou a revolução proletária e era essencialmente uma insurreição operária, sendo que a esmagadora maioria dos *comunardos* eram operários. A Comuna carregava as ideias de 1848, essencialmente por reclamar a criação de cooperativas de produção e a intervenção sistemática e radical do Estado (HOBSBAWM, 1982 [1962]).

Com a derrubada da Comuna de Paris, o que prevalece é uma política de cedências, de controle e promoção da lógica capitalista, com vista a contornar quer as crises cíclicas do sistema capitalistas, quer as agitações sociais decorrentes destes tempos de contração econômica.

Com o colapso econômico de 1873, o ideal liberal começa finalmente a ser questionado. A solução que começa a ser discutida passava cada vez mais pela promoção de reformas que corrigissem o ciclo econômico, o que implica uma cada vez maior intervenção do Estado na economia. Esta nova ideologia que se começa a desenhar, e que se apoia no conceito democrático como instrumento de conciliação entre as classes sociais, terá sua primeira expressão

² Quando a França foi derrubada pela Alemanha na Guerra Franco-Prussiana, Thiers assume o governo provisório. Tentou negociar a capitulação de Paris a contragosto de seus habitantes, o que esteve na origem das insurgências populares que levaram ao primeiro governo operário da história – a Comuna de Paris.

oficial no Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), que se forma em 1869, e que ratifica seu programa em 1875 na cidade de Gotha.

Apesar de nunca se colocar na mesma linha ideológica da social-democracia, que defendia que através de reformas e pela representação parlamentar se conseguiria corrigir o sistema e caminhar para o socialismo, Marx também não considerava que durante a década da Grande Expansão (1850) se encontrassem reunidos os elementos necessários para que fosse possível ocorrer uma revolução socialista. Para ele, colocava-se como imperativo, num primeiro momento, a necessidade de se organizar as massas em movimentos independentes (HOBSEBAWM, 1982 [1962]). Era por isso criticado por Bakunin, pois este entendia que era precisamente essa a função a que o SPD se propunha. Marx irá abandonar o partido e redigir duras críticas ao Programa de Gotha, onde estão contidas também respostas às provocações de Bakunin.

2. As correntes ideológicas ao longo do século

2.1. O socialismo utópico

Com a Revolução Industrial nasce também o operário fabril, e com a Grande Industria, dá-se definitivamente a separação entre os produtores e os detentores dos meios de produção. Consolida-se o assalariamento e o antagonismo de classe, que mais tarde Engels identificaria como decorrente da relação entre produção social e apropriação individual.

A Europa do século XIX começa à emergência da classe trabalhadora e a uma segmentação clara da sociedade entre proletariado e burguesia. A tecnologia que se vinha desenvolvendo não trazia melhorias de condições para o trabalhador; pelo contrário, direcionada para disponibilizar mão de obra, resultava em desemprego e em redução dos salários. A situação era de miséria e de extrema desigualdade social entre as classes.

É nesta realidade que se desenvolve o chamado Socialismo Utópico, do qual se destacam Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon como seus principais teóricos. O Socialismo Utópico aparece como questionador da ordem instalada, dada a desigualdade que se verificava entre os diferentes estilos de vida. Surgem as primeiras interrogações de ordem socialista e as primeiras propostas de transição para uma sociedade *mais igualitária*. O seu foco

eram os pobres, desempregados, abandonados e excluídos pelo sistema capitalista que viviam na mais temível das misérias. Naturalmente, ele surge na Inglaterra a par, como se disse, com a Revolução Industrial.

Para Robert Owen (Gales, 1771-1858), autor pioneiro nas práticas do cooperativismo, a principal causa para tal estado de miserabilidade se devia se à depreciação do trabalho, causada pela introdução da maquinaria. Estabelece uma relação direta entre a maquinaria e a redução dos preços dos produtos, e com ela o aumento da demanda. Mas a maquinaria também conduz à dispensa de mão de obra, aumentando o número de desempregado, e causando uma quebra na demanda. Era essa a lógica que, no entendimento de Owen, lançava os ingleses na pobreza.

Além do mais, Owen defendia que a revolução tecnológica se beneficiava em muito com a demanda de produtos bélicos. Terminada a guerra, essa demanda cai brutalmente, a oferta contrai-se, aumentando ainda mais a massa de desempregados. Conseqüentemente, os salários descem ao nível de subsistência.

Owen identificava ainda uma relação entre os avanços da tecnologia e a concentração de capital (OWEN, 1817). Parecia não vislumbrar um caminho para o atual estado de coisas que não o da degradação progressiva, sendo que ao mesmo passo que a Inglaterra se configurava como grande potência, o trabalho via o seu valor cada vez mais reduzido.

Defendia que se devia diminuir drasticamente a maquinaria; e, ao invés de ficar mantendo milhões de indivíduos famintos, proporcionar ocupações vantajosas para os pobres e desempregados, aqueles que a maquinaria tinha vindo a tornar subservientes (OWEN, 1817). Contudo, entendia que, para se verificar na totalidade os benefícios sociais que atribuía ao seu plano, era necessário que este se propagasse ao nível nacional.

Owen, pela via da sua proposta, definia um caminho para uma transformação pacífica; onde a emancipação desses trabalhadores dependia do financiamento decorrente de uma política de Estado, e, assim, sem nenhuma interferência nem alteração violenta nas instituições existentes na sociedade: *“It will effectually relieve the manufacturing and labouring poor from their present deep distress, without violently or prematurely interfering with the existing institutions of society”* (OWEN, 1817, p. 11).³

³ Tradução livre da autora: “Serão efetivamente aliviados os pobres trabalhadores manuais da situação atual de profundo sofrimento, sem interferir violenta ou prematuramente nas instituições atuais da sociedade” (OWEN, 1817, p. 10).

Com a Revolução Francesa (1789), após a qual se realizaram grandes avanços quanto à Revolução Industrial, o socialismo utópico fortaleceu-se (KONDER, 1998).

O pensamento de Fourier assenta na *Lei da Atração Passional* e no caminho que considerava necessário para que a Humanidade superasse a *Civilização*, e transitasse para a *Harmonia*, estágio posterior ao capitalista. Considerava que a força que regia o mundo e garantia o seu equilíbrio era a atração passional. A Civilização, estado atual, pela sua lógica egoísta e irracional, afastava a Humanidade desse equilíbrio. Fourier vai então juntar a ideia da Lei da Atração Passional, pelo livre desempenho das paixões e dos prazeres, com a defesa de uma sociedade mais igualitária, caminho para a transformação social que vislumbrava. Assim, Fourier estabelece um relacionamento entre liberdade e classe: “Toda a classe pobre está inteiramente privada da liberdade política e social” (KONDER, 1998, p. 23).⁴

Para a passagem à Harmonia, Fourier imaginava um estágio de transição a que chamava de *garantismo*, onde ainda sob o peso das instituições da civilização se conquistariam alguns direitos que limitariam a destrutividade da civilização. Nessa etapa, deveria construir-se aquilo que chamou de *Falanstério*.

O central para o autor era a garantia da liberdade, em nenhum momento nada se pode colocar acima disso. “Para Fourier, quaisquer formas de convivência que fossem impostas e não voluntárias resultariam num acumplicamento com a repressão civilizada” (KONDER, 1998, p. 47). Condenava, por isso a ideia de que, numa primeira instância de um estágio de transição, o interesse individual se subordinasse à luta política. Para ele, por ser impensável qualquer subordinação dos prazeres ou das paixões, assentava toda a sua teoria precisamente na plena liberdade consoante os prazeres e os desejos do Homem.

Saint-Simon (França, 1760-1825), outra referência no movimento cooperativista na França, aparece na mesma época e no mesmo contexto que Fourier, época da Revolução Francesa.

⁴ Fourier recorre ao exemplo de género para nos evidenciar a divisão do trabalho na *Civilização*. A divisão do trabalho entre os dois sexos é tão clara que vem influenciar diretamente a maneira como a sociedade encara e trata as mulheres. A divisão do trabalho mexe de tal modo com o cultural ao ponto de a educação dada às mulheres se distinguir, e por isso Fourier nos fala de que nessa educação lhes é incutido um espírito de docilidade e obediência. Fourier vai até ao casamento monogâmico, para nos demonstrar que o amor é visto pela sociedade como desorganizador, e é por isso que é preciso limitá-lo, regrá-lo: “O casamento monogâmico, tal como está instituído pela civilização, é contrário à natureza, por isso é quase que inevitavelmente acompanhado de traição” (KONDER, 1998, p. 25). Interessante a discussão que Fourier nos traz ao medir o grau de liberdade da sociedade pela posição das mulheres. A divisão do trabalho impõe uma condição à mulher, e a Harmonia só poderia ser verificada quando essa diferenciação não ocorresse. Marx vai mais tarde considerar a relação entre homem e mulher como a primeira divisão do trabalho.

O pensamento de Saint-Simon caracteriza-se por defender um governo da natureza, da razão. Acredita que Deus comanda a terra e que o interesse individual se encontra com o interesse geral, onde a concorrência seria uma manifestação divina que faz desaparecer a contradição entre ser humano e sociedade (BERNARDO, 2004).

Se o equilíbrio econômico depende, então, do encontro entre a razão e a natureza, e como o governo é uma força externa à ordem natural, a sua participação deveria ser a mínima possível para que o equilíbrio econômico não fosse perturbado. Ao Estado restava, como principal função, a defesa da propriedade privada para garantir a liberdade de mercado.

Saint-Simon aproxima-se de Adam Smith (Escócia, 1723-1790) por julgar que os interesses individuais tendem a se articular com o interesse geral na sociedade capitalista, como diz Bernardo. A. Smith defendia que esses interesses se encontram através de uma força que conduz naturalmente ao equilíbrio, a mão invisível. Apesar de algumas divergências que se podem encontrar entre a ideia de Saint-Simon e a de A. Smith, os seus posicionamentos quanto ao papel do Estado tinham completa convergência – sua intervenção devia ser fortemente limitada.

Esta ideia de que os interesses individuais acabam por convergir com o interesse geral, e de que a subordinação de classe que daí advém se traduziria no bem-estar para todos, assenta, no fundo, na aceitação da divisão da sociedade em classes sociais. Esse parece tornar-se um dado adquirido na teoria de Saint-Simon: “Era evidentemente impossível melhorar a existência moral e física das classes pobres a não ser através de meios que tendem a promover o acréscimo dos prazeres da classe rica” (BERNARDO, 2004, p. 13).

Saint-Simon propunha um pacto social entre operários, homens do conhecimento e industriais. Acreditava que quando se estabelecesse o entendimento de que os interesses individuais são, na verdade, o interesse geral, os trabalhadores passariam a ser *associados* do mesmo interesse (BERNARDO, 2004).

Para Saint-Simon, os *industriais* apareciam, assim, como uma nova classe, que não era dominante nem era dominada mas, sim, que trazia a conciliação de interesses em alinhamento com o interesse geral. Se anteriormente o trabalhador era súbdito, agora ele era associado. A conciliação de interesses aparece, então, como garantidora da ordem.

Saint-Simon defendia, nessa mesma lógica, que os representantes do poder político deveriam ser compostos por aqueles que não têm necessidade de dinheiros públicos, ou seja os

proprietários e os capitalistas. Estes deveriam, por isso, estabelecer-se na Câmara e, ao se tornarem ativos no poder, defenderiam a mínima intervenção do Estado, pois seria eles a quem ela mais convém.

Saint-Simon resume, assim, o Estado ao papel mínimo de administração dos interesses: “Para manter a ordem basta que as questões de interesse comum sejam administradas” (BERNARDO, 2004, p. 18). É com essa argumentação que Saint-Simon se opõe à Revolução Francesa, que pretendia, no seu entendimento, aperfeiçoar a ação do governo ao invés de supri-la (BERNARDO, 2004).

2.2. A formulação do pensamento marxista

Engels (Alemanha, 1820-1895) e Marx (Alemanha, 1818-1883) começam por elaborar os seus contributos num momento pós-1830, ou seja, após a primeira crise do sistema capitalista, momento no qual o termo e as ideias socialistas já haviam nascido. No entanto, a classe trabalhadora ainda não se reconhecia como tal, sua consciência e identidade ainda não se tinha desenvolvido ao ponto de possibilitar a sua organização consistente.

O socialismo tradicional, ou os primeiros socialistas, apresentavam-se como críticos e questionadores da nova ordem, mas, no entanto, não apresentaram críticas profundas ao porquê do estado de miserabilidade da classe trabalhadora. Pela sua devoção ao religioso e espiritual, encaravam a situação como um dado adquirido, não lhe procurando as razões pela via da recente Revolução Industrial a que tinham assistido, e conseqüente reestruturação da sociedade.

Os contributos de Marx e Engels começam a surgir pós-1840, e desde o início se demarcam do socialismo utópico, tanto pela elaboração de uma crítica feroz ao seu pensamento deslocado da realidade, como pelo esforço de apresentação de uma teoria cada vez mais elaborada, do ponto de vista científico,⁵ da interpretação da sociedade industrial.

Nos seus livros *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 2010 [1846]), como, mais tarde no *Do socialismo utópicos ao socialismo científico* (ENGELS, 2008 [1880]), podem encontrar-se as razões pelas quais os autores criticam e se afastam deste socialismo do campo das ideias. Para eles, para transformar a sociedade era necessário, primeiro do que tudo, situá-la no terreno da realidade (ENGELS, 2008 [1880]). Assim, era necessário entender qual a relação entre o desenvolvimento industrial e a miséria generalizada entre a classe mais pobre. Por essa ausência, Engels faz uma

⁵ Científico no sentido de ultrapassar a aparência para apreender a essência (RENAULT, Emmanuel, *Vocabulário de Karl Marx*, p. 16); Marx, apesar de não ser um empirista, reconhece o valor teórico das hipóteses – nesse sentido, a crítica da Economia Política pode ser apresentada como “um triunfo da ciência alemã”, da “ciência no sentido alemão do termo” (*idem*, p. 17).

distinção entre o que seria o socialismo dos utópicos e o socialismo que ele e Marx elaboravam. Essa distinção fica clara com o método desenvolvido por Marx, o materialismo histórico, que permitiu a Engels elaborar a diferenciação entre as duas formas de pensamento.

A velha concepção idealista da História [...] não reconhecia lutas de classes baseadas em interesses materiais, nem reconhecia interesses materiais de qualquer espécie; para ela a produção, bem como todas as relações econômicas, só existem acessoriamente, como um elemento secundário dentro da história cultural (ENGELS, 2008, p. 87).

Contrariamente ao utópicos, Engels e Marx entendem que a forma que a economia havia assumido pós-Revolução Industrial estava na base da estruturação social que se configurou, e da qual resulta a situação de pobreza em que se encontravam os novos trabalhadores “livres”, os assalariados.

A concepção materialista da História parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de quem em todas as sociedades que desfilam pela História, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos Homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz, e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos Homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da justiça interna, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca (ENGELS, 2008 [1880]), p. 91).

Ao invés de depender da revelação do Homem genial e da razão, a emancipação do Homem depende da forma como se organiza a economia, mais concretamente a produção. É a partir do método materialista histórico que as discussões se distanciam, o socialismo tradicional dos utópicos do socialismo de Marx e Engels.

Na teoria marxista, relacionar a análise econômica com a realidade social tornava-se central para a entender, e para entender o porquê de se estruturar de determinada maneira. Entende-se que a situação da classe trabalhadora é resultado da posição que ocupa na hierarquia social, que depende da forma de organização da produção.

A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens e das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde

determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil (MARX, 1985 [1847], p. 206).⁶

Ou seja, o materialismo histórico faz a teoria marxista partir de duas premissas. Primeiro, que a situação social deve ser pensada com base na interpretação de como se organiza a produção; e, segundo, que essas formas de organização da economia, apesar de herdadas, são históricas e transitórias. Ou seja, as classes sociais, e seus conflitos, são um produto concreto de um desdobramento histórico, i.e. de forma como se organiza a sociedade em torno da produção. Entender, então, que também o capitalismo é um estágio transitório, é entender o Homem como agente ativo de transformação. Ou melhor, é entender a classe trabalhadora como revolucionária, e o socialismo como uma necessidade histórica.

Mas se a forma como a sociedade se organiza socialmente deriva do modo como organiza sua produção e distribuição de riqueza, então para transformar a organização social que se estruturou pós-Revolução Industrial, era necessário entender o seu modo de produção. É, então, a reflexão sobre o desenvolvimento do modo capitalista de produção que vai permitir à teoria marxista entender os conflitos de recém-estruturação social. A transformação social implícita na luta de classes só é possível pela subversão das próprias bases destas contradições. Assim, Marx coloca-se num plano completamente diferenciado. Para acabar com a divisão da sociedade em classes sociais é necessário subverter as relações econômicas, ou melhor, é necessário romper com o modo de produção capitalista.

Engels entendia que a Revolução Industrial, personificada através da Grande Indústria, configurava uma dada situação social como resultado da separação definitiva entre o produtor e os meios de produção. A propriedade privada dos meios de produção havia consolidado o assalariamento e a segmentação definitiva entre proletariado e burguesia, o que se expressava através do antagonismo entre estas duas classes sociais.⁷ Assim, a Grande Indústria promovia uma produção cada vez mais socializada, ao mesmo tempo em que a propriedade

⁶ Assim se identifica a seguinte ordem nas categorias colocadas por Marx: 1) produção; 2) consumo; 3) valores/constituição social; 4) classes; 5) Estado.

⁷ Marx viria acrescentar que esse antagonismo tende a se agudizar a par com o desenvolvimento da mais-valia, que identifica como característica do modo de produção capitalista. O modo capitalista de produção proporciona acúmulos de capital, o conduz à concentração do capital em poucas mãos, e, assim, vai fortalecendo cada vez mais essa força propulsora do antagonismo entre produção social e apropriação individual. A vantagem que o capitalista retira dessa apropriação individual é designada por Marx de mais-valia, e consiste na diferença entre o valor do que o trabalhador produziu quando comparado com o valor da sua força de trabalho. “Descoberta que veio revelar que o regime capitalista de produção e a exploração do operário, tinham por forma fundamental: a apropriação do trabalho não pago, que o capitalista, mesmo quando compra a força de trabalho [...], dela retira sempre mais valor do que lhe custa e essa mais-valia é, em última análise, a soma do valor de onde provém a massa cada vez maior de capital acumulado em mãos das classes possuidoras” (ENGELS, 2008, [1880], p. 89).

privada proporcionava uma apropriação individual cada vez mais acentuada e concentrada (ENGELS, 2008 [1880]). Verificou, por isso, que a agudização desse antagonismo de classe conduz, no seu extremo, à eliminação da classe média:

A grande indústria só adquiriu importância no dia em que transformou os utensílios em máquinas, as oficinas em fábricas e, desse modo, a classe média trabalhadora em proletariado operário, e os negociantes de outrora em industriais; tal como, em consequência desse fato, a pequena classe média foi rechaçada, e a população reduzida à oposição única entre capitalistas e operários (ENGELS, 2008 [1880], p. 48).

Assim, na mesma Inglaterra que Owen, Engels observava uma causa para a degradação da classe trabalhadora associada com o desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção, da qual dependiam os salários dos trabalhadores. Entendia que o valor dos salários depende da concorrência entre os capitalistas, e também da concorrência entre os próprios trabalhadores. Do equilíbrio entre as duas resulta o seu valor, com o mínimo definido pela concorrência entre os trabalhadores, enquanto o máximo já depende da concorrência entre os industriais. Ou seja, se a oferta de mão de obra é maior que a procura, o desemprego generalizado levará o trabalhador a vender a sua força de trabalho a um valor competitivo, que se aproxima do seu nível de subsistência. Por outro lado, se a concorrência entre os industriais aumenta, dada uma maior divisão da propriedade privada, a procura de mão de obra conseqüentemente, o que resulta numa valorização dos salários (ENGELS, 1975 [1845]). Contudo, essa situação é frágil e temporária, dado o caráter cíclico das crises econômicas.

O fim do feudalismo se fez necessário pela necessária abolição de um trabalhador compulsório, servo ou escravo, que deixava agora de ser encarado como um trabalhador eficiente para as necessidades da indústria. Era necessário libertar essa mão de obra do campo para as fábricas da cidade. O que Engels via na Inglaterra era que essa massa de trabalhadores rurais não tinha como ser totalmente absorvida pela indústria. Somados com os emigrantes irlandeses, esses trabalhadores constituíam uma massa excedentária de mão de obra que pressionava o valor dos salários para mínimos de subsistência. Ou seja, o trabalho que passou a ser um intermediário para satisfação de necessidades, se tornou, dado a tendência para a redução do seu valor, numa forma de mera subsistência que mal dava para suprir as carências do trabalhador. Então, eram os altos índices de mão de obra dispensável ao desenvolvimento capitalista que vinha configurar à Inglaterra do

século XIX uma situação de extrema marginalização dos indivíduos e de miséria generalizada entre a classe. Por isso, a classe trabalhadora inglesa se apresentava como clássica para Engels, pois ela se dava na Inglaterra, onde o capitalismo havia desenvolvido a sua mais avançada concretização.

Engels identifica a concorrência entre os trabalhadores como a maior arma da burguesia. Ela se apresenta para os capitalistas como um mecanismo que permite manter os custos com os salários sempre pelo mínimo; e ainda se apresenta como um instrumento relevante para, aquando das crises de superprodução, os capitalistas manterem, ou mesmo aumentarem, os seus lucros. Para Engels, esta crise de superprodução é natural, dada a anarquia que reinava na produção. O modo de produção capitalista, que não tem como finalidade o bem-estar mas, sim, a promoção do lucro, necessita ser sempre crescente e a produção necessita sempre ser escoada. Sempre assente em expectativas de consumo crescentes, a economia quebra assim que a demanda decresce, o que resulta numa crise de superprodução (ENGELS, 1975 [1845]). Quando as vendas param, o capitalista consegue, pela concorrência entre os trabalhadores, diminuir os salários de modo a não afetar o seu lucro. Assim, o alto nível de concorrência entre os trabalhadores, promovido por uma massa de desempregados cada vez maior e por uma produção sempre crescente, funciona como um mecanismo de estabilidade aquando das crises econômicas. Quando a situação se restabelece, os salários partem agora de níveis bem inferiores aos anteriores. Ou seja, existe uma tendência para o afastamento cada vez maior entre as classes sociais, dado o antagonismo de classe que caracteriza a sociedade industrial.

Engels apresentava, talvez pioneiramente, a primeira tentativa de interpretação da realidade social através de uma perspectiva materialista da História (HOBSBAWM, 1975, p. 5-22). Demonstrava que a propriedade privada dos meios de produção em que assentava o desenvolvimento industrial trazia a segmentação clara entre trabalhadores e capitalistas, e que o distanciamento entre essas classes resultava de uma concorrência entre os operários, que conduzia o nível dos salários ao mínimo necessário para sua sobrevivência. Por essa via, entende a miséria generalizada na Inglaterra com base nas relações econômicas características da Grande Indústria, que pela redução dos salários agudizava de forma crescente o antagonismo de classe.

Ou seja, a separação definitiva entre os meios de produção, e os diferentes rendimentos que estes proporcionam, configuravam, então, uma nova realidade social. N'*Os Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx iria aprofundar as suas reflexões sobre a terra, o capital e o trabalho e

seus respectivos rendimentos, a renda, os ganhos e o salário. Desse entendimento, resulta a oposição de Marx ao que chama de Economia Nacional, teoria em torno das ideias de Adam Smith, David Ricardo (Inglaterra, 1772-1823), Stuart Mill (Inglaterra, 1806-1873) e Jean-Baptiste Say (França, 1767-1832). Estes consideravam que da concorrência entre trabalhadores e da concorrência entre industriais resultaria um equilíbrio. Contudo, para Marx, essa interpretação tem como base um entendimento limitado quanto à propriedade privada, nomeadamente a propriedade privada de capital.

No entendimento da Economia Nacional, os salários só diminuem se a concorrência entre industriais não acontecer, pois quando a concorrência entre industriais é crescente, a procura de mão de obra é maior, e conseqüentemente os salários também o são. Contudo, para que essa concorrência se mantenha é necessário o aumento de capitais, para que assim se assista a um aumento de investimentos, e, por conseqüência a um aumento do emprego.

Contudo, através da sua teoria sobre os ganhos de capital, Marx vai demonstrar as conseqüências de Smith e Ricardo aceitarem a propriedade privada como um dado adquirido. A propriedade sobre o capital permite ao capitalista um reajuste entre os fatores de produção sempre que necessário. Por exemplo, se renda da propriedade onde o capitalista exerce sua atividade aumenta, ele irá manter o nível de seus lucros pela redução dos salários. O que se preserva é sempre o ganho de capital.

A relação entre ganho e capital é a de que o ganho tem sempre que compensar potenciais perdas. Assim, o ganho de capital é sempre crescente, ou seja, quanto maior o capital, maior o risco de perda, logo maior o ganho. “Um grande capital acumula-se, portanto, proporcionalmente à sua grandeza muito mais depressa do que um pequeno capital” (MARX, 2008 [1844], p. 48). Desta relação se depreende um afastamento cada vez maior entre os rendimentos dos pequenos e dos grandes capitais. Se os ganhos de capital são progressivamente maiores consoante a sua grandeza, se entende então o caráter cumulativo do capital, e a tendência à concentração do modo de produção capitalista.

Como defenderia a Economia Nacional, aumentos do capital representam um aumento de investimentos e, portanto, um aumento da concorrência entre os industriais, o que significaria, por sua vez, um aumento dos salários. Contudo, apenas os grandes capitalistas apresentam condições, por exemplo, através das economias de escala, para continuar a operar no

mercado a um preço competitivo. Os pequenos capitalistas não conseguem competir e acabam por ser expulsos do mercado. Com a sua quebra, a produção volta novamente a estar concentrada, podendo mesmo os grandes capitalistas se encontrarem numa posição mais vantajosa do que no primeiro momento pela absorção deste espaço no mercado que a saída dos pequenos capitalistas proporcionou. Por isso, Marx critica a visão da Economia Nacional ao não vislumbrar que, com a propriedade privada, os meios de produção tendem novamente à concentração.

A concorrência entre os capitais aumenta com a acumulação de capitais. A acumulação, que sob a designação da propriedade privada é concentração de capital em poucas mãos, e geralmente uma consequência necessária quando os capitais são abandonados ao seu curso natural, e através da concorrência abre-se verdadeiramente o caminho livre a esta determinação natural (MARX, 2008 [1844], p. 48).

Adam Smith defende a otimização do capital, e, por isso, considera a posse fundiária como um entrave. É nesse sentido, que vem se colocar contra a Lei dos Cereais,⁸ que, ao proteger os proprietários fundiários nacionais, não permitia que a concorrência se desse livremente. Por isso, se defende que a abolição da Lei dos Cereais seria vantajosa para a burguesia mas também para a classe trabalhadora, pois a concorrência reduziria o preço dos produtos, o que se traduziria numa melhoria das condições para a sociedade em geral. Contudo, também essa visão depende de um entendimento equivocado da realidade industrial. Ao se pautar pela propriedade privada, a disputa entre Economia Nacional e proprietários fundiários é, na verdade, uma disputa pela posse e forma de propriedade, não pela sua abolição.

A divisão da posse fundiária nega o grande monopólio da propriedade fundiária, o supra-sume, mas apenas universaliza esse monopólio. Não supra-sume o fundamento do monopólio, a propriedade privada. Ela ataca a existência mas não a essência do monopólio (MARX, 2008 [1844], p. 75).

Assim, a divisão da propriedade fundiária conduziria ao aumento da concorrência. E daí resulta a mesma lógica, os pequenos capitalistas não conseguem sobreviver, e os grandes acabarão por se manter no mercado e absorver os seus capitais, o que resulta numa concentração de capital ainda maior num segundo momento. Então, para Marx, desta lógica apenas resulta uma tendência a reduções progressivas dos salários.

⁸ A Lei dos Cereais, *corn laws* como ficou conhecida, foi uma medida protecionista praticada pelo Governo britânico entre 1815 e 1846, que tinha como intuito proteger a produção interna de cereais da concorrência externa.

Ou seja, para a Economia Nacional a concorrência é um fator chave para evitar a tendência monopolística do capital. Para Marx, existe uma relação entre concorrência e concentração, que pela via dos acúmulos de capital, não invalida, pelo contrário promove, a tendência monopolística.

A relação entre concorrência e concentração, decorrente da propriedade privada, ao mesmo tempo que aumenta a produção, aumenta também a miséria, o mesmo é dizer que, quanto mais um trabalhador produz, mais estranho ele se torna em relação aos frutos do seu trabalho.

Assim, a relação do trabalhador com a produção é um ato compulsório, pois, dada a propriedade privada dos meios de produção, apresenta-se como a única forma de garantir a satisfação das carências mínimas para a sua sobrevivência. Por isso, o trabalho se torna estranho para ele, apenas cumprindo a função de intermediário. Assim, o Homem, que se diferencia do animal pela consciência, vê esta relação completamente invertida, pois é a sua existência que passa a inferir sobre a sua consciência, dada a compulsoriedade do trabalho. “A consciência que o Homem tem do seu gênero se transforma, portanto, mediante o estranhamento, de forma que a vida genérica se torna para ele um meio” (MARX, 2008 [1844], p. 85). Com o estranhamento do Homem ao trabalho, temos também o estranhamento do Homem ao proprietário do seu trabalho, ou seja Homem estranha-se a outro Homem, ou melhor uma classe estranha-se à outra. Esta relação define posicionamentos sociais antagônicos, de onde se conclui que o trabalho estranhado e a propriedade privada são determinantes na formulação das relações sociais.

Através do trabalho estranhado o Homem engendra, portanto, não apenas a sua relação de objeto e o ato de produção enquanto Homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também uma relação na qual os outros Homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com os outros Homens (MARX, 2008 [1844], p. 87).

O estranhamento do Homem ao ato de produzir, a imposição crescente do trabalho e a consolidação do assalariamento, conduzem Marx a identificar uma relação direta entre salário e propriedade privada. Por isso, o aumento dos salários em nada dignifica o Homem que, com o mantimento da propriedade privada continua a entregar a sua força de trabalho para uma produção que lhe é estranha, mantém-se a relação entre explorado e explorador, e mantêm-se as classes sociais. Na verdade, os aumentos dos salários são meros momentos de aumento da concorrência, que em breve cederá à concentração.

Portanto, salário e propriedade privada são os dois elementos centrais do modo de produção capitalista. Perante eles, todos os outros, concorrência, capital, dinheiro, são, no entender de Marx, elementos secundários que caem sob a sua lei geral (MARX, 2008 [1844], p. 106).

Pelo método materialista histórico Marx consegue definir o modo de produção capitalista, e de que forma o trabalho estranhado e a propriedade privada são determinantes nas relações sociais. Por isso, para entender a realidade social é necessário entender a relação do trabalho estranhado com propriedade privada e o assalariamento. Decorrendo dessa relação, a transformação social traz como imposição a transformação do modo de produção capitalista.

2.3. A social-democracia alemã: posicionamentos de Marx e Bakunin

O Partido Operário Socialista da Alemanha, fundado em 1869, une-se com a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, liderado por Ferdinand Lassalle (Polônia, 1825-1864), no congresso de Gotha, em 1875, onde apresentam seu programa, o chamado Programa de Gotha. Formam o Partido Operário Socialista da Alemanha, mais tarde chamado de Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Marx apresenta-se frontalmente crítico de tal programa, e por isso escreve o texto *Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão (1875)*,⁹ já prevendo que Bakunin (Rússia, 1815-1876) lhe atribuisse a responsabilidade por tal programa. A abordagem da teoria social-democrata centrar-se-á, portanto, neste partido específico alemão por se considerar que este representa a primeira expressão oficial da social-democracia, e por acarretar os mais profundos debates entre as correntes marxista, anarquista e social-democrata.

As noções de *fruto integral do trabalho e igual direito*, contidas no programa, são o ponto por onde Marx começa a elaborar sua crítica. Questiona a aplicabilidade de um direito igual para todos, sendo que a existência de classes sociais conferem, na verdade, situações desiguais aos indivíduos. Defende, por isso, que um direito igual seria, na verdade, um direito desigual. Nesse sentido, critica o programa pela sua concepção da *distribuição justa*. A teoria social-democrata parece não considerar que a distribuição dos meios de consumo depende de uma relação anterior, a distribuição das próprias condições de produção. Se os meios de produção estão concentrados nas mãos dos proprietários, então a distribuição dos meios de consumo

⁹ Na edição usada (MARX, 2012 [1875]), da qual se destacam os seguintes textos aí compilados: *Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão*, maio de 1875; *Programas da Social-Democracia Alemã – Programa de Gotha* (texto final), aprovado no congresso de Gotha, em 25 de maio de 1875; *Resumo Crítico de Estatismo e Anarquia*, de Mikhail Bakunin (1874) (Excertos).

acontecerá pela mesma lógica. O que também permite entender que, “se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual” (MARX, 2012 [1875], p. 32).

Marx critica também o Programa da social-democracia alemã pela ausência de cariz internacionalista. Apesar da luta de classes se dar primeiramente no campo nacional, ela apenas é nacional quanto ao seu conteúdo, não quanto à sua forma (MARX, 2012 [1875], p. 35). O que não significa que nos afastemos da convicção de que os marcos econômicos se situam no campo internacional. Por isso, lamenta a ausência de menção à tática ou estratégia quanto às funções internacionais da classe trabalhadora.

Marx irá também criticar os elementos cooperativistas contidos no programa. No texto final aprovado no congresso de Gotha, em maio de 1875, afirma:

O Partido Operário Socialista da Alemanha exige, para conduzir à solução da questão social, a criação de cooperativas de produção com subvenção estatal e sob o controle democrático do povo trabalhador. Na indústria e na agricultura, as cooperativas de produção devem ser criadas em proporções tais que delas surja a organização socialista do trabalho total (MARX, 2012 [1875], p. 90).

Ou seja, Marx via os seus companheiros de Partido juntamente com a ala lassalliana acreditarem que a organização e mobilização dos trabalhadores passava por um projeto de governo. Por isso, Marx refere que:

A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da “subvenção estatal”, subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção criadas por ele, e não pelos trabalhadores (MARX, 2012 [1875], p. 40).

Identificava, portanto, a influência de Lassalle através deste vislumbre do socialismo por dentro das instituições estabelecidas, e pela perspectiva de que pela subvenção estatal se pode construir uma nova sociedade. Marx acreditava que as sociedades cooperativas só têm valor quando partem dos trabalhadores, e nunca quando dependem quer do governo quer da burguesia (MARX, 2012 [1875], p. 41).

Bakunin vai entender que o Programa de Gotha nada mais é do que as ideias de Marx postas em prática por Lassalle. A ideia de que conquistando o poder de Estado e que, portanto, por dentro das suas instituições (ou seja, de cima para baixo) se consegue transformar a sociedade

parece a Bakunin não só ilusória como oportunista. Assim, entre todas as divergências da teoria anarquista de Bakunin com as ideias de Marx, o Estado aparece como elemento central. Para Bakunin, todo e qualquer Estado é significado de servidão, patriotismo e imperialismo. É, portanto, um forte crítico do Estado socialista de Marx.

Segundo a interpretação de Bakunin no seu livro *Estatismo e Anarquismo* (1873), Marx defendia que a organização e mobilização da classe trabalhadora caminhará para a insurreição popular com fim na tomada de poder, e dada essa tomada de poder devia se instalar a ditadura do proletariado. Para Marx, ela corresponderia ao estado de transição, ou seja, ao Estado socialista, um Estado temporário que visa romper com o Estado burguês. Durante a ditadura do proletariado, com a expropriação dos detentores de propriedade privada, caminhar-se-ia para a extinção das mentalidades burguesas e do antagonismo de classe, e quando esse objetivo fosse atingido o Estado socialista perdia a razão de sua existência e a sociedade se organizaria em associações de produtores livres.

Bakunin torna-se um opositor forte do Estado socialista, e assim se cria uma divergência clara entre os dois pensamentos, o que esteve na origem da sua expulsão da I Internacional.¹⁰ Como já se referiu, para Bakunin o Estado é sempre um Estado imperialista. Será sempre um Estado que se pretende fortalecer e, ao tornar-se um Estado forte, tende expandir-se e a alicerçar Estados mais fracos pelo seu cariz imperialista. Essa seria uma tendência clara a que as próprias características do Estado o conduzem.

Bakunin argumenta que estes *revolucionários doutrinários* pretendiam dirigir o povo, dizendo-lhe o que devem ou não fazer, ao invés da revolução social nascer da espontaneidade da classe trabalhadora. Para além disso, a ideia de que esse Estado socialista seria composto pelos próprios trabalhadores é refutada por Bakunin. No seu entendimento, essas lideranças, mesmo que partindo da classe trabalhadora, mesmo que se componham pelos próprios trabalhadores, quando exercem o poder de Estado deixam de o ser; isto é, se antes eram trabalhadores, agora não o são mais. Por isso, segundo Bakunin, não podemos crer que os interesses que representam sejam os do povo.

¹⁰ A Associação Internacional de Trabalhadores (1864-1876), ou I Internacional, foi uma federação de organização internacional dos trabalhadores de vários países da Europa e, embora tenha sido criada pelo movimento operário que estava renascendo após as insurreições de 1848, Marx e Engels viriam a desempenhar um papel central no seu seio (BOTTOMORE, 1983).

É por isso que Bakunin enfatiza que uma revolução política não é obrigatoriamente uma revolução social. Uma revolução social, no seu entendimento, é uma revolução que se dirige consoante as direções que o povo lhe dá, que se determina consoante as circunstâncias, os momentos e as especificidades e, por isso, não pode ser preditada por ninguém. Rejeita a ideia de que o povo é incapaz de gerir uma revolução, pois defende que apenas ele carrega no seu escopo social as circunstâncias, os momentos e as especificidades revolucionárias. Nesse sentido, uma revolução política não resulta necessariamente numa revolução social, pois ela se dá noutra ala e noutra perspectiva. Somado com o argumento já apresentado de que os interesses do Estado socialista tenderiam a se afastar dos interesses do povo, é, para Bakunin, irrisório pensar que o Estado, qualquer Estado, se conduza à sua própria superação. Segundo o autor, a História mostra que quanto mais se fortalece um Estado, mais ele trabalha para a sua perpetuação, e não como Marx parece acreditar que ocorreria com o seu Estado socialista.

Eles acreditam que quando este Estado tiver aumentado seu território e o número de seus habitantes tiver dobrado [...], ele assumirá um caráter mais popular [...], seus atos governamentais serão menos opostos aos interesses e todos os instintos do povo. Porém em que se fundamenta essa hipótese? Do ponto de vista teórico parece o contrário, que quando mais um Estado se amplia, mais seu organismo se torna complexo e estranho ao povo e, por conseguinte, mais seus interesses se opõem àqueles das massas populares [...], mais o povo fica na impossibilidade de exercer um controle sobre ele e mais a administração se afasta da gestão do próprio povo (BAKUNIN, 2003 [1873], p. 79).

Com a sua forte oposição ao Estado, naturalmente Bakunin irá criticar a perspectiva exposta pelos sociais-democratas no seu programa quanto à proposta de financiamento estatal às cooperativas. Na alínea que lhe confere o programa, o novo Partido perspectiva o desenvolvimento cooperativista pelas entranhas do Estado, criado e alimentado por ele. O autor coloca-se favorável à organização das associações/comunidades, sempre fora de qualquer tutela, estatal ou burguesa.

Nós nos declaramos inimigos de todo poder de Estado, de todo o governo, inimigos do sistema estatista em geral; e acreditamos que o povo só poderá ser feliz quando, organizando-se de baixo para cima, por meio de associações autônomas e inteiramente livres, fora de toda a tutela oficial, mas de forma alguma fora de influências diversas e livres, em igual medida, de individualidades e partidos, ele próprio criará a sua vida (BAKUNIN, 2003 [1873], p. 168).

Bakunin entende que esta proposta, ao incentivar os trabalhadores a organizarem-se em associações cooperativas financiadas pelo Estado social-democrata, restringe a ação dos trabalhadores a tornarem as suas condições de existência suportáveis.

Renunciava o modo de transição através do Estado, quer pelo sufrágio universal de Lassalle, quer pela ditadura do proletariado de Marx. Negava qualquer comando vindo de cima, sobre o que o povo devia ou não fazer após a Revolução Social. Acreditava esse ser um momento dinâmico e, portanto, não suscetível de previsões. No seu entendimento, são precisamente essas necessidades reais que se vão desenrolando que possuem a força motora para romper com a ordem anterior se organizando em torno de uma nova lógica comunitária, nunca comandos vindos de cima sobre como fazer, pois essas diretrizes não partem de quem, pela sua condição, possui essa força.

2.4. Do Programa de Gotha a Bernstein

O *Socialismo Evolucionário* de Eduard Bernstein (Alemanha, 1850-1932), nome, aliás, de seu livro, pode ser entendido precisamente como denominado, a evolução do pensamento social-democrata, formalizado no Programa de Gotha. Fato que faz com que, segundo o pensamento marxista, também o socialismo de Bernstein seja considerado como um retrocesso na reflexão teórica quanto à transformação rumo ao socialismo.

Bernstein considera forçadas as premissas do método materialista histórico. Para ele, considerar que as relações sociais são determinadas pela organização da economia, deixa de lado uma enormidade de fatores, o que, desde logo, conduziria a uma teoria enviesada. No seu entendimento, a teoria da mais-valia não passa de uma abstração grosseira de Marx. A premissa de Marx quanto à concentração de capital é, para Bernstein, algo que não se verificou. Pelo contrário, para Bernstein, o desenvolvimento do capitalismo, acompanhado do desenvolvimento da democracia, tem trazido conquistas para os trabalhadores que assim inferem sobre a concentração de capital, inviabilizando assim a premissa de Marx. Por isso, Bernstein defende que “as perspectivas do socialismo dependem não do decréscimo, mas do aumento da riqueza” (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 59).

Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo tem acarretado o crescimento da classe média, pois ela se torna cada vez mais necessária como forma de escoar a produção sempre crescente da lógica capitalista. Mas a sua ideia é que ela cresce não pela ascensão da classe

proletária, parecendo, então, defender que é a classe dos capitalistas que tende a diminuir. É neste sentido que encara as sociedades por ações como uma forma de democratização quanto à participação no produto excedente.

Bernstein encara o crédito como um instrumento de adaptação. O crédito incentiva o consumo, e funciona, por isso, como um mecanismo que possibilita contornar as crises de superprodução. Portanto, em Bernstein, o crédito seria um instrumento de transição para uma nova modalidade de produção (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 79). Ora, este posicionamento de Bernstein entra em conflito com o pensamento marxista. Rosa Luxemburgo (Polônia, 1871-1919), por sua vez, demonstraria, no livro *Reforma ou Revolução*, que o crédito faz com que as necessidades de consumo se afastem ainda mais da quantidade produzida. Por conseguinte, o sistema de crédito agudiza os antagonismos característicos do capitalismo. Contudo, Bernstein nunca reconheceu o papel que o crédito tem na formação das crises da economia capitalista.

Certos elementos cooperativistas podem também ser encontrados na teoria de Bernstein, de onde se destacam os que vão ao encontro do embrião já estabelecido no *Programa de Gotha*.

Bernstein entendia que a ideia da organização cooperativa estava contida no socialismo, pois o termo *socius* continha a ideia de que todos passariam a associados na organização socialista da produção.

Tal como a própria produção, as condições de existência para os produtores pressionam no sentido da socialização e da organização cooperativa da produção e da troca. Logo que esse desenvolvimento está suficientemente avançado, a realização do socialismo converte-se em necessidade imperativa para os novos progressos da comunidade. Consegui-lo é tarefa do proletariado organizado como partido de classe, e a consecução do seu objetivo deve apoderar-se do governo político (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 88).

Assim, a forma como Bernstein perspectiva o cooperativismo é bem distinta da de Marx. Para ele, o desenvolvimento do capitalismo, acompanhado do respectivo desenvolvimento da democracia, conduzem a um estado de coisas em que a forma cooperativa se torna um imperativo. Defende que, para tanto, é necessária a organização e criação de um Partido que, por sufrágio universal, alcance o poder político e que, por dentro dos trâmites legais e das instituições democráticas, conduza a sociedade à forma cooperativa de organização. Dito de outra forma, segundo este pensamento, temos como condições para a realização do socialismo o próprio grau

de desenvolvimento do capitalismo; e temos também condições para a soberania política da classe trabalhadora pela eleição do Partido Social-Democrata.

Como Bernstein se coloca contra a tomada violenta do poder, acreditando que o desenvolvimento da democracia nos coloca um panorama pacífico alternativo, defende, assim, que não só é impossível como desaconselhável “a imediata encampação do Estado” (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 94), ou seja, defende o poder econômico da associação ao invés de uma imediata socialização dos meios de fabricação e distribuição.

Bernstein é um defensor da democracia. Para ele, a democracia é a supressão do governo de classe, embora aceite que não seja a verdadeira supressão das classes (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 113). Para Bernstein, a democracia fornece instrumentos, como o sufrágio universal e a associação efetiva, que nos possibilitam caminhar progressivamente para o socialismo. Para ele, o foco não é o objetivo final mas, sim, o movimento, e não desconsiderar a ditadura do proletariado num momento em que até a burguesia se coloca na arena parlamentar seria, no seu entender, um retrocesso a uma “civilização inferior”.

Entende o liberalismo como um movimento histórico em que o socialismo é seu herdeiro e, se a democracia é a forma política do liberalismo, então não existe um pensamento realmente liberal que não pertença aos elementos do ideário socialista (BERNSTEIN, 1997 [1899]). Com isto, o autor pretende chegar à ideia de que a liberdade, em torno da qual gira toda a argumentação liberal, não existe sem responsabilidade. Daí que a consciência da responsabilidade econômica e social do indivíduo seja tão somente o reconhecimento de seus deveres perante a sociedade, o que configura ao socialismo de Bernstein como um *liberalismo organizante* (LUXEMBURGO, 2003 [1900]).

O socialismo não criará servidões [...]. O indivíduo tem de ser livre, não no sentido metafísico, como os anarquistas sonharam – i.e., livre de todos os deveres ante a comunidade – mas livre de toda a compulsão econômica na sua ação e escolha de uma ocupação (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 119).

Bernstein termina a sua obra *O socialismo evolucionário* dizendo que, quando Marx reconhece que o momento do desmoronamento não está ainda criado, passa, então, a validar as lutas dos sindicatos e mesmo as cooperativas. Nesse sentido, e como resposta ao fato de ser denominado de reformista, Bernstein defende que tanto as cooperativas como os sindicatos não são empreendimentos socialistas, mas comportam elementos socialistas (BERNSTEIN, 1997

[1899], p. 138), e se isso o configura como reformista, ele retorque, “Em toda a parte há ação pela reforma” (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 145).

Por fim, conclui que é indispensável ao socialismo revolucionário ter por finalidade a nacionalização de todos os meios de produção, mas não quanto ao socialismo prático, pois aqui não se devem colocar os fins distantes com prioritários sobre os fins próximos (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 147). E critica qualquer outra teoria que defenda que as reformas neutralizam o antagonismo e que, por isso, desmobilizem a classe trabalhadora. A tais objeções, responde Bernstein:

Do ponto de vista da teoria catastrófica, uma grande parte dessa atividade da classe trabalhadora é um desfazer do trabalho que se deveria deixar acontecer. Não é a democracia social que está errada. A falta reside na doutrina que supõe depender o progresso da deterioração das condições sociais (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 153).

2.5. O marxismo de Rosa Luxemburgo dentro da social-democracia alemã

Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo incorporavam o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) na viragem do século XIX para o século XX. No entanto, divergiam quanto ao papel que o partido deveria cumprir, sendo que perspectivavam o caminho para o socialismo de diferentes maneiras. Bernstein é criticado por Rosa Luxemburgo por separar reforma de revolução. Para ela, as reformas aparecem apenas como meios para a tomada do poder político. Mas, para Bernstein, com a multiplicação das cooperativas e dos sindicatos, somada com as progressivas conquistas democráticas, a tomada do poder deixa de fazer sentido, o que o leva a valorizar as reformas em detrimento da revolução.

Quando, em 1914, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) dá aval positivo para que o país financiasse a Primeira Guerra Mundial, torna-se evidente o abismo entre o pensamento político que reinava dentro da social-democracia alemã. Rosa Luxemburgo, por considerar este o ponto final na afronta ao socialismo, forma, com Karl Liebknecht (Alemanha, 1871-1919), a *Liga Espartaquista*, que mais tarde se tornaria no Partido Comunista da Alemanha (KPD).

Rosa Luxemburgo escreve o seu livro *Reforma ou Revolução*, onde pretendia dar resposta às questões que se colocavam na divergência de fundo com Bernstein. “Pode então a social-democracia ser contra as reformas? Pode opor-se a revolução social, a transformação da ordem existente, que constitui a sua finalidade, às reformas sociais?” (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 17).

Rosa Luxemburgo defende que existe uma relação dialética entre reforma e revolução, demonstrando que as reformas sociais são o meio para o fim a atingir, a revolução social.

Bernstein defende que o capitalismo desenvolve certos instrumentos de adaptação, como as organizações patronais, os meios de comunicação e o crédito. Seriam esses *meios de adaptação* que permitiriam um reajuste progressivo a favor da classe trabalhadora, deixando a tomada de poder de ser necessária. Este caminho alternativo pela via democrática nega a ideia da “catástrofe econômica” (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 153), defendendo que através do aumento do controle social e da generalização gradual do princípio da cooperação se constrói o socialismo. Bernstein por negar a ideia do desmoronamento do capitalismo, não reconhece que também ele, tal como formas anteriores de organização social, é transitório.

O segredo da teoria do valor de Marx, de sua análise do dinheiro, de sua teoria do capital, da taxa de lucro e, por conseguinte, de todo o sistema econômico atual, está no caráter, transitório da economia capitalista, no seu desmoronamento e, por conseguinte – este é apenas o outro aspecto – na finalidade socialista (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 78).

Bernstein, ao negar a teoria do desmoronamento capitalista, está também a negar o método materialista histórico, suas premissas e conclusões. Defende que alguns pontos de partida da análise de Marx não passam de possíveis tendências, e que, na verdade, algumas delas já se via que não se tinham verificado. É nesse seguimento que nega também a teoria da mais-valia, exposta por Marx como característica do modo de produção capitalista. Assim, nega a concentração de capital, com base no argumento de que, inclusivamente, as condições da classe trabalhadora haviam melhorado.

Rosa Luxemburgo questionará, então, esses meios de adaptação em Bernstein, que ao mesmo tempo que têm a função de contornar perturbações ao sistema capitalista, fortalecendo-o, podem ser também os meios para construir progressivamente o socialismo, sendo que o último tem como função destruir o primeiro.

Mas se os cartéis, o sistema de crédito, os sindicatos, etc., suprimem assim as contradições capitalistas, e se, por conseguinte, salvam da ruína o sistema capitalista, se permitem ao capitalismo conservar-se em vida – é por isso que Bernstein os chama de “meios de adaptação” – como podem eles, ao mesmo tempo ser “condições e mesmo, em parte, germes”, do socialismo? (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 26).

O crédito, meio de adaptação em Bernstein, nunca poderia ser entendido por Rosa Luxemburgo como um meio de adaptação ao socialismo. O crédito, encarado por Bernstein como um instrumento de reajuste necessário face às crises econômicas, aparece para Rosa Luxemburgo como um instrumento que não atenua, antes agrava os antagonismos de classe, para além de que, aquando das crises econômicas a tendência do crédito é a de contração. Nesse sentido, o crédito aparece para Rosa Luxemburgo não como um instrumento que conduz à solução que o sistema capitalista necessita mas, sim, um instrumento ao serviço do seu desmoronamento.

Bernstein defendia que o aumento da representatividade do Partido Social-Democrata, que traria cada vez mais para a rena parlamentar os interesses da classe trabalhadora, acarretaria conquistas e liberdades sociais sempre crescentes em direção ao socialismo. Nesse sentido, haveria condições para a promoção necessária dos sindicatos e das cooperativas para a sua generalização. No entendimento de Rosa Luxemburgo, a promoção da luta sindical e das cooperativas desvinculada do fim em si mesmo – a revolução e a tomada do poder pelas classes exploradas – insere-se apenas na discussão dentro dos trâmites das Leis dos Salários, o que significa que se trata de reformar a exploração capitalista. Assim, a discussão passa para um outro plano que não mais o da oposição entre capital e trabalho, o mesmo é dizer da luta de classes, o que se desvia do caminho para a construção do socialismo.

No fundo, não é mais uma luta entre Capital e Trabalho, mas uma luta do capital e da força de trabalho, solidários, contra os consumidores, em conjunto. Pelo seu valor social, é um empreendimento reacionário que não pode constituir uma etapa da luta pela emancipação do proletariado, porque é antes o oposto de uma luta de classe (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 44).

Para Rosa Luxemburgo, a democracia, por si só, não é viável para nos conduzir ao socialismo. Na sociedade capitalista, tal qual como ela se caracteriza, o Estado é um Estado de classe, um Estado que caminha ao lado e a favor da classe capitalista. Logo, a democracia apresenta-se como um instrumento insuficiente para a realização progressiva do socialismo. “São as instituições democráticas, nessa sociedade, pela forma e pelo conteúdo, simples instrumentos dos interesses da classe dominante” (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 56).

Rosa Luxemburgo surpreende-se com a posição de Bernstein no seio do Partido, pois entendia que já era ponto assente que a insuficiência das lutas sindicais e políticas colocavam a tomada do poder como uma finalidade. Mas a teoria de Bernstein continha, segundo ela, a ideia

oposta, pois este parte da impossibilidade da tomada do poder para a valorização das reformas sociais como garantia de caminho para o socialismo.

A ruptura entre o pensamento de Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein ocorre, então, quando as reformas (os meios) tomam o lugar dos fins. Rosa Luxemburgo afasta-se da teoria de Bernstein, e passa a considerá-lo como um teórico de compensações e de conciliações (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 61). Para a autora, pelas premissas do socialismo científico, do materialismo histórico e da teoria da mais-valia, a tomada do poder apresentava-se como uma necessidade histórica. Bernstein, por seu turno, apenas apresentavam reformas que se coadunassem com o estado de coisas.

No fundo, a divergência que separa definitivamente os pensamentos de Rosa Luxemburgo e Bernstein decorre da negação do materialismo histórico em Bernstein, o que faz com que Bernstein coloque a reforma frente à revolução como se fosse uma opção de cardápio, tal como ironiza Rosa Luxemburgo. Ao tornar os meios em fins, ao conceber as reformas sociais como transformadoras progressivas da ordem das coisas, Bernstein, abandona, segundo Rosa Luxemburgo, a luta de classes, aceitando-as e proclamando a reconciliação com o liberalismo burguês (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 108).

Rosa Luxemburgo desvaloriza a democracia quando esta é acompanhada, não de um fortalecimento, mas de um enfraquecimento do movimento operário. E questiona se a democracia, pela sua forma atual, torna supérflua ou impossível a finalidade do socialismo, a tomada do poder. Para ela, a História demonstra que não, que a democracia tem vindo a reforçar a classe dominante, e, portanto, não é uma via para se alcançar o socialismo. O conflito de interesses entre as classes sociais tornam a tomada do poder como necessária, e, por isso, o socialismo é a luta de classes. A questão não se coloca, segundo a autora, entre reforma ou revolução. Crucial é que a aplicabilidade das reformas não desvie a social-democracia da sua finalidade. A admitir-se o contrário, verificar-se-á que o revisionismo não conduzirá ao socialismo mas, sim, a uma mera reforma da ordem capitalista.

Capítulo 2

ELEMENTOS COOPERATIVISTAS ENTRE AS DOCTRINAS EMERGENTES

O cooperativismo é um conjunto de práticas que nasce com a Revolução Industrial e que resulta da necessidade que a nova classe – o proletariado – entende de se organizar. Essas práticas foram e são interpretadas de diferentes modos e com fins diferenciados, consoante suas conotações ideológicas e políticas.

Daí decorre que entre as correntes ideológicas que surgem ao longo do século XIX, nomeadamente as teorias dos autores comentados, se encontrem diferentes elementos cooperativistas. Esses elementos cooperativistas aparecem, por vezes, diretamente expostos pelos autores em suas teorias, enquanto em outros podem ser depreendidos da sua teoria geral.

Antes de Marx, o termo socialista designava ainda toda e qualquer ideia que representasse uma crítica ao sistema vigente. Contudo, depois de Marx, e do desenvolvimento de seu método – o materialismo histórico –, alguns posicionamentos que evocavam a transformação social ficam despidos de coerência e a aplicabilidade do termo socialista começa a ser discutível. Com as formulações que Marx levanta assentes em suas premissas se traz para o campo de discussão a forma central como as relações econômicas interferem sobre a organização da sociedade. Desse modo, alguns caminhos propostos para o socialismo passam de inocentes a oportunistas, dado o maior entendimento que agora se havia alcançado para interpretar a realidade social no capitalismo.

No entanto, todas as correntes se insurgiam contra a desigualdade social a que se assistia, e, nesse sentido, de uma forma ou de outra, se colocavam pela sua mudança. No entanto, uns ambicionavam subvertê-la, enquanto outros tentavam ladeá-la. Por isso, as diferentes teorias apresentam também diferentes perspectivas quanto ao cooperativismo. Para algumas, ele se

apresenta como uma forma de contornar a problemática social, podendo incluir as parcelas da população que o desenvolvimento industrial não absorveu; enquanto para outras ele é discutido consoante a função que poderia desempenhar na subversão desse modo de produção característico da grande indústria. Portanto, o papel atribuído ao cooperativismo é encarado pelos diferentes autores teóricos consoante o fim que caracteriza a sua teoria geral.

É nesse sentido que, já apresentadas as diferenças entre as ideias mais gerais quanto à interpretação da nova sociedade industrial, se pretende extrair e compilar agora os elementos cooperativistas que nos fornecem as diferentes teorias, para que os possamos comparar e distinguir com clareza no capítulo seguinte.

1. Elementos cooperativistas no socialismo utópico

Entre 1815 e 1830, momento em que surgem as primeiras ideias socialistas, a classe operária recém-formada não havia ainda se organizado de forma consistente e revolucionária, pois ainda não havia se desenvolvido entre o proletariado a consciência e a identidade de classe. Como coloca Hobsbawm, o descontentamento das massas na Grã-Bretanha ainda não representava um movimento político mas, sim, um protesto mudo (HOBSBAWM, 1992 [1962], p. 132). Os primeiros socialistas, como o líder da cooperação owenita no caso inglês, provinham de pequenas elites privilegiadas, onde tinham tido condições para o seu desenvolvimento intelectual. Assumiam-se como emancipados e iluminados, como alguém que traria a liberdade pela concretização das suas ideias, as quais dirigiam primeiramente às classes influentes, e que, posteriormente, respaldariam, também nas camadas mais baixas.

De facto, os “socialistas utópicos” (os saint-simonistas, Owen, Fourier e outros) estavam tão convencidos de que bastava proclamar a verdade para esta ser instantaneamente adotada por todos os homens de educação e bom senso, que inicialmente limitaram os seus esforços para a realização do socialismo a uma propaganda dirigida em primeiro lugar às classes influentes – os trabalhadores, embora viessem sem dúvida a beneficiar, eram infelizmente um grupo ignorante e atrasado – e à construção por assim dizer de fábricas-piloto do socialismo – colónias comunistas e empresas cooperativas (HOBSBAWM, 1992 [1962], p. 276).

Contudo, este *socialismo de cooperação* (HOBSBAWM, 1992 [1962], p. 140) tinha como objetivo ladear as problemáticas que o desenvolvimento capitalista vinha desenvolvendo.

Pode dizer-se que, na sua generalidade, era um movimento que pretendia contornar as problemáticas sociais que a nova reorganização da sociedade havia trazido, através de reformas adequadas que contribuíssem para a continuação do progresso. Estes socialistas não estavam interessados em agitação política, não apresentavam uma estratégia nem orientação política clara, e por isso, muitas vezes os elementos cooperativistas que encontramos contidos nas suas propostas se cingem a grupos de propaganda e de projetos de educação, situados fora da agitação, que decorria do conflito entre o capital e o trabalho (HOBBSAWM, 1992 [1962], p. 141).

Essa difusa orientação política leva a que se encontre entre os socialistas utópicos uma grande heterogeneidade ideológica, resultante de múltiplas e diferenciadas interpretações da realidade social, assim como sobre o que nela é preciso alterar. Nesse sentido, o cooperativismo aparece para os três autores considerados, Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon, com diferentes funções e objetivos. O contexto histórico e geográfico em que se desenvolvem essas teorias, certamente em muito contribuiu para as diferentes perspectivas entre os autores.

Owen, com a sua primeira experiência da New Lanark e através do plano que apresentou ao governo britânico, vai trazer contributos no campo das ideias económicas. Fourier, por outro lado, escreve-nos de França, de onde vinham as aceras discussões em torno do ideal liberal. E é daí que retira as suas ideias em torno das liberdades individuais e que transporta para a sua *Lei da Atração Passional*. Saint-Simon, na perspectiva da liberdade dos mercados, carrega também, embora de forma bem diferenciada de seu conterrâneo, as ideias políticas discutidas na sua época na França. Portanto, a nova era industrial era alvo de diferenciadas interpretações entre estes autores, embora em todos eles se encontre ainda um recurso ao espiritual e divino para justificar fatores que compunham a nova realidade social.

1.1. O cooperativismo em Owen

Robert Owen, como colocado no primeiro capítulo, via o desenvolvimento e a introdução da maquinaria como a causa da generalização da miséria na Grã-Bretanha. A maquinaria era, então, encarada pelo autor como a principal causa da miséria, pois ao libertar mão de obra aumentava, pela via do desemprego, a pobreza e miséria que caracterizavam a Inglaterra de inícios do século XIX. Por isso, Owen defendia que era preciso diminuir a maquinaria nas fábricas, assim como direcionar melhor as quantias que vinham a ser gastas com os desempregados e miseráveis que compunham a

chamada oficina do mundo. Propunha que essas verbas fossem antes empregues no desenvolvimento de ocupações produtivas organizadas em forma de cooperativa, que tinham como função integrar esta parte da população. Com este redirecionamento das verbas, os pobres não seriam os únicos beneficiados mas, sim, toda a população, pois os produtos disponíveis aumentariam. Para além disso era uma forma de, por dentro das instituições democráticas já estabelecidas, se contornar o problema, evitando-se assim “raivosas e violentas paixões” (OWEN, 1817, p. 3).

Owen, industrial do ramo de tecelagem, havia promovido dentro da sua própria empresa o que muitos consideram como as primeiras práticas cooperativistas. Esta experiência prendia-se, primeiramente, com a necessidade de acabar com os maus tratos dentro da fábrica, com o trabalho infantil, etc. No entanto, havia uma ambição em Owen de que ela se generalizasse. Apostava, por isso, na promoção de um plano educativo para a promoção do espírito cooperativista, nomeadamente entre os mais novos.

O seu projeto passava pela promoção de um gênero de um bairro, com casa e terra para, mais ou menos, umas mil pessoas; deveria ter casas para instalar as famílias e casas para receber visitas; cozinha comunitária; enfermaria; estabelecimentos agrícolas onde se produziria e se comercializariam produtos; e, por fim, as escolas. Quanto à educação, Owen elaborou todo um projeto detalhado, pois era por aí que destruiria os maus hábitos e a ignorância, que considerava que dominavam a sociedade. Se, para este estrato da sociedade, as autoridades despendem enormes quantias para sua sobrevivência, porque não direcionar esses recursos de um outro modo que colocasse estas pessoas a produzir, e dessa produção retirar a sua subsistência. Para isso, acreditava que se devia investir na educação e treinamento, para que estes pudessem participar efetivamente da produção. Owen acrescenta ainda que essa medida seria inclusivamente positiva para a sociedade como um todo, porque como advoga, um homem produz mais do que consome. Acreditava que com estas mudanças que propunha, a terra e o trabalho veriam o seu valor aumentado, e a maquinaria entraria agora não mais como um fator de subserviência mas, sim, como uma ajuda a toda a comunidade.

Considerava que a experiência que havia desenvolvido na New Lanark deveria ser promovida a nível nacional, pois apenas com a sua generalização se concretizariam todos os benefícios que lhe atribuíra. Para isso, elaborou um requerimento de financiamento ao governo britânico, para que a sua experiência na New Lanark tivesse condições para se alastrar, com o

argumento de que o seu plano era uma alternativa a uma alteração brusca das coisas. Owen afirma logo no início do seu plano:

Shall the alteration be made under the guidance of moderation and wisdom, foreseeing, and gradually preparing each step, one regularly after another, thereby preventing a single premature advance – or shall the change be effected by ignorance and prejudice, under the baneful influence of the angry and violent passion? [...] Prepared the minds of all for a calm and dispassionate inquiry – how the evils which at present afflict society can best be remedied (OWEN, 1817, p. 3).¹¹

O cooperativismo de Owen reduz-se, no fundo, a um projeto educativo. Por considerar que o estado de miserabilidade dos mais pobres se devia à ignorância e ao obscurantismo em que se encontravam, considerava que através de um plano de produção em cooperativas e fomento de ação educativa conseguir-se-ia combater esses males que assombavam a sociedade.

Entendo, então, que os elementos cooperativistas expressos na teoria de Owen passam pelo recurso ao financiamento estatal para a construção de cooperativas ao estilo da New Lanark. Estas cooperativas eram assim promovidas por intelectuais e pelo governo, às quais deviam ser fornecidos instrumentos para que, através da produção em cooperativas, se incluíssem no sistema capitalista industrial. E esse espírito devia ser o promovido entre os mais pobres, através de planos educativos que deviam ser direcionados aos cooperados, nomeadamente aos mais novos. Ou seja, Owen considerava que para a continuação do progresso a pobreza tinha que ser solucionada. E entendia que essa pobreza ocorria por causa da maquinaria que excluía os trabalhadores. As cooperativas apareceriam, assim, como uma política de inclusão, através do Estado, que tinha ao seu encargo o seu financiamento. Portanto, o cooperativismo em Owen é uma forma de ladear as problemáticas sociais que o desenvolvimento industrial acarretava. A sua proposta, pelas veias internas das instituições democráticas já estabelecidas, apresentava-se assim como uma solução para que o progresso pudesse continuar, ao invés das revoltas que julga que poderiam acontecer, caso essas problemáticas (como a pobreza) não fossem contornadas.

¹¹ Tradução livre da autora: "Acontecerá a alteração sob o guiamento da moderação e da sabedoria, antecipando e preparando cada passo, um após o outro com constância, evitando deste modo avanços prematuros – ou acontecerá a mudança afetada pela ignorância e preconceito, sob a execrável influência de furiosas e violentas paixões? [...] Preparadas as mentes para uma análise calma e desapaixonada – o modo como os males que atualmente afligem a sociedade podem então ser melhor remediados" (OWEN, 1817, p. 3).

Denota-se uma insuficiência na interpretação da realidade social que se desenhava, pois Owen, apesar de relacionar o desenvolvimento da maquinaria com o desemprego, continua justificando os vícios em que caía a camada mais pobre da sociedade, como se se tratasse de uma ordem divina que os havia agoirado. Owen apresenta assim uma interpretação ainda limitada, por não estabelecer uma relação direta entre o modo de produção capitalista e a degradação das condições de vida dos trabalhadores, o que faz com que sua teoria se mantenha ainda no campo das ideias.

1.2. O cooperativismo em Fourier

Em Fourier, encontram-se novas ideias políticas quanto à classe trabalhadora que se vinha consolidando. O autor dá indícios de estabelecer um paralelo entre desigualdade social e liberdade individual; argumentando que quanto maior a situação de pobreza em que o indivíduo se encontra, menor o seu grau de escolhas e, portanto, mais restrita a sua liberdade. Portanto, a sociedade só caminharia para a igualdade com a promoção da liberdade individual, nomeadamente pela abolição da repressão dos desejos e das paixões. É esta a ideia contida na *Lei da Atração Passional*, onde Fourier se debruça sobre a relação entre uma sociedade segmentada consoante as posses, e a liberdade do indivíduo enquanto ser humano. Admite o progresso que a Civilização possibilitou, no entanto, a sua crítica aguçada permite-lhe entender que esses avanços se deram às custas da degradação das condições de trabalho. Entendia que o progresso se devia a avanços técnicos que traziam, não o bem-estar, mas a imposição crescente do trabalho.

Fourier escreve-nos depois da Revolução Francesa. O que retira desse período histórico e de seu desenvolvimento, o leva a se afastar não só de propostas reformistas, mas também a apresentar uma certa descrença pela luta política. Ao assentar a sua teoria na valorização da natureza do Homem e de suas liberdades individuais, Fourier se afasta da dimensão histórica dos fenômenos sociais o que compromete o seu pensamento, pois não atribuí ao proletariado, enquanto classe, qualquer papel na formação da nova sociedade. Contudo, o autor é valorizado pela elaboração de uma outra organização possível da sociedade.

Em sua teoria, a sociedade caminharia para a igualdade, e para o seu estágio posterior – a Harmonia – apenas por meio da promoção da liberdade individual e do equilíbrio entre os desejos e paixões. Era preciso, no entanto, um período de transição da Civilização (estágio atual) para a Harmonia, período esse que denomina de Garantismo. Durante essa transição, as pessoas

se associariam pelos gostos e interesses que tivessem em comum, em comunidades auto-organizadas. Essa experiência permitiria ao Homem entender como poderia viver melhor num outro sistema, que não o *civilizado*.

Essas comunidades se designariam de *Falanstérios*, onde as pessoas se agrupam em *séries*, aglomerados de pessoas que nesse falanstério se juntariam por suas afinidades. Mas essa comunidade não quebraria com a estrutura da civilização. O Falanstério não se propunha a alterar a lógica da propriedade privada nem do dinheiro, assim como tencionava manter as práticas de mercado (KONDER, 1998, p. 38). Contudo, seriam as séries que decidiriam sobre a sua comunidade, o que nos revela que, na perspectiva de autor, o Estado se tornava não só desnecessário como hostil. Fourier não aceitava, em nenhum momento, que direcionamentos vindos de cima se colocassem acima do interesse e da liberdade individual.

Fourier apresenta-se, no nosso entender, como o mais ousado dos socialistas utópicos, pois, ao entender que a Civilização é também ela um estágio passageiro e transitório, centra-se na elaboração de uma teoria que visa a construção de um novo modo de organização em sociedade. Contudo, apresenta alguns conflitos teóricos na sua conciliação entre liberdade individual, que valoriza acima de tudo, ao mesmo tempo que promove o espírito comunitário como forma de organização dessa nova sociedade. Para além disso, ao mesmo tempo em que defende a total abolição do Estado, para que organização da sociedade dependesse apenas da vontade das séries, mantém a propriedade privada e a lógica de mercado sem entender que está mantendo o que reprime os indivíduos, ou seja, mantendo o que impõe o trabalho de forma crescente.

Esta ideia de que as comunidades autogeridas devem se desenvolver sem depender do Estado ou da burguesia se encontrada associada com a promoção de comunidades alheadas dos assuntos políticos. Pela sua generalização se considera que as mentalidades burguesas se anulam automaticamente, e que, apesar de se manter a propriedade privada, ela não tende mais a concentrar-se pois as séries representam agora o centro de decisão. Assim, pela abolição do Estado se abole as consequências nefastas da propriedade, o que em muito se aproxima de um posicionamento anarquista, e que faz com que os elementos cooperativistas contidos na teoria de Fourier se encontrem com a teoria anarquista de autogestão.

1.3. O cooperativismo em Saint-Simon

Saint-Simon, em França, traz também novas colocações quanto à teoria política. Apesar de apelidado de socialista, na sua teoria encontram-se vários contributos para a organização da empresa industrial, da propriedade privada e da ciência, assim como para a promoção da mínima intervenção do Estado na economia. A sua teoria carrega, portanto, bastante do ideário liberal.

Tal como Adam Smith, defendia o papel do Estado devia ser reduzido ao mínimo, para que não perturbasse o equilíbrio económico. O papel do Estado ficava assim confinado a manter a ordem e a defender a propriedade privada.

Na teoria de Saint-Simon, com o caminhar do desenvolvimento económico os interesses individuais tendiam a ir ao encontro dos interesses gerais; o mesmo é dizer que pelo livre desenvolvimento do capitalismo os interesses da classe trabalhadora se fundiriam com o dos capitalistas. Para isso, as sociedades por ações deveriam abrir o seu capital aos trabalhadores. Pela participação nos lucros, estes encarariam a empresa com os mesmos olhos que o patrão, e passariam de súbditos a associados. A ordem se encontrava, assim, autoestabelecida. Os industriais aparecem, portanto, como conciliadores de interesses e garantidores da ordem, mas, para isso, a intervenção do Estado devia ser reduzida ao mínimo. Assim, seriam os industriais, por serem os únicos com esse interesse, quem devia compor a Câmara. No fundo, ao atribuir ao Estado as mínimas funções, Saint-Simon investia um poder soberano aos capitalistas (BERNARDO, 2004).

Esta forma de associação entre os trabalhadores, pela participação nos lucros, decorre, então, do desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, Saint-Simon prevê, ao modo de A. Smith, resolver o conflito entre capital e trabalho; ou seja, pela promoção do ideal liberal de equilíbrio dos mercados sem intervenção do Estado, Saint-Simon propõe resolver o conflito de interesses entre os trabalhadores e os capitalistas. O autor prevê um tipo de associação que não se inscreve no conceito do que entendo ser o cooperativismo, nomeadamente pelo fato de o trabalhador se “juntar” a algo que já existe, não passando, portanto, por uma iniciativa somada a um projeto coletivo (o que reporta a sua contribuição a uma ação meramente individual); e, principalmente, por se limitar a uma abertura do grande capital ao pequeno capital, o que não representa nenhum tipo de transformação entre a relação capital e trabalho (GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 19).

Pode, então, depreender-se que entre os socialistas utópicos existem correntes ideológicas bastante diferenciadas, o que inviabiliza a possibilidade de interpretação de uma

hipotética teoria cooperativista do socialismo utópico. Os elementos cooperativistas expostos propõem-se a objetivos diferenciados. Owen entende o cooperativismo como um plano de Estado; Fourier, com uma visão mais anarquista, idealiza uma outra sociedade autogerida; enquanto Saint-Simon promove a associação entre trabalhadores e industriais, pela abertura do capital da empresa.

No entanto, existe uma identidade que percorre os três autores comentados. Tanto em Owen, como em Fourier, como em Saint-Simon, se encontra um recurso à espiritualidade ou ao divino quer para justificar os males da sociedade, e, nesse mesmo sentido, a solução para esses males seria também externa ao Homem. Para contornar a ignorância e o obscurantismo que reinava entre a sociedade industrial, propõem soluções que passam desde projetos educativos, até à promoção da livre concorrência como razão divina. Por isso, a sua crítica é limitada face à complexidade da nova sociedade industrial e conduz a propostas perpetuadoras do desenvolvimento dessa ordem, pois não formulariam uma crítica direta ao modo capitalista de produção que se vinha consolidando desde a Revolução Industrial. Por isso, este recurso ao idealismo afasta a teoria dos socialistas utópicos da materialidade que caracteriza a realidade social da nova era industrial.

2. O cooperativismo em Marx

Pelo exposto no capítulo primeiro sobre a formulação do pensamento marxista, entendo que o método materialista histórico desenvolvido por Marx o levava a identificar as chaves necessárias para a transformação social através do modo de produção capitalista. Ao entender-se que a nova forma de organização que a economia agora assumia é central na reestruturação social que se deu na Europa do século XIX, se depreende que para o subverter é necessário romper com aquilo que o caracteriza – a propriedade privada. N’*Os Manuscritos Económico-Filosóficos*, Marx (2008 [1844]) explicita de que forma a divisão dos meios de produção e os seus rendimentos se dividem entre as classes sociais. Demonstra também que o capital apresenta, como sua característica, um carácter cumulativo, pois o seu rendimento é sempre progressivamente maior consoante a sua grandeza; o que leva, pela relação entre concorrência e acumulação, ao distanciamento entre as classes e à tendência progressiva de redução dos salários. Na base deste modo de produção temos, então, a propriedade privada dos meios de produção, o Homem como estranho ao seu trabalho e, portanto, ao outro Homem, e o assalariamento. Nesse seguimento, encontram-se ao longo da teoria de Marx, certos elementos que

nos possibilitam formular o seu entendimento quanto ao cooperativismo, o que nos coloca no plano de discutir em que medida o cooperativismo afeta esta relação entre o capital e o trabalho.

Poucos anos após ter desenvolvido *Os Manuscritos*, Marx apresenta-nos a sua obra *A miséria da Filosofia* (1847), onde elabora uma crítica a Proudhon¹². Marx entende que as conclusões erradas e as propostas enviesadas que Proudhon apresenta se devem ao manejo errado da dialética, o que o conduz a desenvolver antídotos que visam ladear as problemáticas da economia capitalista. Esta insuficiência do pensamento de Proudhon se prende com o fato de este se abstrair e se afastar do movimento histórico das relações de produção. É nesse sentido que Proudhon entende a concorrência como um caminho para a igualdade social, que necessita, no entanto, de um antídoto para se equilibrar – o monopólio.

Existe uma divergência conceitual, desde logo, entre Marx e Proudhon. Para Proudhon, o valor do produto depende da utilidade. Para Marx, isso verifica-se apenas em mercados pequenos. Com um mercado cada vez alargado e uma produção crescente, essa não era a tendência das economias capitalistas, nomeadamente da França e da Inglaterra do século XIX. A produção sempre crescente afasta o valor do produto de sua utilidade, pois é a oferta que passa a pressionar a demanda. O que é o mesmo que dizer que o valor de uso se distancia do valor de troca. Ou seja, a comercialização dos produtos depende da produção, pois com o crescimento da produção, i.e. com a Grande Indústria vindo substituir as trocas individuais, a produção sempre crescente antecipa a procura. Nesse seguimento, o valor do trabalho também não mais se encontra com o tempo disponibilizado na produção do produto. O valor do trabalho resulta agora do tempo mínimo para a produção desse produto, que se estabelece pela concorrência, diretamente relacionada com o equilíbrio entre oferta e procura.

Então, acontece que Proudhon estava interpretando de forma limitada a nova realidade. Os mercados se alargaram com o desenvolvimento de economias de escala na Grande Indústria, a produção tornou-se necessariamente sempre crescente, o que resulta em mercados alargados, em

¹² Pierre-Joseph Proudhon (França, 1809-1865) foi tipógrafo e integrante do movimento operário, por volta de 1830. Destacou-se pela sua obra *O que é a propriedade?* (1840), onde demonstrou a inutilidade dos patrões e a força associativa dos operários, e que, por isso, a propriedade é um roubo. Apesar de Proudhon ser um crítico do Estado e valorizar a revolução social em detrimento da política, era, na verdade, um defensor da democracia parlamentar, tendo mais tarde incorporado o parlamento francês. Valorizava a associação mútua e o sistema de crédito (Bancos do Povo), como sua forma de financiamento. Marx enquadra a teoria de Proudhon no socialismo burguês, por considerar que ao longo da mesma Proudhon visa a substituição das contradições do sistema econômico pela conciliação entre os diferentes interesses das classes sociais. Nesse sentido, a teoria de Proudhon é inscrita no campo reformista. Proudhon questiona a propriedade mas não questiona o assalariamento, acabando por promovê-lo através do seu banco mutualista. Nesse sentido, chega a ser considerado como um precursor do Estado capitalista (GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 56).

oposição aos mercadores locais anteriores à Revolução industrial. Acontece com isso, que a produção não mais depende da demanda, e o valor das mercadorias não mais depende da utilidade, logo a troca encontra-se diretamente dependente da forma de produção. Quando o mercado cresce, o valor de uso se afasta cada vez mais do valor de troca, e a anarquia da produção torna-se fonte de progresso.

Esta diferença entre os dois autores é determinante para entender o porquê de Marx se colocar frontalmente contra a ideia do sistema de trocas em Proudhon. Acredita que essa é uma forte influência de Bray, um economista escocês promotor do cooperativismo, que defendia um sistema de trocas igualitárias de acordo com o valor do trabalho. Essa proposta, no entendimento de Marx, deriva de uma interpretação dos novos mercados, pós-Revolução Industrial, como se ainda se tratassem de mercados pequenos. Ou seja, é uma análise que não atenta às modificações econômicas ocorridas no início do século, e que não identifica a segmentação social daí decorrente. Como se demonstrou, no entendimento de Marx, com o alargamento dos mercados cada vez mais o valor de uso se afasta do valor de troca, ou seja o modo de produção influi diretamente sobre o valor de troca. Nesse sentido, a proposta de Proudhon e de Bray de sistema de trocas igualitárias tenta expurgar a troca individual de todos os seus elementos antagônicos.

Contudo, Bray previa que, para que a transformação fosse viável e para que triunfasse o sistema social de comunidade, era necessário aquilo que designa de *termo social preparatório*. Era necessário a promoção de todo um sistema de cooperação, para que os custos de produção determinassem o valor do produto, e o valor de uso sempre se encontrasse com o valor de troca. A sociedade por ações assumia esse papel, como integrante do sistema vigente, mas que carrega também algo da nova sociedade que se pretendia criar – o sistema social de comunidade. Assim, se acreditava que

A coexistência da propriedade individual dos produtos e a propriedade comum das forças produtivas subordina à sorte de cada indivíduo à sua própria atividade e lhe concede uma parte igual em todas as vantagens propiciadas pela natureza e progresso das artes. Por isso, este sistema pode aplicar-se à sociedade tal como existe e prepará-la para ulteriores transformações (MARX, 1985 [1847], p. 77).

Contudo, tal como a promoção das trocas igualitárias, também esta proposta de transformação social, pela participação dos trabalhadores nos lucros através da abertura de capital, se apresenta como resultado de uma interpretação incompleta da nova realidade social. Se as trocas não funcionam porque não independem da produção, porque o modo de produção capitalista se

caracteriza por distanciar o valor de uso do valor de troca; por outro lado, a abertura de capital aos trabalhadores, sempre resultará numa lucratividade para o pequeno capital bem menor do que aquela que o grande capital estará rentabilizando. Esta teoria de Proudhon e Bray, de um termo social preparatório figurado na sociedade por ações, bem ao estilo de Saint-Simon, tem como respaldo a teoria dos ganhos de capital de Marx exposta no seu livro *Os Manuscritos Econômico-Filosóficos*.

No primeiro congresso da AIT, Marx valoriza, na *Mensagem Inaugural* (1864), tanto as cooperativas como os sindicatos por acarretarem vitórias de princípios socialistas, pois suas conquistas representam um avanço da economia política operária sobre a economia política burguesa (MARX, 1864). No caso específico das cooperativas, considerava que tinham como grande vantagem demonstrar que a produção tem como se realizar sem uma classe explorando a outra, ou seja que existe outra forma de organizar a produção sem os meios de produção necessitarem ser monopolizados. Dessa forma, a cooperativa demonstrava que o trabalho assalariado era também ele uma forma transitória. Assim, o principal mérito das cooperativas seria, pela sua força transformadora da sociedade assente no antagonismo de classe (ou seja força transformadora para modificar relação capital trabalho), demonstrar que o sistema capitalista poderia ser suplantado. Contudo, Marx deixa claro que para converter, na totalidade, a produção capitalista em produção social, os esforços das cooperativas seriam sempre ínfimos (MARX *apud* NAMORADO, 1979, p. 22), pois para subverter o modo de produção capitalista é necessário abolir a propriedade privada e o assalariamento. E isso, no entendimento de Marx, só era possível com a tomada do poder pela classe trabalhadora, que, no processo de transição da sociedade capitalista para o comunismo, conferia ao Estado socialista a função de coletivizar a propriedade com o fim de abolir as classes e as mentalidades burguesas.

O sistema cooperativo, restrito às formas minúsculas brotadas dos esforços individuais dos escravos assalariados, é impotente para transformar por si mesma a sociedade capitalista. Para converter a produção social em largo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo, mudanças gerais se fazem indispensáveis (MARX *apud* GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 29).

No seu livro *O capital*, o autor vai colocar que o desenvolvimento do capitalismo trouxe também a separação entre a propriedade do capital e o trabalho de direção. O desenvolvimento do capitalismo veio resumir o papel de capitalista aos rendimentos de suas posses, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo apresenta o capitalista como supérfluo ao processo de

produção. Nesse sentido, a forma de produção cooperativa contribui para demonstrar a irrelevância do capitalista para o processo de produção. Ou seja, ao excluir funções de posse e manter funções de gestão, a forma cooperativa de produção explicita que lucro não é salário mas, sim, mais-valia que o capitalista extrai de trabalho que não foi pago ao trabalhador. Isso permitiu às cooperativas uma forma social do progresso do trabalho que evolui no sentido de se tornarem independentes do capital. O que permite, no entendimento de Marx, que “as formas engendradas dentro da produção capitalista [as cooperativas] podem existir independentemente do seu carácter capitalista e libertadas das condições do capital” (MARX *apud* NAMORADO, 1979, p. 24). Quer isto dizer, que no seio das cooperativas o antagonismo de classe encontra-se superado. No entanto, Marx volta a colocar sua ressalva, como seus esforços são ínfimos para reverter o modo de produção capitalista, a superação do antagonismo de classe dá-se de forma incompleta, pois, na verdade, apenas assume outra forma (MARX *apud* NAMORADO, 1979, p. 28). Agora, os cooperados, patrões de si próprios, continuam usando os meios de produção para valorizar o próprio trabalho.

Quanto às cooperativas obreiras, elas representam, no interior do antigo sistema, a primeira brecha nele feita, conquanto produzam necessariamente, e por toda a parte, em sua organização real, todos os defeitos do sistema vigente. Todavia, nas cooperativas, o antagonismo entre capital e o trabalho foi sobrepujado, mesmo que de forma ainda imperfeita: organizados em associações, os trabalhadores são o seu próprio capitalista, i.e. utilizam os meios de produção em lugar do valor do seu próprio trabalho (MARX *apud* GUILLERM e BOURDET, 1975, p.28).

Esta superação do antagonismo de forma incompleta nada assegura quanto à sua possível reversão, isto é, com a tendência do capital à concentração e por se manter, entre os cooperados, a propriedade privada, estes, agora capitalistas de si próprios, serão levados pela pressão da concorrência a se aproximarem de empresas capitalistas em detrimento dos princípios cooperativistas. Por isso, o cooperativismo em Marx tem que ser entendido numa perspectiva da sua necessária generalização, sendo que de outro modo a tendência é para a reversão de seus princípios. Contudo, essa generalização só é possível e eficaz se acompanhada de uma revolução política e social de transformação da ordem vigente, pois de forma isolada os seus esforços serão sempre ínfimos para subverter a produção capitalista em produção social.

Por excelente que seja em seus princípios, e por mais útil que se mostre na prática, a cooperativa dos trabalhadores, se circunscrita a um círculo estreito, se apenas alguns trabalhadores fazem esforços em proveito de sua pequena

felicidade e em seu benefício, então esta cooperação jamais será capaz de deter os monopólios que crescem em progressão geométrica; não será capaz de libertar as massas, sequer de aliviar de maneira perceptível o fardo da miséria [...]. Para que as massas trabalhadoras sejam alforriadas, a cooperação deveria adquirir amplitude nacional, e em consequência seria preciso favorecê-la com meios nacionais (MARX *apud* GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 29).

Se se analisar o posicionamento de Marx em relação à Comuna de Paris, verifica-se que a valoriza precisamente por esta prever a expropriação dos expropriadores. Ou seja, um dos princípios da Comuna era a abolição da propriedade privada. Previa a abolição da propriedade privada por um governo composto pelo povo e tomado de forma violenta. Como Marx coloca, a Comuna não tinha nada de socialista, pois o seu tempo de vida não permitiu o desenvolvimento desse processo. No entanto, essa era a sua tendência.

Dessa forma, a promoção do cooperativismo na Comuna de Paris é valorizado por Marx, pois passa pela afronta àquilo que considerava o alvo – a propriedade privada sobre a qual assentavam as relações econômicas e sociais do sistema capitalista. Por isso, afirma,

Se a produção cooperativa é algo mais que uma fraude e um ardil, se há de substituir o sistema capitalista, se as sociedades cooperativas unidas devem regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista – o que seria isso, cavalheiros, senão o comunismo, comunismo “realizável”? (MARX, 2011 [1871], p. 60).

Contudo, sabemos pela teoria de Marx que para a emancipação do Homem um longo caminho deve ser trilhado. Ou seja, a substituição das condições econômicas decorrentes da propriedade privada e do trabalho escravizado, por trabalho livre e associado, é um trabalho progressivo a ser desenvolvido no período de transição – o socialismo –, que depende não apenas da distribuição mas, sim, da organização. A Comuna não teve tempo, mas nos seus princípios estavam contidos elementos de um cooperativismo diretamente fruto da revolução, um cooperativismo que cumpria um papel revolucionário na subversão do modo de produção capitalista.

Este cooperativismo seria, portanto, bem distinto daquele que, anos mais tarde, Marx criticaria no Programa de Gotha, programa da recém-aliança que dava origem ao Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Pelas críticas de Marx aos elementos cooperativistas aí expostos, pode acrescentar-se à interpretação do seu posicionamento quanto ao cooperativismo a autonomia que este considerava necessária entre as cooperativas, o Estado e a burguesia.

No que diz respeito às atuais cooperativas, elas só têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses (MARX, 2012 [1875], p. 41).

Por seu turno, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) apresentava no seu programa uma cláusula que previa a promoção do cooperativismo pela via do financiamento estatal, pois entendia que o modo de produção cooperativo era uma solução para o problema social.

O Partido Operário Alemão exige, para conduzir à solução da questão social, a criação de cooperativas de produção com subvenção estatal e sob o controle democrático do povo trabalhador. Na agricultura e na indústria, as cooperativas de produção devem ser criadas em proporções tais que deles surja a organização socialista do trabalho (MARX, 2012 [1875], p. 39).

Sem alterar o modo de produção capitalista, as cooperativas passavam de um desvio da economia a integrantes da mesma, pois o Estado lhes prepararia o terreno para que tivessem condições de se manter e de se alastrar.

No entendimento de Marx,

No interior de uma sociedade cooperativa, agora em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais existem não mais como desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total. [...] Nosso objetivo aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo à nascença as marcas econômicas [...] da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (MARX, 2012 [1875], p. 29).

Ou seja, o cooperativismo proposto pelo Partido Social-Democrata Alemão (SPD) incorpora-se ao sistema capitalista, o que faz com que se desencontre totalmente da perspectiva de Marx quanto a esta prática. Um cooperativismo que não é autônomo do Estado; que, assim, expurga o trabalhador do seu papel revolucionário; que se integra nas condições capitalistas dadas, pois não se propõe sequer a questionar a relação entre capital e trabalho; substitui, na verdade, revolução por conciliação, assente na ideia de construção progressiva do socialismo pelas instituições democráticas (MARX, 2012 [1875], p. 40).

3. Elementos cooperativistas na teoria de Bakunin

Existe uma diferença determinante entre Marx e Bakunin entre os seus posicionamentos quanto ao Estado.¹³ Marx perspectivava um período de transição em que o Estado, resultado da tomada de poder pelo povo e constituído pelo povo – portanto, o Estado socialista –, deveria expropriar todos os detentores de propriedade privada e torná-la propriedade coletiva. Para Bakunin, nada justifica a existência do Estado pois, para ele, Estado é sempre significado de hierarquia, i.e., de indicações que vêm de cima para a base. Nesse sentido, a propriedade deveria se distribuir entre as séries (aglomerado de pessoas que se juntam pelas suas afinidades) e deveria ser autogerida por seus integrantes. Portanto, tal como Marx, defende que as cooperativas devem ser independentes do Estado e dos burgueses, mas para Bakunin elas devem ser independentes de qualquer forma de Estado, incluindo o Estado socialista.

A Internacional, de 1860, que Marx e Bakunin integravam, havia se colocado da seguinte forma quanto ao cooperativismo,

A cooperação é uma forma equitativa e racional do futuro sistema de produção. Contudo, para que possa alcançar seus objetivos, emancipação das massas laboriosas, sua retribuição em função do produto integral de seu trabalho e satisfação das suas necessidades, a terra e o capital devem ser convertidas em propriedade coletiva. Enquanto isso não for feito, a cooperação será esmagada pela concorrência [...]; nos raros casos em que esta ou aquela sociedade de produção [...] conseguir suportar, este êxito terá como único resultado engendrar uma nova classe privilegiada (BAKUNIN, 2003 [1873], p. 241).

Mas a divergência entre Marx e Bakunin haveria necessariamente de ser colocada também aqui. Como se dava esse processo de transformar a terra e o capital em propriedade coletiva?

Para Marx, a organização e mobilização dos trabalhadores tinha como fim a insurreição popular e a tomada do poder político. O povo, ao tomar o poder, devia construir aquilo que Marx chama de ditadura do proletariado, um governo formado pelos trabalhadores, que reuniria em si a propriedade que deveria expropriar da burguesia. Este Estado de transição, o Estado socialista, deveria então gerir a propriedade coletiva através de um planejamento comum, até que a propriedade privada e as mentalidades burguesas se anulassem. Apenas aí, quando o antagonismo de classe característico de uma sociedade que se rege em torno do capital se

¹³ Posicionamentos que considero que trazem contributos interessantes para a questão em causa, dada a relação proposta pela social-democracia entre o cooperativismo e o Estado.

extinguísse, o Estado socialista não seria mais necessário como intermediador, e a sociedade se organizaria em “associações de produtores livres”, isto é, o comunismo em Marx. Ou seja, depreende-se que o Estado socialista cumpre a tarefa de, após a revolução política, reunir em si a propriedade privada e de a distribuir pelas associações de produtores.

Em Bakunin, seja ele qual for, o Estado tem sempre uma tendência de se colocar a favor dos interesses das classes dominantes, onde muitas vezes exerce o papel de conciliação de interesses entre as classes, o que leva, oportunisticamente, a que promova muitas vezes confusões de interesses. O Estado, sempre com caráter de nação, promove os interesses nacionais a favor de sua elite, instigando os trabalhadores ao sentimento patriótico de defender o que, na verdade, não é seu. O Estado socialista não fugiria à regra na teoria de Bakunin. Mesmo que composto por trabalhadores, aquando da tomada de poder, a tendência é para que estes sejam cooptados pelos interesses da burguesia. Bakunin defende a revolução social, nascida das entranhas do povo e direcionada por ele, que carrega o antagonismo de classe, e não por intelectuais de outras classes que, com base na ideia de que o povo é incapaz, lhe dizem o que devem ou não fazer. Por isso Bakunin diferencia revolução política de revolução social, e acusa o Estado socialista de Marx de não conduzir necessariamente a uma revolução social.

Neste sentido, Bakunin, de acordo com o que havia sido retificado pela Internacional, defende a associação de produtores livres, mas não segundo o Estado socialista de Marx nem pela forma proposta em Gotha.

Apesar da teoria de Bakunin se afastar da necessidade de um Estado que anule as tendências burguesas, não quer isso dizer que ele caía, tal como Proudhon, numa ideia de que pela via das instituições já estabelecidas se promovia uma passagem ao sistema comunitário. Bakunin subscreve a ideia de Marx de que as instituições democráticas, tal como o direito, se desenvolvem de acordo com as relações econômicas, e que portanto, conduzem-nos apenas a uma perpetuação do vigente.

Apesar de todos os seus esforços para se situar em terreno sólido, Proudhon permaneceu um idealista e um metafísico. Seu ponto de partida é a noção abstrata do direito; ele vai do direito ao fato econômico, enquanto que o Sr. Marx, ao contrário dele, enunciou e demonstrou a incontestável verdade, confirmada por toda a História Antiga e Moderna da sociedade humana [...], que o fato econômico precede e continua a preceder o direito político e jurídico (BAKUNIN, 2003 [1873], p. 175).

Por isso, Bakunin não defende uma promoção do sistema comunitário alheio aos assuntos políticos. Recorre ao exemplo do Schulze-Delitzch (Alemanha, 1808-1883), primeiro promotor de associações mútuas de crédito, onde não se perspectivava a influência política, apenas se empreendia associações de pessoas que, conformadamente, desenvolviam a consciência de não esperar nada do Estado, mas apenas se associando como forma de suprir suas carências entreajudando-se. Tal como Lassalle, Bakunin se opunha a essa forma de associação. O que essas associações promoviam era, no seu entendimento, o desinteresse pelos problemas político-sociais e pelas questões de propriedade. Restringiam então a ação dos trabalhadores a tornarem as suas condições de existência aceitáveis ao invés de promoverem uma revolução social que subvertesse a ordem social e a sua forma de propriedade. Lassalle havia argumentado que,

Sob o regime econômico atual a condição do proletariado, não só não pode ser suprimida, mas irá, ao contrário, em virtude de uma lei econômica inelutável, piorar de ano a ano, a despeito de todas as tentativas de cooperativismo, que só poderão ceder uma vantagem passageira e de curta duração a um número ínfimo de trabalhadores (LASSALLE *apud* BAKUNIN, 2003 [1873], p. 209).

Contudo, o Programa de Gotha viria clarificar que o posicionamento de Lassalle quanto a estas formas de associação nada tinha que ver com o de Bakunin. Enquanto Schulze-Delitzch recomendava que as pessoas buscassem a salvação em suas próprias energias, nada exigindo ao Estado nem à sociedade; Lassalle recomendava ao proletariado que se apoderasse do poder e que virasse esse mesmo Estado contra a burguesia. Lassalle acreditava que os representantes que o povo escolhesse por sufrágio universal iriam representar os seus interesses na Câmara. Mas o que Bakunin promovia era uma revolução social que abolisse o Estado. Os interesses do povo deveriam, de forma auto-organizada, ir realizando suas escolhas.

Portanto, quanto ao ponto defendido por Lassalle no Programa de Gotha, referente ao crédito ilimitado para as associações operárias de produção e consumo, Bakunin defende que são, na verdade, as ideias de Marx aí contidas. A conquista do Estado pela social-democracia e a posterior promoção do cooperativismo pela mão do Estado deveria assim ter condições para se generalizar.

Esta não é a revolução social que Bakunin defende mas, sim, uma revolução política liderada por um leque de intelectuais que dizem representar os interesses do povo. Através do cooperativismo esperam conseguir conciliar os interesses tanto dos capitalistas como da classe

trabalhadora, cedendo financiamento estatal para que estes possam tornar sua existência suportável, amenizando assim os conflitos e a agitação social.

Vê-se fundarem bancos populares, cooperativas de consumo e de produção, ocupam-se é evidente do problema da mulher, e intitulam-se ruidosamente de defensores da ciência, positivistas, e agora marxistas (BAKUNIN, 2003 [1873], p. 238).

Nesse sentido, Bakunin vislumbra, tal como Marx,¹⁴ a possível cooptação do cooperativismo pelos economistas burgueses. A impotência da produção cooperativa, quer para produzir dentro do sistema capitalista quer para subverter a lógica, leva a burguesia a olhar para o cooperativismo como uma forma de integração desta massa marginalizada. Para ele são reservados nichos de produção (sendo que os setores estratégicos continuam reservados ao grande capital), de onde os capitalistas podem inclusivamente retirar vantagem, como por exemplo através da terceirização de parte da produção. Por isso, Bakunin levanta que as práticas do cooperativismo, como se apresentam na proposta do Programa de Gotha, podem ser encaradas pela burguesia como um para-raios da revolução.

Entende-se então que Bakunin, tal como colocado na Internacional, concorda com a necessidade da propriedade ser convertida em propriedade coletiva, sem o qual a Revolução Social não pode acontecer. Enquanto isso não acontecer, as cooperativas não conduzem a elas mesmas, i.e., ao não apresentarem condições para subverter a lógica capitalista não têm, portanto, condições de se generalizar. Desse modo, não passam de formas de contornar a problemática social, pela promoção da auto-organização entre as pessoas para tornarem a sua subsistência possível.

Apesar disso, Bakunin valoriza as cooperativas, visto serem formas de organização dos trabalhadores. Mesmo não tendo condições de, isoladamente, promover uma nova ordem, elas promovem a união entre os trabalhadores.

¹⁴ Informado por Engels de que o governo prussiano estava concedendo subvenções governamentais a cooperativas que convinhassem a seus negócios, onde os cooperados operavam em condições miseráveis, Marx apresenta então, no seu livro a Guerra Civil na França, considerações quanto ao tema, quando diz que “Mas como se explica, então, que os indivíduos das classes dominantes que são suficientemente inteligentes para perceber a impossibilidade de manter o sistema atual – e eles são muitos – , tenham se convertido em apóstolos abstrusos e prolixos da produção cooperativa?” (MARX, 2011 [1871], p. 60). Quer isto dizer, que também Marx entendia que as cooperativas podiam se apresentar como vantajosas para os capitalistas, e ser encaradas, portanto, não só como um pára-raio da revolução, mas também como um fuga para a tendência da queda da sua taxa de lucro.

4. O cooperativismo em Bernstein: a continuação do projeto social-democrata

A teoria de Bernstein apresenta-se como uma continuação do projeto social-democrata, formalizado em Gotha, com a diferença de que Bernstein se assume, desde início, contrário ao método materialista histórico.

A teoria marxista aparece, para Bernstein, como uma teoria dogmática e precipitada, pois considera como premissas aquilo que Bernstein identifica como meras tendências. A premissa econômica a que o método materialista histórico recorre, a Lei da mais-valia, não se verificou no entendimento do autor. Para ele, o sistema capitalista havia se desenvolvido a par com a distribuição de renda, o que significava que a concentração de capital tende a diminuir e não a aumentar, como é considerado na teoria marxista. Bernstein negará também a descrição de Marx quanto às crises de superprodução, pois considera que os mecanismos automáticos logo fazem com que, mais tarde ou mais cedo, toda a produção seja escoada. Para tal, Bernstein encara positivamente a extensão mundial do comércio, pois este facilita, no seu entendimento, o ajustamento automático das perturbações durante as crises.

Para Bernstein, a teoria marxista, revestida do método materialista histórico, exagerou no poder determinante dos fatores econômicos, esquecendo que os Homens têm cabeças, e que nesse sentido podem direcionar o jurídico como ferramenta para a evolução, e que assim, este seria também um fator determinante para a produção e organização em sociedade. No fundo, Bernstein se distingue completamente da teoria marxista, pois ao entender que o capitalismo tolera minimamente a distribuição de renda, coloca-se de imediato na discussão do seu progressivo aprimoramento. Assim, com a evolução da democracia parlamentar, direitos haviam sido conquistados, e, através da promoção dos sindicatos, a legislação vinha cada vez mais a adaptar-se às exigências do proletariado, o que retirava a razão para o derrube do Estado Moderno. É neste seguimento que se afasta da ideia de abolição de classe, para passar a se colocar pela defesa dos interesses e direitos da classe.

É neste sentido que tanto a legislação fabril, como os sindicatos e como as cooperativas, aparecem para Bernstein como uma evolução. Para ele, a luta por salários mais altos, ou a organização cooperativa em torno da produção, eram fatores que em clima de concorrência interferem com a taxa de lucro. Por isso considera que “O socialismo é um

movimento em busca da associação cooperativa” (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 10), e que, por isso, esta forma de associação deveria ser promovida através das instâncias jurídicas.

Tal como a própria produção, as condições de existência para os produtores pressionam no sentido da socialização e da organização cooperativa da produção e da troca. Logo que esse desenvolvimento está suficientemente avançado, a realização do socialismo converte-se em necessidade imperativa para os novos progressos da comunidade. Com segui-lo é tarefa do proletariado organizado como partido de classe, e a consecução do seu objetivo deve apoderar-se do governo político (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 88).

Ou seja, no entendimento de Bernstein, o próprio desenvolvimento do capitalismo e a evolução social por qual pautava, que coloca a discussão em arena parlamentar e que através da legislação concedia cada vez maior participação ao operariado, conduziam o estado de coisas de uma maneira que a forma cooperativa se tornava um imperativo. Entendia, então, que o termo *socius* contido no conceito do socialismo implicava a forma associativa de produção, e que portanto, o socialismo adquiria condições para se realizar com o próprio desenvolvimento do capitalismo. Para isso, era necessário desenvolver um partido de classe, em torno do qual o proletariado se reuniria, e através do qual, pela via das instituições democráticas e dos trâmites legais, se conduzisse a sociedade para essa evolução.

Bernstein irá incluir na sua teoria a discussão sobre as capacidades econômicas das associações cooperativas. A legislação devia promovê-las, assim como assisti-las. Nesta análise, a principal causa do fracasso das cooperativas era entendida pela falta de capital, o que em muito vai ao encontro do embrião promovido no Programa de Gotha.

Assente em Beatrice Webb e em Robertus (BERNSTEIN, 1997 [1899], p. 98), Bernstein irá entender que existe uma relação entre o econômico e o moral dentro das associações, o que confere à cooperativa não um sentido socialista ou democrático mas, sim, individualista; de onde o fato de os trabalhadores serem empregados e proprietários é uma contradição em si mesmo. Deste modo, o desenvolvimento da cooperativa será feito em cima destas contradições. Ou seja, o aumento da produção da cooperativa só levará a uma necessidade cada vez maior de diferenciar funções no seio da associação, o que acarreta a subordinação de umas face às outras, e que entra em conflito com o princípio da igualdade.

Para o autor, a igualdade é a “pedra fundamental” da cooperativa. A sua não verificação acarreta a inviabilidade de muitos outros princípios. Por isso, Bernstein se retrai e

defende que as cooperativas devem manter sua produção em pequena escala, como forma de evitar que funções se diferenciem no seu seio. Contudo, identifica esta problemática apenas para as cooperativas de produção. No caso das cooperativas de consumo, o seu interesse, por ir ao encontro de uma massa bem mais alargada da população – os consumidores – já não apresenta o carácter individualista levantado por Webb. Numa cooperativa de consumo, o que interessa são os interesses dos consumidores, o que representam um interesse bem mais geral do que o dos interesses dos produtores. Assim, o que deveria ser promovido era as cooperativas de consumo, em detrimento das de produção, que deviam agora não passar de pequenos anexos atrelados à grande cooperativa de consumo.

Assim, tal como Lassalle, Bernstein defende a generalização das cooperativas promovidas pelos financiamento do Estado, para que, assim, através de um *solo* previamente preparado, elas tenham como se desenvolver.

Capítulo 3

QUE COOPERATIVISMO?

Como colocado ao longo do trabalho, o século XIX, dada a reestruturação social decorrente da dupla-revolução, foi o século de formação do proletariado enquanto classe, foi o século onde se desenvolve e transparece a sua oposição à classe dominante. Foi também o século onde a classe se consolida e se identifica como tal. É, portanto, o século das grandes revoluções. De toda essa complexidade, nascem visões muito diferenciadas da realidade social, com diferentes contextos teóricos e com ideologias determinadas. Consequentemente, entre essas visões, encontram-se posicionamentos diferenciados quanto à prática do cooperativismo.

Torna-se, portanto, necessário, até pela banalização a que o termo foi sujeito ao longo do tempo, clarificar esses *diferentes cooperativismos* consoante a ideologia que carregam. A prática do cooperativismo encontra-se conotada com uma teoria mais geral quanto à forma capitalista de organização da economia. Daí que o recurso a esta prática não esteja desvinculado do que, ideologicamente, compõe o seu fim, o aprimoramento ou a subversão do modo de produção capitalista.

1. Cooperativismo, cooperativismos?

Como já colocado, identifica-se uma heterogeneidade ideológica entre os autores que, nesta exposição, compõem o pensamento socialista utópico. Um dos fatores em que primeiramente se distinguem estes socialistas utópicos é, desde logo, a sua origem. Se as ideias econômicas desabrochavam na Inglaterra e as ideias políticas na França, fato que deriva das especificidades da respectiva revolução, é natural que Owen carregue influências diferentes das dos outros dois autores.

Por outro lado, outra divergência que desde logo se destaca entre os autores é, precisamente, o plano em que colocam sua teoria. Deste modo, se uns apresentam uma perspectiva monista, isto é, que se reduz à aceitação da atual ordem como única e intransponível; outros apresentam um pensamento que se desenvolve numa perspectiva de mudança, ruptura e criação de uma nova da ordem das coisas. Assim, enquanto Owen e Saint-Simon colocam a sua teoria dentro da realidade circundante, Fourier vê transitoriedade nos estágios da Humanidade, ou seja, vê transitoriedade na forma de organização da sociedade. O método materialista histórico entende a propriedade privada com central no modo de produção capitalista, o que se reverte na formulação das relações sociais decorrentes do trabalho estranhado e da oposição entre proprietários e não-proprietários. Nesse ponto, encontra-se, apesar da heterogeneidade que os caracteriza, uma similaridade nos três autores. Ou seja, nas três teorias entendo que, pela sua concepção idealista da História, não se chega a questionar a propriedade privada. Fourier destaca-se, no entanto, por estabelecer uma relação entre a crescente degradação do trabalho e a crescente imposição do trabalho, na era industrial. Assim, na *Civilização* o trabalho como forma de sobrevivência coloca-se já para Fourier como um fator que aliena o trabalhador do seu trabalho. Mas isso não leva Fourier a questionar a propriedade privada. As liberdades individuais lançavam para segundo plano as coletivas, por isso Fourier não questiona a propriedade privada. Contudo, todo o poder sobre ela deve ser entregue às séries. Deste modo, as séries devem autogerir a propriedade privada.

Quanto ao Estado, encontram-se posicionamentos bem diferenciados entre os três autores. Entendo que o respectivo posicionamento é determinante na maneira como, posteriormente, encaram as práticas cooperativas. Se Fourier defende a abolição do Estado e a gestão dos meios de produção pelas séries, Owen e Saint-Simon preveem ao longo da sua teoria a existência e manutenção do Estado. Owen promove a função social do Estado capitalista, e por isso, irá defender o financiamento estatal às cooperativas. Por outro lado, Saint-Simon, que também defende o Estado capitalista, entende que a sua intervenção deve ser mínima (para não perturbar os mercados), sendo uma das suas poucas funções a preservação da propriedade privada.

Desses posicionamentos diferenciados quanto às categorias apresentadas decorre a sua visão quanto ao cooperativismo e sua proposta/solução face à realidade social.

Nesse sentido, Owen defende que se deve redirecionar os fundos do Estado, que ao invés de se basearem em subsídios para as camadas mais pobres, devem ser direcionados para a promoção de cooperativas de produção. Pretende generalizar a experiência que praticou na New Lanark e para isso requer o financiamento do Estado. Owen considerava que para o progresso capitalista prosseguir era necessário contornar a problemática social que se tornava cada dia mais clara. Atribuía essa função ao Estado, que, através de financiamento público, devia promover estas práticas. Apesar de reconhecer que desde que a maquinaria foi introduzida, portanto desde a Revolução Industrial, a sociedade havia assistido a um desenvolvimento acompanhado de alastramento da miséria, o autor não relaciona a oposição entre as classes que se formavam – a burguesia e o proletariado. Por isso não encara esse conjunto da população como um sujeito ativo dessa sociedade mas, sim, como uma parcela da população que foi destinada à ignorância e ao obscurantismo. Nesse sentido, não encara associação entre os trabalhadores como forma de inverter esse modo de organização da sociedade mas, sim, como um instrumento ao qual o Estado deve recorrer para a integração dessas pessoas. Compreende ainda que a promoção destas associações produtivas seriam positivas para a sociedade como um todo, pois pela inserção privilegiada no meio de produção capitalista, as cooperativas conseguiriam aumentar a sua produção, o que se refletiria positivamente para a sociedade como um todo.

Saint-Simon, por outro lado, também apresenta medidas que vão ao encontro do modo capitalista de produção, isto é, não vislumbra nem direciona sua teoria para um outro modo de organização. Ao defender a mínima intervenção do Estado, apresenta, então, uma ideia bem diferenciada quanto à forma de associação. O autor acredita que existe uma pressão para a socialização do capital, o que traz o trabalhador para os centros de decisão. A abertura do capital, e conseqüente participação nos lucros, permite ao trabalhador se beneficiar proporcionalmente dos lucros da empresa, o que promove ao mesmo tempo a sua motivação para o bom desempenho da empresa. Por esse cruzamento de interesses entre o trabalhador e o capitalista, Saint-Simon pressupõe que o trabalhador passa de súbdito a assalariado. Essa é a forma social de progresso do trabalho em Saint-Simon.

Portanto, Saint-Simon situa sua teoria em torno do aprimoramento da sociedade capitalista, para o qual defende que as próprias tendências do capitalismo o direcionam, e onde o Estado deve intervir o mínimo possível. Entende a propriedade privada com tendência, não de

concentração, mas de socialização. E por isso, acredita ser possível que, nessas condições, os interesses da sociedade como um todo sejam os mesmos. Portanto, na teoria de Saint-Simon não se questiona a propriedade privada nem o assalariamento.

Fourier, apesar de relacionar a condição de pobreza das classes mais baixas com a forma com que o trabalho se lhes impõe (pela repressão dos prazeres individuais), não relaciona esse trabalho alienado com a propriedade privada. O autor, apesar de ter um entendimento avançado para a época quanto à centralidade do trabalho, não reconhece a herança do anterior, e portanto não reconhece a sua necessária abolição. Parece acreditar que basta a associação de pessoas em torno das suas afinidades, para que um novo modo de organizar a sociedade se alastre e subverta categorias históricas tão profundas como a posse dos meios de produção, em favorecimento individual. Aliás, Fourier apresenta uma ideia fraca e contraditória do ponto de vista teórico, ao querer conciliar liberdades individuais com espírito comunitário (KONDER, 1998, p. 47).

Deste modo, se por um lado Owen pensa o cooperativismo atrelado ao Estado e Saint-Simon pensa a associação promovida pela abertura do capital ao trabalhador, Fourier por outro lado tenta pensar uma outra forma de organização, apesar de todas as suas limitações. Daqui decorre que encaram a forma de organização da sociedade capitalista de maneiras completamente distintas, sendo Fourier o único que indicia entendê-la como transitória. No entanto, em nenhum deles é ilustrado o papel que a classe proletária poderia desenvolver no processo ou de aprimoramento da sociedade capitalista, ou de subversão desta forma de organização numa outra.

Por não entenderem que a fragmentação da sociedade em classes sociais assenta nos rendimentos decorrentes da propriedade privada dos meios de produção, não a discutem em suas teorias. Nesse sentido, vislumbram as formas de associação como uma maneira de contornar essa condição de miséria em que a classe trabalhadora era lançada, chegando, no caso de Saint-Simon, a promovê-las pela inserção na lógica e no mercado capitalista. Atrelados a uma concepção idealista da História, não encaram o modo de produção capitalista como determinante da atual situação social, o que, conseqüentemente, não lhes permitia entender a necessidade de subversão desse mesmo modo de produção como pedra basilar para modificar essa organização social, e assim iniciar um verdadeiro processo de ruptura e transformação social.

É importante ressaltar que Marx, ao escrever anos mais tarde do que os autores utópicos, conta com uma sociedade capitalista já mais desenvolvida, onde as condições de

exploração já são muito mais visíveis e a classe trabalhadora se encontra consolidada como tal. Os utópicos desabrocham com a Revolução Industrial, momento em que os conflitos começam a brotar. Marx, por sua vez, inicia os seus escritos num momento em que os conflitos sociais transpareciam o antagonismo de classe, pelo menos numa sociedade capitalista como a inglesa, onde a condição do proletariado se apresentava na sua forma clássica (ENGELS, 1975 [1845], p. 27). O termo socialismo já havia surgido, assim como os primeiros movimentos da classe trabalhadora. Apesar da classe ainda não se encarar como tal, a insatisfação daquelas massas trabalhadores já se fazia notar, e o antagonismo já era, então, bem explícito.

Esse fato, somado com a agudeza na sua crítica, permitiu a Marx uma abordagem bem mais realista e pormenorizada da era industrial. Marx prende a sua análise social à valorização do movimento histórico das relações de produção. Desse modo, entende que a passagem da sociedade feudal para a sociedade industrial, não transformou propriamente a propriedade. Esta apenas assumiu outra forma, passando a propriedade fundiária a propriedade privada, onde o capital se desenvolve agora de forma completa, sendo que antes se restringia aos preconceitos e aos mercados locais. Irá debruçar-se sobre a nova forma de divisão dos meios de produção – o capital, a terra e o trabalho – e sobre a respectiva divisão de seus rendimentos – os juros, a renda e o salário. Depreende que os rendimentos do capital são sempre crescentes em proporção à sua grandeza, o que promove uma concentração de capital e respectivo afastamento progressivo entre as classes sociais; e que o desenvolvimento do capitalismo nos apresenta a superficialidade do capitalista para o modo de produção, que, no seu extremo, vive dos rendimentos de sua posse. Desse modo, o próprio desenvolvimento do capitalismo demonstra que os rendimentos do capitalista, não são salário de administração, como se poderia pensar mas, sim, o que chama de mais-valia, que se compõe, na verdade, de trabalho não pago.

Marx valorizará as cooperativas particularmente por essa via, pois argumenta que possuem a capacidade de transparecer como o capitalista se tornou supérfluo à produção. Nesse sentido, são formas de demonstrar que é possível produzir sem uma classe explorando a outra, e que os meios de produção não necessitam de ser monopolizados para responderem às necessidades da sociedade tal qual o estágio de desenvolvimento em que se encontra. Por isso, no entendimento de Marx, as cooperativas contribuem para demonstrar que o modo de produção capitalista é, também ele, histórico e transitório (MARX *apud* NAMORADO, 1979, p. 29).

Contudo, esta observação de Marx encontra-se no plano das cooperativas de produção, que, precisamente por isso, demonstram a transitoriedade do modo de produção capitalista, e o trabalho assalariado como passageiro. Se nos restringirmos às cooperativas de consumo, reduzimo-nos à comercialização de um produto já consumado em torno da propriedade privada dos meios de produção. Como Marx demonstrou na sua crítica a Proudhon, a comercialização dos produtos é determinada pela lógica de produção dos produtos que, no caso, se caracteriza pela propriedade privada. Assim, Marx considera limitada uma promoção do cooperativismo pela via do consumo, pois, para o autor, esse pensamento se traduz pela tentativa de expurgar da troca todos os seus elementos antagônicos.

Por outro lado, quando as cooperativas são promovidas pelos Estado capitalista, elas também não apresentam aí qualquer valor para Marx. As cooperativas, ao transparecerem que, pelo próprio desenvolvimento industrial, o capitalista se tornou supérfluo à produção, servem também para assim tornar claro a oposição que existe entre os interesses da classe trabalhadora e das classes dominantes. Desse modo, para que cumpram com efetividade essa função, elas necessitam ser autônomas quer do Estado, quer da burguesia. Inclusivamente, porque se existe interesse quer do Estado quer da burguesia em financiar as cooperativas, significa que em algum momento do processo de desenvolvimento capitalista as classes dominantes encaram as cooperativas como vantajosas para o processo de produção capitalista. Dessa maneira, o Estado ao promover estas práticas, fazendo crer que está solucionando as problemáticas sociais, está, na verdade a promover a acumulação capitalista. A classe dominante se beneficiará da produção destas cooperativas (podendo inclusivamente assumir a forma de monopólio), que lhes possibilitam manter ou aumentar as margens de lucro, funcionando o Estado, nesse caso, como intermediário, para a exploração do capital sobre o trabalho. Desse modo, as cooperativas são expurgadas de seu caráter inicial, isto é, passam de questionadores a complementares dessa mesma relação entre capital e trabalho.

Para o autor, tanto as cooperativas como os sindicatos representam vitórias socialistas, no sentido de que sua ação representa avanços da economia política proletária sobre a economia política burguesa (MARX *apud* NAMORADO, 1979, p. 14). Ao apresentarem o capitalista como supérfluo à produção, explicitam a mais-valia auferida pelo capitalista. No entanto, o fato de entender que as cooperativas apenas modificam a forma que o antagonismo de

classe assume, permitiu a Marx nunca se iludir em relação aos seus fins. Entende que a forma cooperativa de produção não tem como transformar o que caracteriza o modo de produção capitalista – a propriedade privada. Por isso, as cooperativas não têm como passar de uma ou outra demonstração isolada à sua necessária generalização, pois não possuem esforços para subverter o modo de produção capitalista numa produção totalmente socializada. As cooperativas, ao ultrapassarem o antagonismo de classe apenas de forma incompleta, tornam seus cooperados capitalistas de si mesmos. Nesse sentido, as cooperativas não conduzem a elas mesmas, pois ao se manter a propriedade privada dos meios de produção, o valor do seu trabalho continua variando inversamente aos ganhos de capital, o que é o mesmo que dizer que a fragmentação da sociedade em classes se mantém.

Num contexto de Revolução, como foi o caso da Comuna, as cooperativas nascem lado a lado com o ideal de abolição da propriedade privada. Nesse sentido, elas nascem vinculadas e são promovidas por um ideal de total ruptura com a sociedade vigente, pois abolir a propriedade é condição *sine qua non* para a abolição das classes sociais. Assim, esse cooperativismo que nasce como fruto de um contexto revolucionário, articulado com lutas e projetos mais amplos, apresenta-se como uma forma de organização possível para o período de transição.

O autor coloca a tomada do poder pela classe trabalhadora como uma necessidade histórica trazida pelo desenvolvimento do capitalismo, resultante do agudizar do antagonismo de classe. Posteriormente a Marx, encontram-se contributos quanto à economia planificada que permitem entender em maior pormenor o que seria o papel do Estado Socialista nesse período de transição. Este Estado teria como função anular a propriedade privada e as mentalidades burguesas herdadas da ordem anterior. Assim, entende-se que é função desse Estado a coletivização da propriedade, e que, através de um planejamento central ela deve ser distribuída, posteriormente, pelos produtores. Com o desenvolver do socialismo, os capitalistas ficam desprovidos de propriedade, e a divisão da sociedade em classes sociais é extinta. Quando todo esse processo se concluir, o Estado socialista perderá sua razão de existir e se extinguirá. Aí, com a propriedade priva e as classes sociais abolidas, a sociedade se encontrará apta para a produção totalmente socializada, o que seria, nada mais que, o comunismo.

Apesar de tanto Marx como Bakunin integrarem a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), em 1860, quando esta se colocou quanto à necessidade de

coletivização da terra e do capital para que a cooperação pudesse se generalizar, eles tinham fortes divergências quanto à forma de coletivização desses meios de produção. Se Marx atribuía essa função ao Estado socialista, Bakunin, por seu turno, se opunha a qualquer tipo de Estado. Ou seja, se Marx defendia que as cooperativas deviam ser autônomas do Estado capitalista, Bakunin defendia que as cooperativas deviam ser independentes de qualquer tipo de Estado, entenda-se também o socialista. O Estado socialista podia até nascer numa revolução política, mas não desembocaria necessariamente numa revolução social. Logo, dada essa possibilidade, a promoção das cooperativas por parte desse Estado, podia também não passar de uma cooptação, no entendimento do autor. Entendia que não bastava a destruição do Estado capitalista e da propriedade privada. Era preciso também abolir a herança da propriedade privada, e Bakunin acreditava que essa herança estaria também contida no Estado socialista.

Apesar desta divergência fulcral entre os dois autores, Bakunin também se demarcava do socialismo utópico. Embora o autor não recorra ao termo classe social para designar o “povo”, ele entendia claramente a divergência entre os interesses deste e os da classe dominante. A guerra Franco-Prussiana¹⁵ havia deixado claro para o autor que os interesses em jogo não eram os dos trabalhadores e, nomeadamente o recurso de Bismark ao nacionalismo, incutindo nos trabalhadores o espírito patriótico, aparecia ao autor como um oportunismo que pretendia confundir os interesses, fazendo o povo acreditar que uma vitória na guerra se reverteria em melhoria de condições para a classe. Ao reconhecer os interesses antagônicos, o autor entende que as instituições desenvolvidas pelo Estado capitalista, como por exemplo o direito, têm como base a preservação dos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, o direito é, para Bakunin, desenvolvido para manter a ordem face à constante tensão social, tendo como principal função a preservação dos interesses dos proprietários. Por isso, subscreve a crítica de Marx a Proudhon, como dito, de onde se entende que não prevê possível a transformação social sem a modificação do que caracteriza o sistema econômico – a propriedade privada. Bakunin não prevê modificação do atual sistema para o corrigir, Bakunin coloca-se favorável à revolução social como forma de subverter a atual forma de organização da economia no sistema capitalista. Defende a coletivização da propriedade que deve ficar ao encargo das comunidades, que se

¹⁵ A Guerra Franco-Prussiana decorre entre 1870-1871, resultado das tensões econômicas entre a Alemanha de Bismarck e a França de Napoleão III.

organizarão em torno da produção de forma autogestionária. Deste modo, também Bakunin entende o atual sistema capitalista como transitório, colocando a sua teoria num plano de ruptura.

Sem essa ruptura as cooperativas tendem a agir de forma insuficiente para os fins que Bakunin propõe alcançar. Sem a revolução social, a forma cooperativa de produção nunca conduzirá a ela mesma, pois só se desenvolve plenamente numa outra forma de organização econômica. Tal como Marx, entende que muitas vezes são vistas pelo Estado e pelos capitalistas como forma de ladear os conflitos sociais e de manter os lucros, e que desse modo são encaradas pela burguesia como um para-raios da revolução. Apesar disso, vê nelas uma forma de prática de união entre os trabalhadores, necessária para a revolução social. Por isso, defende que dentro do sistema atual elas se devem manter independentes do Estado e da burguesia, mas nunca alheias aos assuntos políticos. Sem o caráter político, as cooperativas restringem-se a manter a subsistência desta força de trabalho.

Não fica claro como Bakunin prevê, na sua obra *O Estatismo e o Anarquismo* (1873), o planejamento da processo de produção pós-revolução social, isto é, como que Bakunin perspectiva a organização da economia num sentido mais amplo, que não se restrinja apenas aos mercados locais. Que plano de produção seguiriam as cooperativas, que necessidades são precisas garantir, são tudo questões que ficam em aberto na teoria de Bakunin. Ao dispensar o Estado socialista como planejador central, Bakunin parece acreditar que de imediato as comunidades se agrupariam, as mentalidades burguesas se esfumaçariam, e a tendência de concentração simplesmente se extinguiria. Fica então difícil entender como as cooperativas deixariam de concorrer entre si, e como a concorrência entre os trabalhadores se anularia se não houver uma forma de a sociedade se organizar e decidir sobre essa redivisão da propriedade. Como impedir a anarquia que derivaria da produção desordenada, garantindo de forma organizada a supressão das necessidades da população?

Assim, se, por um lado, se encontra na teoria de Bakunin uma crítica aguçada à sociedade capitalista, por outro, encontra-se um conteúdo esvaziado quanto à sua proposta de transformação social. Contudo, a nova ideologia que ambos – Marx e Bakunin – viam brotar, a social-democracia, surpreendia aos dois pelo seu fraco entendimento quanto à relação entre o modo de produção capitalista e a recém-formada sociedade industrial. Contudo, a forte oposição de Bakunin a qualquer tipo de Estado transformou-se numa forte oposição à teoria de Marx. Se

por um lado tinham entendimento quanto às principais análises do sistema capitalista, por outro divergiam fortemente na estratégia para o superarem. Quando Bakunin assiste à aliança dos dois partidos que deram origem à social-democracia alemã, este não tarda a ver ali as ideias de Marx. Bakunin havia alertado para as perigosas conotações que as ideias de Marx podiam assumir, e, nesse sentido, o autor argumentará que o Programa da Gotha é precisamente isso, uma formulação possível das ideias defendidas por Marx.

Contudo, Marx não perspectivava a necessária organização da classe proletária como um meio para a disputa eleitoral pelo sufrágio universal. Para Marx, o antagonismo entre as classes sociais não permitia a ambas se colocarem, em pé de igualdade, na disputa do poder pela via eleitoral. Para ele, o sufrágio universal era concedido pela burguesia como forma de conciliação de interesses. Pela suposta representatividade crescente dos interesses do proletariado na arena parlamentar, a democracia no sistema capitalista aparecia como uma forma de conter a agitação social através de sucessivas cedências. Para Marx, nunca seria possível transformar a ordem capitalista por dentro das suas instituições democráticas por estas assentarem precisamente naquilo que é preciso transformar – a forma de organização da economia em torno da propriedade privada dos meios de produção. E, quando Marx entende que é tarefa do Estado coletivizar a propriedade para num momento posterior a distribuir pelas associações de produtores, é preciso ter claro que esse Estado não é o Estado capitalista mas, sim, um Estado que foi tomado de forma violenta pela classe trabalhadora e que não precisa das velhas instituições democráticas para se legitimar. Nesse sentido, a cooperação é promovida a par com a abolição da propriedade privada, portanto num contexto de ruptura. O que o Programa de Gotha propõe é a construção de um caminho progressivo para o socialismo pelo desenvolvimento do próprio capitalismo e por dentro das suas instituições. Não existe, portanto, uma ruptura mas, sim, a promoção da continuação e aprimoramento do desenvolvimento do capitalismo, funcionando as cooperativas, promovidas pelos Estado capitalista, como uma forma de inserção da classe, ao invés de sua abolição. Para Marx, dado o entendimento da evolução histórica das formas de organização da economia que o método materialista histórico lhe possibilitava, o Programa de Gotha, e, em particular, o ponto reservado às cooperativas, não passava de um retrocesso no pensamento teórico socialista.

Se, por um lado, em Gotha, a social-democracia ainda não se coloca em direta oposição a Marx, e não coloca ainda de forma tão transparente a sua política de conciliação, Bernstein, anos mais tarde traduzirá uma ideologia que se afastou por completo da luta de classes.

Bernstein desde logo refuta o materialismo histórico. Considera que existem outros fatores tão ou mais determinantes sobre a organização social para além dos econômicos, como por exemplo fatores culturais ou mesmo as iniciativas individuais. Contribui também para a sua refutação do materialismo histórico o fato de considerar que muitas das suas premissas não passam de tendências e que algumas, inclusivamente, não se verificaram. Argumenta que a concentração de capital não se verificou, assim como não se verificou, paralelamente, o empobrecimento das classes mais pobres. Pelo contrário, para o autor, o desenvolvimento da democracia pressionava a burguesia a aceitar a colocação dos interesses do proletariado nos centros de decisão, e com isso havia uma tendência para uma distribuição de renda cada vez mais justa. Bernstein entende que o próprio capitalismo, pelo desenvolvimento das suas instituições democráticas, nomeadamente pelo campo agora reservado aos sindicatos, permitia uma maior pressão para que o Estado se adaptasse às exigências do proletariado. Desse modo, Bernstein se afasta da luta de classes, e passa a valorizar os sindicatos pela defesa dos interesses e dos direitos da classe.

As cooperativas deveriam, no entendimento de Bernstein, ser promovidas pelo Estado social-democrata, pelo simples motivo de representarem uma ofensiva ao lucro capitalista. Funcionariam, então, como um mecanismo de equilíbrio entre as classes, que passa a ter como função atenuar o antagonismo entre elas. Aqui se vê que Bernstein se afasta totalmente da ideia de subversão do modo de produção capitalista, e se aproxima das teorias reformistas que perspectivam seu aprimoramento. Ao invés de entender a problemática das cooperativas pela desigual posse dos meios de produção, que derivam da forma privada que estes assumem no capitalismo, Bernstein considera que o seu principal problema é o acesso ao crédito. Portanto, um Estado social-democrata deveria se pautar pela promoção das cooperativas através da subvenção estatal, pois essa seria uma medida que ia diretamente ao encontro dos interesses proletários, agora cada vez mais representados.

Contudo, Bernstein encontra algumas contradições dentro da prática cooperativista, nomeadamente o fato de o aumento de sua escala ser inimiga de seus princípios. Isto é, no seu entendimento, o fato de as funções se diferenciarem no seio da cooperativa consoante o aumento

da sua dimensão, faz com que desde logo o princípio da igualdade e respectiva remuneração seja posto em causa. Assim, defende que as cooperativas de produção devem sempre manter sua produção em pequena escala, e funcionarem como um gênero de anexo das cooperativas de consumo. As cooperativas de consumo, sim, poderiam se expandir, pois o seu interesse, sendo mais geral, iria diretamente ao encontro da população. Em resumo, toda a população se beneficiaria, e as contradições seriam menores.

Bernstein atribui total importância ao longo da sua teoria quer às cooperativas, quer aos sindicatos, entendendo-os como instrumentos para o necessário apaziguamento entre os conflitos sociais. Para o autor, o desenvolvimento do cooperativismo e do sindicalismo significavam, na verdade, *meios de adaptação* (BERNSTEIN, 1997 [1899]) que tinham como função atenuar as desigualdades entre as classes, e que, assim, tornavam desnecessária a tomada do poder. Defendia a transformação progressiva e pacífica do capitalismo ao socialismo, visto que a democracia permitia esse trânsito de forma pacífica. O termo *socius* contido no conceito socialismo significava para Bernstein que o caminho era pela promoção da forma associativa.

Assim, as práticas cooperativistas que defende se desenvolvem lado a lado com o capitalismo; para terem condições de se colocar no mercado devem ter o campo preparado pelo Estado, ser beneficiárias do seu respectivo financiamento e, com esse crédito, inserirem-se na lógica capitalista de produção. O cooperativismo de Estado promovido por Bernstein perde assim o seu caráter contrário ao modo de produção capitalista, e com isso perde uma das principais vantagens que Marx lhe atribuí, a de demonstrar que é possível produzir sem uma classe explorando a outra e sem os meios de produção estarem monopolizados. Este cooperativismo de Estado, ao recusar o materialismo histórico, não questiona a evolução histórica da forma de propriedade, nem estabelece uma relação entre ela e a formação das classes sociais. Salta da necessidade de abolição das classes sociais, para a manutenção das melhores condições possíveis dentro da classe trabalhadora. Não questiona, deste modo, a exploração que decorre do trabalho alienado, e que permite ao capitalista se beneficiar do trabalho não pago ao trabalhador, ou ao cooperado, sendo que o valor de seu trabalho continua dependente da propriedade privada dos meios de produção. É, portanto, um cooperativismo que pretende contornar, através de um Estado interventivo, as problemáticas derivantes do modo de produção capitalista, abandonando a ideia de sua subversão.

2. Análise dos *diferentes* cooperativismos à luz do materialismo histórico

Pretende-se, agora, analisar os diferentes *cooperativismos*,¹⁶ com base no método materialista histórico de Karl Marx, com o intuito de clarificar em que sentido o cooperativismo se pode aliar e identificar com a luta de classes, assumindo assim um papel na ruptura com o modo de produção capitalista, e a posterior construção do socialismo.

2.1. O cooperativismo idealista ou o socialismo de cooperação

O método materialista histórico de Karl Marx caracteriza-se por olhar as diferentes fases da Humanidade através da evolução histórica das suas formas de organização da produção. Assim, sem qualquer mistificação ou especulação, propõe-se a entender qual a relação entre a estrutura social e política com a produção (MARX e ENGELS, 2010 [1846], p. 30). Desse modo, a interpretação da sociedade industrial pela teoria marxista vai centrar-se em entender o que está na base do modo de produção capitalista. Marx entende que com a Revolução Industrial a propriedade assume uma nova forma – a propriedade privada – e que se dá a separação definitiva entre os meios de produção. Nesse sentido, os rendimentos dos meios de produção se dão consoante a posse dos meios de produção. Ao estudar mais detalhadamente os rendimentos que o capital, a terra e o salário auferem, Marx entende a característica cumulativa do capital, com rendimentos sempre crescentes proporcionalmente à sua grandeza, o que confere estilos de vida diferenciados consoante a sua posse. Assim, o modo de produção capitalista está na base da hierarquia social que se estabelece entre as diferentes classes sociais.

Esta abordagem materialista da História se distingue da concepção idealista da História realizada pelos utópicos. Estes, apesar de efetuarem os primeiros questionamentos e as primeiras críticas à nova era industrial, não relacionam a forma de organização capitalista da produção com a condição da classe trabalhadora. Ao não reconhecerem a oposição entre os diferentes interesses das classes, não reconhecem a luta de classes, e, por isso, acreditam ainda que as causas para a situação generalizada de pobreza são algo externo ao Homem, tem conotações divinas, e, nesse sentido, solução passaria pela revelação do homem genial. Assim, Owen acredita que um plano educativo seria efetivo para terminar com a ignorância de que

¹⁶ Os quatro tipos de cooperativismo enumerados foram nomenclados pela própria autora, sendo que apenas o termo *socialismo de cooperação* é referido por Hobsbawm.

aqueles indivíduos são portadores; Fourier considera que com as liberdades sexuais a oposição entre os indivíduos termina; e Saint-Simon encara a concorrência como uma grande manifestação divina que vem equilibrar a ordem das coisas.

Por se encontrarem limitados a essas justificativas externas ao Homem, como o divino ou o espiritual sobre o qual este não tem poderes, não alcançam, então, a crítica ao modo capitalista de produção que caracterizava agora a nova era industrial. Assim, a propriedade privada dos meios de produção está longe de ser criticada pelos autores. Marx, por outro lado, entende que a propriedade privada dos meios de produção apresenta o trabalho como um mero intermediário para a satisfação das carências do trabalhador (como comer, beber e procriar). Assim, o trabalho, que se impõe de forma crescente no sistema capitalista, ao aparecer como um intermediário torna o trabalhador estranho à produção, mas também estranho ao outro Homem que o explora. Desse modo, o proprietário se opõe ao não-proprietário, ou seja, uma classe se opõe à outra. Então, o trabalho estranhado inverte a relação entre consciência e existência, suposta do Homem racional. Com a imposição da venda da sua força de trabalho como forma de sobrevivência, o Homem é reduzido a animal, e desse modo a sua existência determina a sua consciência, e não o contrário. Ou seja, Os homens encontram-se condicionados por determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o processo real de vida. [...] deriva de seu processo histórico de vida (MARX e ENGELS, 2010 [1846], p. 31).

A análise materialista histórica coloca a propriedade privada e o trabalho estranhado na base das formulações das relações sociais, fato que a concepção idealista da História não considera, por entender que os fatores econômicos são só mais uns, entre tantos outros, que compõem a sociedade.

Por isso, os elementos cooperativistas levantados na teoria de Owen e de Saint-Simon não se colocam como propostas para alteração efetiva da ordem das coisas mas, sim, pela tentativa de solucionar as problemáticas sociais que podiam comprometer o progresso capitalista. Em Fourier, apesar de entender que tenta formular uma outra forma de organização, verifica-se que não realiza uma crítica à propriedade privada nem à fragmentação da sociedade em classes sociais daí resultante, o que o impede de reconhecer os interesses coletivos, i.e., da classe trabalhadora, mas apenas os interesses individuais dos homens.

Assim, a concepção materialista da História se demarca do entendimento da realidade social como se se tratasse de algo que “paira sobre a terra semelhante ao Destino antigo e com mão invisível distribui felicidade e infelicidade aos homens” (MARX e ENGELS, 2010 [1846], p. 50).

O que Marx conclui com a sua interpretação materialista da História é a necessária subversão do modo de produção capitalista, o que passa pela superação da propriedade privada e o aniquilamento da alienação dela decorrente, para que os homens possam voltar a ter o domínio sobre a troca, a produção, e o modo da sua mútua relação (MARX e ENGELS, 2010 [1846], p. 50).

Neste sentido a concepção materialista da História permitiu a Marx entender que o desenvolvimento das forças produtivas era acompanhado da degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Ou seja, que o desenvolvimento do capitalismo acarretava as desigualdades crescentes entre as diferentes classes sociais. Assim, a marginalização do proletariado resulta do antagonismo em relação a todas as outras classes. Deste modo, sendo constituído pela maioria dos membros da sociedade, coloca-se como decorrência a consciência de classe e a necessidade de uma revolução que subverta esta relação. A dominação de uma classe sobre a outra resulta, segundo a concepção materialista da História, do poder social que decorre da propriedade, sobre o qual assenta o Estado Capitalista. Nesse sentido, o Estado é também ele um opositor da classe proletária. Assente na evolução histórica das formas de organização da economia, Marx entende que nesses diferentes estágios o “modo de atividade” permaneceu intocável, i.e. a apropriação individual dos meios de produção apenas modificou sua forma. Desse entendimento decorre que a revolução proletária para ser efetiva necessita abolir a propriedade privada (MARX e ENGELS, 2010 [1846], p. 57).

Apesar da concepção idealista da História ter sido ultrapassada por este socialismo moderno, Engels não deixa de valorizar os três autores utópicos. Numa era em que triunfava o racionalismo do equilíbrio econômico, faltava quem viesse traduzir esse engano. Por isso, os socialistas utópicos têm essa validade e representam os primeiros questionamentos comunistas. Para Engels, as dificuldades que apresentam e que se refletem na sua concepção idealista da História traduzem uma época em que o modo capitalista de produção, assim como o antagonismo entre as classes, ainda se encontrava nos inícios de seu desenvolvimento. O mesmo é dizer que se trata de uma época em que a classe trabalhadora ainda não estava consolidada como tal. A Grande Indústria não estava ainda generalizada, pois mesmo que em Inglaterra o capitalismo apresentasse um estágio mais avançado, França, por exemplo, continuava ainda essencialmente rural. Como Engels coloca, “só a grande indústria desenvolve, de uma parte, os conflitos que transformam numa necessidade imperiosa a subversão do modo de produção e eliminação de seu caráter

capitalista” (ENGELS, 2008 [1880], p. 59). Como ainda não se reconhecia como tal, a organização da classe operária era, então, incipiente e incapaz de ação política. Por isso o protesto, como diz Hobsbawm, era ainda um protesto mudo. Depois de 1848 a situação modificou-se, ficando claro a existência de uma classe explorada, assim como a sua necessidade urgente de organização. O socialismo utópico desaparece, e as novas correntes ideológicas que se desenvolvem tinham agora um panorama bem diferenciado quando comparado com o dos utópicos, pois o antagonismo de classe estava agora explicitado.

Portanto, apesar de sua incompleta interpretação da realidade social, os utópicos são os primeiros a apontar as condições da classe trabalhadora. Nesse sentido, pretendiam contornar essas problemáticas, ou, como no caso de Fourier, desenvolver um novo sistema social, algo “vindo de fora, por meio de propaganda, e, sendo possível, mediante experiências que servissem de modelo” (ENGELS, 2008 [1880], p. 60).

Nesse sentido, apesar da dificuldade que Saint-Simon apresentava em distinguir os interesses entre as classes sociais, este insiste ao longo de toda a sua teoria em entender a “sorte da classe mais numerosa e mais pobre” (ENGELS, 2008 [1880], p. 63). É por isso que entende que a Revolução Francesa apresentava não só um conflito entre nobreza e burguesia, mas também com os “despossuídos”. Por isso, Engels defende que Saint-Simon já entende a importância da economia na política, mesmo que não apresente “em germe a ideia de que a situação econômica é a base das instituições políticas” (ENGELS, 2008 [1880], p. 63).

Fourier, por seu turno, apresenta uma astuta reflexão sobre as condições sociais existentes, nomeadamente entre as condições de miséria da classe trabalhadora e as condições de luxo e ostentação da classe burguesa. Nesse sentido, “põe a nu, impiedosamente, a miséria material e moral do mundo burguês” (ENGELS, 2008 [1880], p. 64), e desmente a sociedade da razão, onde o equilíbrio econômico possibilitaria a felicidade geral de toda uma civilização. Fourier vai ainda mais longe, e recorre à posição da mulher na sociedade burguesa como barômetro da emancipação geral. Todo esse afastamento de Fourier do racionalismo e do lucro iluminado permite-lhe entender os estágios da Humanidade também como transitórios, elaborando a sua teoria assente na divisão desses estágios em selvagemismo, barbárie, patriarcado e civilização.

Ora, entender a civilização como transitória, num momento em que o novo modo de produção estava apenas a começar a se desenhar, revela um entendimento avançado para a época.

Apesar da Revolução Industrial ter ocorrido há pouco mais de meio século, Fourier já denotava na sociedade todas as suas implicações sociais. O êxodo rural para as cidades, que cresciam no maior desordenamento imaginável; uma população arrancada de suas raízes; a imposição crescente do trabalho; a superexploração de mulheres e crianças, todas estas problemáticas sociais sobre as quais assentava o desenvolvimento do capitalismo, situações tão bem explicitadas por Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, são todas elas consideradas na teoria de Fourier.

Owen, que vinha precisamente do lugar onde o capitalismo se encontrava mais desenvolvido e onde a classe trabalhadora já tinha assumido a sua condição clássica (ENGELS, 1975 [1845], p. 27), desenvolve uma teoria de “colônia-modelo”, onde se possibilitaria aos mais desmoralizados e despossuídos condições de vida dignas, educação, creches, etc. Na New Lanark, reduziu a jornada de trabalho e contornou a crise do setor algodoeiro, mantendo os salários. Assim, como Engels defende, Owen pretendia colocar ordem no caos (ENGELS, 2008 [1880], p. 68).

No entanto, no desenvolvimento do seu processo, Owen fica insatisfeito com a sua própria proposta ao entender que o lucro da New Lanark fazia daqueles homens seus escravos, e que, portanto, daquela forma não se caminharia para a emancipação humana. Segundo Engels, Owen entendia a relação entre o papel do desenvolvimento da maquinaria na composição do lucro e a imposição do trabalho, entendendo também que ao mesmo tempo eram lançadas as bases para a reconstrução social (ENGELS, 2008 [1880], p. 71). A partir daí se desenvolve mais profundamente o comunismo owenista, ao mesmo tempo que as suas propostas vão ficando mais ousadas e que vai abandonando a visão mais reformadora inicialmente apoiada pela burguesia.

Enquanto se limitara a atuar só como filantropo, não colhera senão riquezas, aplausos, honra e fama. [...] Não só os homens de sua classe e posição social, mas também os governantes e os príncipes o escutavam e o aprovavam. No momento, porém, em que formulou suas teorias comunistas, virou-se a página (ENGELS, 2008 [1880], p. 72).

Contudo, pelas condicionantes levantadas, apesar de serem o início de um pensamento crítico, as condições dadas não permitiam ainda aos socialistas utópicos entenderem e se debruçarem sobre o antagonismo de classe, que só mais tarde se viria a consolidar. Contudo, esta é uma característica apontada à teoria dos socialistas utópicos pelo contexto histórico em que escrevem suas teorias, sendo que depois de 1848, a luta de classes toma relevo no campo

internacional. Assim, estes autores apresentam como traço comum o fato de não representarem os interesses do proletariado, o que os conduzia não a proporem a emancipação da classe trabalhadora num primeiro momento mas, sim, de toda a Humanidade de supetão. Pretendem instaurar a verdade e a justiça eterna, para a qual bastava a revelação do homem genial. Assim,

Para todos eles, o socialismo é expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça, e é bastante revelá-lo para, graças à sua virtude, conquistar o mundo. E, como a verdade absoluta não está sujeita a condições de espaço e de tempo nem ao desenvolvimento histórico da Humanidade, só o acaso pode decidir quando e onde essa descoberta de revelará (ENGELS, 2008 [1880], p. 74).

O materialismo histórico vinha, então, situar a teoria socialista no terreno da realidade.

2.2. O sistema de trocas igualitárias e a associação pela participação nos lucros

A concepção materialista da História partia, então, do princípio de que a produção, e com ela a troca, são a base da ordem social vigente, isto é, a capitalista. Assim, a divisão da sociedade em classes sociais é determinada pelo que a sociedade produz e como produz, e pelo modo de trocar esses produtos (ENGELS, 2008 [1880], p. 91). O que caracterizava, então, este modo de produção era a forma como a burguesia concentrou e desenvolveu esses meios de produção. Se por um lado a produção se encontrava cada vez mais socializada, pois com passagem do feudalismo ao capitalismo se havia extinguido a produção individual, por outro lado a apropriação se encontrava cada vez mais individualizada. O motivo se encontra na nova forma que a propriedade dos meios de produção assumia, sob a qual se desenvolve um antagonismo crescente entre as classes possuidoras e as despossuídas, tradução da incompatibilidade existente entre produção social e apropriação capitalista. Assim, a produção capitalista tem suas leis gerais sobre as quais se desenvolvem todas as outras. Neste sentido, tanto a troca como a concorrência aparecem como elementos secundários que obedecem à lei geral.

A promoção das práticas cooperativistas pelo viés do consumo/troca, como acontece na teoria de Proudhon, mas também de Bernstein, é criticada, então, pela visão materialista histórica, precisamente por se encontrar desvinculada da reestruturação social que a Revolução Industrial havia trazido. Esta proposta não atenta à evolução histórica do modo de produção na passagem do feudalismo para o capitalismo, pois ainda se situa na lógica dos pequenos mercados, ignorando, portanto, a modificação quanto ao modo de produção capitalista na Grande Indústria.

A abordagem materialista da História permite-nos entender que o valor de uso não mais se encontra com o valor de troca, como entendia Proudhon, precisamente por se caracterizar por uma produção necessariamente sempre crescente, onde é a oferta que pressiona a demanda. No caso de Bernstein, verifica-se que entendia que as contradições que as cooperativas de produção encontram ao operar no sistema capitalista,¹⁷ não ocorrem com as cooperativas de consumo. Ora, este pensamento é completamente contrário ao de Marx, onde, como dito, o modo de produção é central. A troca, como colocado pelas conclusões a que o método materialista histórico nos conduz, obedece a uma lei mais geral, a da propriedade privada dos meios de produção, que caracteriza a forma de organização da economia no sistema capitalista. Desse modo, a distribuição dos produtos depende da distribuição dos meios de produção. Assim, a promoção de cooperativas de consumo, em detrimento das cooperativas de produção, despreza os elementos antagônicos que a troca carrega.

Em geral, a forma de troca dos produtos corresponde à forma da produção. Se se modifica esta última, a primeira, em consequência, será modificada. Por isto, vemos na história da sociedade, o modo de troca dos produtos ser regulado pelo modo de sua produção. A troca individual corresponde, ela também, a um modo de produção determinado que, por sua vez, responde ao antagonismo entre as classes. Não há troca individual, pois, sem o antagonismo entre as classes (MARX, 1985 [1847], p. 79).

Para além disso, confinar as cooperativas de produção a meros anexos das cooperativas de consumo, é confinar estas práticas sempre à margem do modo de produção. É aceitar, *a priori*, que estas sempre se dedicarão à pequena produção e que, portanto, os setores estratégicos continuam, inviolavelmente, nas mãos dos grandes capitalistas. Por isso, este caminho para o socialismo através das cooperativas de consumo reduz a luta socialista a uma luta contra o capital comercial, um pequeno ramo do tronco capitalista (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 83).

Assim, defender o sistema de trocas ou as cooperativas de consumo como um caminho progressivo para o socialismo apresenta-se irrisório à luz do materialismo histórico. Como diz Marx, alterar-se a forma de troca dos produtos sem alterar o seu modo de produção não anula o antagonismo entre as classes. É, portanto, falso acreditar que mantendo a propriedade

¹⁷ Como colocado no capítulo segundo, Bernstein entendia que o aumento da dimensão das cooperativas de produção era inimigo dos princípios cooperativistas, como a igualdade de rendimentos, visto que com o crescimento da cooperativa a tendência era para que as funções se distinguissem cada vez mais, assim como as respectivas remunerações. No caso das cooperativas de consumo, por tratarem de um interesse mais geral, as contradições seriam atenuadas.

privada dos meios de produção, e através da promoção das cooperativas de consumo, se constrói o caminho para uma sociedade igualitária.

Por outro lado, Bray, autor em que Marx julga que Proudhon assenta a sua teoria, entende que para este sistema triunfar é necessário aquilo que chama de *termo social preparatório*. Esse termo misto deveria conter características do atual sistema, mas também já conter algo do novo sistema comunitário. Esse *termo social preparatório* personifica-se, em Proudhon, na sociedade por ações, onde todos os membros seriam donos dos meios de produção, e o rendimento da troca individual dos produtos resultaria do trabalho de cada um.

Nosso novo sistema de sociedade por ações, que não passa de uma concessão à sociedade atual para chegar ao comunismo e que se estabelece de forma a permitir a coexistência da propriedade individual dos produtos com a propriedade em comum das forças produtivas subordina a sorte de cada indivíduo à sua própria atividade e lhe concede uma parte igual em todas as vantagens propiciadas pela natureza e pelo progresso das artes. Por isto, este sistema pode aplicar-se à sociedade tal como existe e prepará-la para ulteriores transformações (BRAY *apud* MARX, 1985 [1847], p. 77).

Com a propriedade coletiva dos meios de produção, o valor dos produtos passa agora a reger-se pelo valor do trabalho. Contudo, como aponta Marx, a troca de quantidades iguais de horas de trabalho só é possível se se convencionar previamente o número de horas necessário para a produção geral (pois nem todos têm a mesma disponibilidade de trabalho). No entanto, isso inviabiliza a troca individual, no sentido em que esta se efetua não por produtos mas, sim, por trabalhos que concorrem para a produção (MARX, 1985 [1847], p. 79). Ou seja, há uma contradição entre a socialização dos meios de produção e a manutenção da distribuição privada dos produtos. Como colocado, a troca depende do modo de produção. Assim, a socialização dos meios de produção implica também uma socialização dos meios de distribuição. Caso contrário, se mantém a “superprodução, depreciação, excesso de trabalho, seguido de inatividade” (MARX, 1985 [1847], p. 78), se mantém, enfim, as mesmas relações econômicas.

Ou seja, existe uma relação entre a produção e troca que se identifica ao longo da História consoante as diferentes formas de organizar a economia. Pelo método materialista histórico entende-se que a troca depende de uma lei mais geral, que remete à produção, e, conseqüentemente à propriedade privada dos meios de produção. Precisamente por isso, elas assumem uma relação que nos diz que a produção determina a troca. Por isso, é contraditório um

sistema trocas igualitárias com os meios de produção monopolizados, como também o é a troca individualizada com os meios de produção coletivizados.

Também Bernstein, mais tarde, promove a sociedade por ações, embora não propriamente pela associação como forma de coletivizar os meios necessários à produção, mas pela abertura dos capitais das empresas capitalistas a seus trabalhadores. O autor entendia a produção cada vez mais socializada, não em relação a uma apropriação cada vez mais individualizada, mas, pelo contrário, em relação a uma pressão e tendência para a democratização do capital. Esta interpretação se baseia no fato de Bernstein negar o materialismo histórico, argumentando que suas premissas não se verificaram, nomeadamente a concentração de capital.

Bernstein, ao negar a determinação que o modo de produção tem, historicamente, sobre a forma de organização da sociedade, não considera em sua teoria os diferenciados rendimentos dos meios de produção. Ignora o caráter cumulativo que os rendimentos do capital lhe conferem; ao mesmo tempo que, ao negar a mais-valia, ignora o processo pelo qual se dão os rendimentos do trabalho. Resumindo Bernstein explicita uma relação entre capital e trabalho completamente diferente da existente.

Acredita que a abertura de capital aos trabalhadores representa uma democratização do capital. Ora, abertura voluntária do capital pelos capitalistas não ocorreria se isso colocasse em cheque a sua supremacia, nem se isso não fosse vantajoso para o lucro da empresa. Reconhece-se, aliás como prática bem contemporânea, a abertura do capital ao trabalhadores, muitas vezes, inclusivamente parte do salário é pago em ações da empresa, como forma de levar o trabalhador a encarar a empresa como sua, pois um trabalhador motivado apresenta-se bem mais eficiente do que um desmotivado.

Está fora de dúvida que a participação nos lucros tem uma função de integração da classe operária no sistema capitalista. [...] quanto maior o número de ações, mais livre fica o campo para as minorias organizadas, as quais, a partir daí, exploram não somente o trabalho, mas também o capital dos pequenos acionistas. [...] um habilidoso agravamento da exploração e auto-alienação (GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 22).

Assim, tal como Marx descreve n'*Os Manuscritos Econômico-Filosóficos*, pequenos capitais não colocam em risco os grandes capitais. Os ganhos de capital são, como dito, proporcionalmente maiores consoante a sua grandeza. Pela sua proporção, a abertura de capital

aos seus trabalhadores nunca alcançará os mesmos ganhos que os do grande capital, logo, a concentração de capital não será, assim, afetada. Ao mesmo tempo, a abertura de capital também não interfere com o assalariamento. Portanto, o capitalista continuará retirando mais-valia do trabalhador, isto é, continuará se beneficiando com parte do seu trabalho que não lhe é pago. E que, para além disso, quanto mais aumenta a concentração de capital, maior é a pressão para a diminuição dos salários. Deste modo, a abertura de capital não anula o antagonismo crescente entre as classes, pelo contrário. A teoria de Bernstein apresenta uma interpretação limitada da relação entre capital e trabalho, e portanto a sua promoção da associação pela abertura de capital afasta a discussão do papel das práticas associativas da luta de classes.

Se Proudhon é considerado por Marx como o primeiro reformador, Bernstein viria a ser uma das principais figuras do reformismo. Curiosamente, se encontram, então, na teoria de ambos semelhanças entre os seus elementos cooperativistas.

2.3. O cooperativismo de Estado

Após as insurreições de 1848, a classe trabalhadora apresentava-se, então, consolidada, no sentido de que o antagonismo de classe havia atingido níveis que transpareciam os seus interesses comuns. Contudo, essas revoluções prematuras revelavam a carência de organização e estratégia do movimento socialista. O crescimento econômico que a Grande Expansão proporcionou, pelo desenvolvimento de todos os setores envolvidos na construção dos caminhos de ferro, vinha trazer tempos de maior estabilidade, dados os altos índices de emprego que apagavam a agitação social anterior. É nesse sentido que Marx entendia não estarem reunidos os elementos necessários para a revolução. No seu entendimento, a tarefa do momento era a organização dos trabalhadores em movimentos independentes.

Neste seguimento, desenvolve-se o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) que se propunha a organização a classe trabalhadora em torno do partido. Mas enquanto Marx entendia necessária a organização dos trabalhadores para uma posterior insurreição popular que tornasse possível a tomada e permanência no poder, o SPD propunha-se disputar, por sufrágio universal, o poder de Estado. Assim, ao invés de se propor à derrubada das instituições do Estado capitalista, a social-democracia defendia a construção do socialismo pelas suas veias internas.

O Estado capitalista, para Marx, apresenta-se como um instrumento a favor das classes dominantes, e é, nesse sentido, que as instituições por ele desenvolvidas têm como função a manutenção da propriedade privada. Pelo Programa de Gotha, se acreditava que progressivamente, pela maior representatividade dos interesses dos trabalhadores na arena parlamentar, se caminharia para o socialismo. Contudo, o método materialista histórico havia permitido à teoria socialista avançar para o entendimento de que para transformar o sistema capitalista é necessário subverter as bases do seu modo de produção, mais especificamente era preciso abolir a propriedade privada dos meios de produção, sobre a qual assenta a divisão da sociedade em classes sociais. Mas a social-democracia, ao se afastar dessa centralidade da propriedade privada sobre a formulação das relações sociais, se afasta da luta de classes. O que implica, não apenas uma divergência na interpretação da realidade, mas, na verdade, uma finalidade diferente entre as correntes. Ao manter a propriedade privada, o SPD apresentava no Programa de Gotha não uma subversão do atual modo de organização da economia mas, sim, um aprimoramento do atual através da promoção de medidas que tinham como função ladear os conflitos dentro do sistema capitalista. Defendia-se agora uma repartição mais justa entre as classes, ao invés de sua abolição.

Se a teoria social-democrata se afasta de teoria marxista quanto à sua finalidade, i.e., quanto ao seu propósito, decorre daqui que o papel que o cooperativismo cumpre em cada teoria é, conseqüentemente, também ele diferenciado.

Estava contido no Programa de Gotha que o Estado social-democrata deveria criar e promover cooperativas de produção pela cedência de crédito ilimitado para o desenvolvimento de suas funções. Neste sentido, as cooperativas aparecem para a social-democracia como um instrumento para contornar as problemáticas sociais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. Através do financiamento estatal, o Estado deveria promover e preparar o terreno para as cooperativas atuarem, criando condições para a sua manutenção nos mercados, i.e., para a produção de produtos competitivos. Da sua generalização deveria nascer a organização social do trabalho.

Em primeiro momento, Marx identifica que o recurso às cooperativas como forma de solucionar a questão social já revela que a luta de classes, da qual deveriam surgir as cooperativas, é substituída por uma política de Estado. Deste modo, passa-se do entendimento da transitoriedade da forma de organização capitalista, para o seu aprimoramento. Ao invés de o

cooperativismo nascer como resultado de um antagonismo de classe que torna a subversão do modo de produção capitalista como uma imposição, ele aparece como uma forma de apaziguamento desses mesmos conflitos.

Posto isto, a teoria social-democrática retira do proletariado o seu papel como sujeito ativo do processo de transformação social. As práticas cooperativistas que conduziram à organização socialista do trabalho não partem de sua iniciativa mas, sim, de uma criação do Estado, concessão cedida à classe pela via da subvenção estatal. Apesar de estar contido no Programa de Gotha que essas cooperativas deviam se encontrar sobre total gestão de seus trabalhadores, Marx evidencia na sua *Crítica ao Programa de Gotha* a contradição que existe entre essa desejada autonomia e a decorrente dependência econômica face ao Estado.

Este *cooperativismo de Estado*, promovido agora por seus colegas de partido, representa, como aliás todo o Programa, um retrocesso na teoria socialista. No olhar de Marx, o cooperativismo para ter algum valor, deve partir da necessidade dos trabalhadores de subverter as atuais condições de produção (MARX, 2012 [1875], p. 41). Para isso, devem ser iniciativas provenientes da classe trabalhadora, e autônomas financeiramente quer do Estado quer da burguesia. Quando criadas pelo Estado, e através do crédito a elas concedidas, as cooperativas são promovidas a desenvolver condições de se manterem no mercado. Ou seja, são levadas a adquirir a lógica capitalista para que, com a ajuda da subvenção estatal, afirmem condições para a elaboração de produtos competitivos. Nesse sentido, o cooperativismo que deveria nascer da necessidade da classe para subverter a lógica de produção, ao ver a sua prática cooptada pelo Estado, se afasta da luta de classes, sendo um instrumento ao serviço do aprimoramento do sistema capitalista.

Encontra-se então em Bernstein o desenvolvimento do pensamento social-democrata iniciado no Programa de Gotha. Entendo, no entanto, que ao longo de seu trajeto, esta ideologia vai cada vez mais se afastando da luta de classes. Em Bernstein, a negação do materialismo histórico leva-o inclusivamente, a entender que a pressão para a socialização da produção revela a diluição do antagonismo de classe. Em Marx e Engels, por outro lado, se entende que a socialização da produção tem sido acompanhada de uma apropriação cada vez mais individualizada, o que faz o antagonismo de classe se traduza numa espiral decrescente (ENGELS, 2008 [1880]). Mas Bernstein aponta ao método materialista histórico a dogmatização daquilo que não passam de tendências. Por isso, entende que a acumulação de capital não se

verificou, e que com as melhorias da classe trabalhadora, tende a existir uma convergência entre os interesses das classes, e não o contrário.

Entendia, então, que o desenvolvimento capitalista trazia consigo o desenvolvimento da própria democracia. Assim, através do sufrágio universal os interesses dos trabalhadores passavam a estar cada vez mais representados na arena parlamentar, o que tornava não só desnecessária como perturbante a tomada do poder. Nesse sentido, era função do Partido Social-Democrata a construção do socialismo por dois meios, os sindicatos e as cooperativas.

Contudo, Rosa Luxemburgo se opunha a esta construção progressiva do socialismo e demonstrava, como por dentro do capitalismo, as cooperativas se apresentavam como um ser híbrido, que não conduzia ao socialismo (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 80). Mesmo com a produção socializada, as cooperativas precisam escoar os seus produtos para sobreviverem. Mas, para escoarem os seus produtos, necessitavam de produzir a preços de mercado. Apesar de Bernstein ter entendido esta contradição, ele atribuía ao crédito a função de solucionar esta problemática. A renúncia do materialismo histórico não lhe permitia entender que esta contradição se prendia com implicações mais profundas, i.e. que a contradição entre produção socializada e troca capitalista se prende com a manutenção da propriedade privada dos meios de produção.

Para produzir a preços competitivos, a cooperativa de produção precisa praticar no seu seio todos o métodos de uma empresa capitalista vulgar, como “intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou atirá-la à rua” (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 81). Resulta daqui que os trabalhadores cooperados se encontram perante uma contradição evidente, a de necessitarem de desempenhar entre si a função de patrão capitalista. Assente na teoria marxista, Rosa Luxemburgo coloca o fato de que dentro do sistema capitalista, o antagonismo é superado pela cooperativa apenas de forma incompleta, sendo que ao se tornarem patrões de si próprios o antagonismo de classe apenas assume outra forma. Bernstein, por seu turno, ao entender as cooperativas como um meio para a construção do socialismo, entende que esta contradição deriva da ausência de disciplina ao invés de entender que ela resulta do fato dos trabalhadores serem compelidos a impor sobre si próprios o “regime absoluto natural do capital” (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 81).

Para Bernstein, essa contradição é contornada se as cooperativas de produção se associarem às cooperativas de consumo, a através delas conseguirem uma forma privilegiada de escoar os seus produtos.

Resulta daí que, só contornando a contradição que oculta em si mesma, entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se assim artificialmente as leis da livre concorrência, pode a cooperativa de produção assegurar sua existência no seio da economia capitalista (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 82).

Ou seja, Bernstein já previa que as cooperativas de produção estavam condenadas a fracassar, por isso defendia a sua junção com as cooperativas de consumo. Mas, como levanta Rosa Luxemburgo, desse modo as condições de existência das cooperativas de produção passam a depender das condições de existência das cooperativas de consumo. Passam a restringir-se a mercados pequenos, locais e insignificantes, completamente afastadas dos setores estratégicos de produção. A promoção deste cooperativismo se desprende da luta entre capital e trabalho, e as cooperativas passam a ser instrumentos de redução do lucro capitalista pelo viés comercial. A promoção das práticas cooperativistas centralizadas na troca em Bernstein resulta da incompreensão de que a distribuição dos produtos decorre segundo a mesma lógica da sua produção (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 86). Desse modo, as cooperativas de consumo promovidas por Bernstein não conduziam ao socialismo, reduzem-se, sim, a uma outra finalidade – ao aprimoramento do sistema capitalista. Portanto, o princípio do cooperativismo em Bernstein “aparece como concessão da sua teoria burguesa” (LUXEMBURGO, 2003 [1900], p. 79).

Este cooperativismo de Estado, que estabelece como princípio a subvenção estatal, ao se restringir às cooperativas de consumo isola, como dito, as cooperativas dos setores estratégicos de produção. Assim, elas não nascem mais da necessidade imperativa de subverter a lógica de produção capitalista. Restringindo-as a setores insignificantes, ao mesmo tempo que promovendo, com crédito, a sua inserção no mercado, as cooperativas aparecem para o Estado como um instrumento de contorno das problemáticas sociais. Dessa forma, o cooperativismo de Estado apresenta-se como uma forma de neutralizar o antagonismo de classe, mas não só. Através do crédito, o Estado promove também estas pequenas cooperativas, sem grande poder competitivo, que acabarão por ser funcionais ao capital (MENEZES, 2007).

O cooperativismo é um movimento que só tem valor se partir da iniciativa da classe trabalhadora, decorrendo da imposição que o antagonismo de classes coloca de subverter o modo

de produção capitalista. Ao partir do Estado, ele se afasta da luta política. Não se coloca mais no plano de oposição à relação entre capital e trabalho, tendendo a vir a ser, inclusivamente, funcional ao próprio capital. Por isso, defendo que o cooperativismo de Estado é uma forma de cooptação de uma prática, que neutraliza o antagonismo de classe pela inserção destes cooperados na lógica capitalista, e que daí retira vantagens que em algum momento se apresentam positivas no processo de produção capitalista.¹⁸

2.4. As comunidades autogeridas de Bakunin

Como colocado, também Bakunin se vai demarcar da social-democracia alemã, assim como do contido no Programa de Gotha quanto às cooperativas. Este autor defende a organização decorrente da espontaneidade do “povo”, que deve, portanto, provir de baixo para cima, “por meio de associações autônomas e inteiramente livres e fora da tutela oficial” (BAKUNIN, 2003 [1873], p. 168).

Por concordar com a crítica de Marx a Proudhon, de que as instituições desenvolvidas pelo Estado (capitalista) carregam o fato econômico como precedente, Bakunin se afasta também da proposta da social-democracia de se propor a disputar o poder pelo sufrágio universal. Contudo, Bakunin não distingue o Estado social-democrata, constituído no programa de Gotha, da ditadura do proletariado colocada pela teoria marxista. Considera que todos eles são apenas inimigos dos governos existentes e não do Estado, por isso argumenta que o Programa de Gotha é a expressão prática, por Lassalle, das ideias de Marx.

Marx defende que a ditadura do proletariado se justifica enquanto não for eliminada a base econômica da existência das classes sociais, i.e. enquanto o próprio proletariado ainda se constituir como classe. Existe então uma diferença determinante entre o Estado capitalista e o Estado socialista. Enquanto o Estado capitalista, ao estilo social-democrata, não resulta de uma revolta das massas, o que o faz portanto coadjuvante da ordem, o Estado socialista resulta duma

¹⁸ Entendo que muitas vezes as cooperativas são uma saída para as grandes empresas, quando estas precisam de reduzir os seus custos. Para manter as suas margens de lucro, diminuem o número de trabalhadores e terceirizam parte da sua produção para estas cooperativas. Desta forma, os seus custos são menores, pois não têm mais que pagar direitos laborais aos trabalhadores, ou pelo menos os mesmos direitos laborais. Muitas vezes estas cooperativas são financiadas pelo Estado, que assim de forma indireta, promove a exploração de uma classe face à outra, e a consequente acumulação de capital. Entende-se, portanto, que o cooperativismo de Estado não se constituiu como um meio face ao socialismo, precisamente porque não se propõe a subverter a relação entre capital e trabalho. Acredita-se que esse foi o cooperativismo que prevaleceu no século XX, a par com a hegemonia da ideologia social-democrata. Esse é um tema que se pretende aprofundar em trabalhos futuros, não sendo portanto o foco do presente.

insurreição da classe organizada e consciente do antagonismo entre as classes e que tem, portanto, como ponto de partida a supressão da propriedade privada dos meios de produção. Assim sendo, as bases econômicas do Estado socialista não são as mesmas das do Estado capitalista. Por isso, a eleição dos líderes socialistas é também ela distinta do sufrágio universal que Lassalle pretende disputar e validar com base na ordem jurídica capitalista. Quando Marx fala de um governo constituído pelos trabalhadores, ele não o prevê no sentido político atual, e essa é a insuficiência de Bakunin, a seus olhos. “O caráter da eleição não depende desse nome, mas das bases econômicas” (MARX, 2012 [1875], p. 114).

Esta divergência será determinante para entender as críticas, também elas divergentes, pelas quais cada um dos autores interpreta o crédito ilimitado às cooperativas da social-democracia alemã. Se Marx se coloca contra essa ideia, por entender, que dentro do modo de produção capitalista, ou seja dadas as condições econômicas atuais, as cooperativas devem ser autônomas do Estado capitalista; Bakunin, por sua vez, entende que essa proposta é um reflexo da presença das ideias de Max no referido Programa.

A social-democracia alemã entendia que ao conceder crédito ilimitado às cooperativas para que estas estejam em condições de competir com o capital burguês, estas teriam, então, condições para se generalizar e conduzir, posteriormente, à transformação da sociedade. Para Bakunin esta proposta se aproxima da de Marx, quando este defende que o primeiro passo da revolução seria concentrar nas mãos do Estado proletário todos os meios de produção. Contudo, Marx entende que a ditadura do proletariado é necessária para subverter as condições econômicas. Assim, a propriedade necessita, num primeiro momento, de ser coletivizada. Bakunin, por outro lado, contrário ao Estado socialista, entende que o modo de organização da vida depende da dinâmica do momento e, que por isso, a coletivização da propriedade privada deve dar-se espontaneamente consoante as necessidades das comunidades no momento. Nesse caso, “a vontade, e não as condições econômicas, é a base de sua revolução social” (MARX, 2012 [1875], p. 113). Bakunin deixa em aberto como julga que as comunidades autogeridas conseguiriam impedir a reversão da revolução social, sendo que não é explicada em sua teoria como se dará a modificação das bases econômicas.

A questão é, portanto, que Bakunin ao não nos indicar em sua teoria como essa coletivização seria gerida, nem como seria mantida, parece acreditar que a autogestão pelas

comunidades é garantia de subversão da forma anterior de organização da propriedade privada. Mas como Bakunin pode acreditar que o novo modo de organização, sem subverter a lógica anterior, consiga superar a reprodução do velho? Como coloca Mészáros, “postular uma propriedade comunal homogênea como superação das relações de propriedade capitalistas alienantes é a-histórico” (MÉSZÁROS, 2009 [1970], p. 140).

Acontece que a distinção que Bakunin faz entre revolução política e revolução social o leva a desvalorizar o caráter político que a transcendência positiva do sistema capitalista coloca como imposição. “Numa sociedade alienada não existem agentes sociais que possam efetivamente restringir e muito menos superar, a alienação” (MÉSZÁROS, 2009 [1970], p. 147). Deste modo, se Bakunin se encontra com Marx quanto à importância que o modo de organização da economia impõe à organização social, como é o caso da sua concordância à crítica a Proudhon; falta, por outro lado, a Bakunin, o entendimento de que o econômico é também político, e que, portanto, para a sua superação as duas coisas estão intimamente ligadas. Assim, se a propriedade privada está na base do trabalho alienado, uma das funções do Estado socialista é a promoção de políticas que promovam a sua própria anulação; i.e. é função do Estado socialista anular a propriedade privada e com ela o trabalho alienado. Deste modo, o sentido político do Estado socialista é completamente diferenciado pelas bases econômicas que agora se apresentam. Apenas com a eliminação da propriedade privada se liberta o Homem da imposição do trabalho que o aliena, e que o conduz à reprodução do modo de produção anterior. Nas comunidades autogeridas de Bakunin, a efetividade dessa superação, como diz Marx, depende da vontade, e não das condições econômicas. Assim, em Bakunin a garantia do processo de transcendência positiva do modo de produção capitalista depende da vontade das comunidades autogeridas.

JOANA CASAL BOM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo, de acordo com o método materialista histórico, que também o sistema capitalista é transitório e que o trabalho imposto, alienado e estranhado é, portanto, também ele passageiro. Desse modo, entendo também, pelo modo de produção capitalista, que a tendência não é a dos interesses entre as classes sociais convergirem mas, sim, de divergirem de forma crescente. O capital, como Marx demonstra n'*Os Manuscritos Econômico-Filosóficos*, apresenta como característica uma remuneração cada vez maior consoante a sua grandeza. Desse modo, a tendência é para o distanciamento entre as classes sociais, e com ela a agudização do antagonismo que coloca como uma necessidade histórica a subversão do modo de produção capitalista. O mesmo é dizer que para abolir as classes sociais é necessário a abolição da propriedade privada dos meios de produção.

Neste sentido, um cooperativismo que se apresenta como alternativa à ordem atual das coisas tem que estar comprometido com a transformação da relação entre capital e trabalho. Tem que ser, portanto, uma prática comprometida com a abolição da propriedade privada e das classes sociais. Com essa base, cheguei às seguintes considerações:

1. Os autores utópicos, a social-democracia alemã, Bakunin e Bernstein¹⁹ são teóricos que não partem de uma concepção materialista da História e por isso o cooperativismo é colocado por esses autores de perspectivas que não conduzem à transformação efetiva da atual forma de organização da sociedade. Em suas teorias encontra-se uma insuficiência quanto à subversão do modo de produção capitalista, e, por isso, também se encontra a ausência de entendimento de que, dentro da ordem capitalista, os esforços do cooperativismo são sempre ínfimos e de que sua generalização nunca poderá ser efetiva. Mudanças maiores são necessárias, i.e., a questão se coloca num âmbito mais alargado.

¹⁹ Embora Bernstein pudesse ter sido, inicialmente, materialista histórico, a verdade é que vai abandonando essa perspectiva, acabando, finalmente, por se declarar contrário a ela no seu livro *O socialismo evolucionário*.

2. Nesse sentido, a distinção entre os diferentes cooperativismos se apresenta útil para superar a ideia de que o cooperativismo é uma alternativa ao capitalismo. Sem a abolição da propriedade privada as cooperativas não apresentam nem condições de se manter e, portanto, muito menos de se generalizar de modo a subverter o atual modo de organização social. Para tal, o cooperativismo precisa se inscrever num âmbito maior, na luta de classes. Demarcado dessa dimensão política, o cooperativismo não tem valor algum, sendo que não conduz senão a ele próprio. As pequenas experiências cooperativas dentro do capitalismo ou tendem a crescer e a se tornar em meras empresas capitalistas ou são excluídas do mercado pela concorrência.
3. Portanto, para o cooperativismo ter valor necessita, como se disse, de se inscrever na luta de classes, o que é o mesmo que dizer que ele só tem valor quando nasce do antagonismo decorrente do modo de produção capitalista, quando nasce, portanto, por iniciativa da classe trabalhadora. Desse modo, cumpre um papel ao questionar a relação entre capital e trabalho. Quando, por outro lado, parte da iniciativa e da promoção do Estado, o cooperativismo ao invés de questionar essa relação, coaduna com a existente. Dessa forma, esse instrumento que surge da luta de classes, é cooptado pelo Estado pela ideologia social-democrata, primeiramente em Gotha, e reforçado em Bernstein. É, portanto, um cooperativismo que nasce de uma visão reformadora, e não transformadora, do capitalismo. Visão essa que se afasta da luta de classes e que afasta consigo o cooperativismo para passar a entendê-lo como um instrumento ao serviço do Estado para melhoria das classes. O cooperativismo de Estado é uma prática que visa inserir os trabalhadores excluídos no processo de produção capitalista. Por esta via, as cooperativas são muitas vezes encaradas pelos capitalistas como uma opção vantajosa. Os cooperados, normalmente com proteção social reduzida e um maior grau de insegurança quanto aos seus rendimentos, são encarados como uma interessante forma de terceirização da produção, que pode agora ver os seus custos reduzidos poupando nos direitos laborais. Nesse sentido, este tipo de cooperativismo se afasta por completo da visão colocada no início do ponto, pois desta forma institucionalizada ele chega, inclusivamente, a ser funcional ao capital.
4. Entendo também que o cooperativismo cumpre papéis distintos consoante o sistema político. Desse modo se entende que dentro do sistema capitalista o cooperativismo

apresenta-se como uma demonstração de que a) o desenvolvimento do capitalismo tornou o capitalista supérfluo à produção; b) o cooperativismo demonstra também que para se transformar os meios de produção esses não precisam estar monopolizados; c) nesse sentido, a prática do cooperativismo explicita a lei da mais-valia, pois realiza sua produção independente do capitalista, o que significa que os seus rendimentos não são salário/remuneração pela sua função na produção mas, sim, mais-valia, o mesmo é dizer salário não pago aos trabalhadores. No entanto, dentro do sistema capitalista, as cooperativas não têm como passar de uma simples demonstração à sua concretização, sendo que seus esforços serão sempre ínfimos para alcançar a sua generalização e que, por isso, lhes restam duas opções – ou tendem a crescer e, se beneficiando das suas economias de escala, se tornam empresas competitivas, se transformando em meras empresas capitalistas; ou sucumbem por não terem condições de se manter nos mercados.

5. As cooperativas não têm como transformar a produção capitalista em produção inteiramente socializada. Por outro lado, em meio a uma revolução socialista o cooperativismo aparece para Marx como um instrumento auxiliar. Neste contexto, o seu valor não é mais o de demonstrar a transitoriedade do sistema capitalista, pois é esse que se está alterando. Essa transitoriedade positiva implica um Estado socialista, que pós-revolução coletivize a propriedade. Aí, as bases econômicas sobre as quais se desenvolve este cooperativismo são agora diferenciadas. As contradições que decorriam do anterior estágio não mais se colocam, como, por exemplo, a concorrência. Nesse sentido, a Comuna de Paris, apesar de sua precocidade, aparece como um exemplo de uma situação que primeiramente colocava como premissa a abolição da propriedade privada e que, posteriormente, promovia o cooperativismo como nova forma de organização. Ou seja, o cooperativismo volta a estar ligado com o antagonismo de classe e é sua função que a sua forma de produção se oponha à anterior, que a relação capital trabalho seja subvertida e que o antagonismo de classe não seja mais fruto do modo de organizar a produção.

JOANA CASAL BOM

BIBLIOGRAFIA

- BAKUNIN, Michael (2003 [1873]). *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Editora Imaginário.
- BENEVIDES, Diva (1965). *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista. Suas modificações e sua utilidade*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- BERNARDO, João (2004). *Democracia Totalitária – Teoria e Prática da Empresa Soberana*. São Paulo: Cortez.
- BERNSTEIN, Eduard (1997 [1899]). *O socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOTTOMORE, Tom (1983). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CATTANI, A. D., LAVILLE, J. L., GAIGER, L. I., HESPANHA, P. (orgs.) (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.
- DELMONDES, Camila e CLAUDINO, Luciano (2009). *FLASKÔ: fábrica ocupada*. São Paulo: Cemop.
- ENGELS, Frederich (1975 [1845]). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Porto: Afrontamento.
- ENGELS, Frederich (1980 [1884]). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (6.^a ed.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- ENGELS, Frederich (2008 [1880]). *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (2.^a ed.). São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- GUILLERM e BOURDET (1976). *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GUTIERREZ ALVAREZ, José (1982). *Diccionario bibliográfico del socialismo*. Barcelona: Hacer.
- HADDAD, Fernando, CARNEIRO, Gilmar, ANTUNES, Ricardo, MAURO, Gilmar (2003). *Sindicatos, Cooperativas e Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- HESPANHA, Pedro e NAMORADO, Rui (orgs.) (2009). “Os desafios da economia solidária”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84. Disponível em <<http://rccs.revues.org/378>>, acessado em 12 de setembro de 2012.
- HOBBSAWM, Eric (1975). “Prólogo”, in Frederich ENGELS (1975 [1845]), *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 5-22.
- HOBBSAWM, Eric (1982 [1962]). *A era do Capital – 1848-1875* (3.^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBSAWM, Eric (1982 [1973]). *Revolucionários – Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- HOBBSAWM, Eric (1992 [1962]). *A era das Revoluções – 1789-1848* (4.^a ed.). Lisboa: Presença.
- KONDER, Leandro (1998). *Fourier, o socialismo de prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LAVILLE, J. L. (2004a). *Economía social y solidaria: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira.
- LAVILLE, J. L. (2004b). *Economia Solidária – Uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
- LOWY, Michel (2010). *Revoluções* (1.^a reimpressão). São Paulo: Edições Boitempo.
- LUXEMBURGO, Rosa (2003 [1900]). *Reforma ou Revolução* (3.^a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl (1864). *Mensagem Inaugural ao 1.º Congresso da Associação Geral dos Trabalhadores*. Disponível em <<http://primeiralinha.org/home/?p=11021>>, acessado em 26 de março de 2013.
- MARX, Karl (1985 [1847]). *A miséria da Filosofia*. São Paulo: Global Editora.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederich (1986 [1848]). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global Editora.
- MARX, Karl (2008 [1844]). *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2.^a reimpressão). São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl (2011 [1871]). *A guerra civil na França*. São Paulo: Edições Boitempo.
- MARX, Karl (2012 [1875]). *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Edições Boitempo.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederich (2010 [1846]). *A ideologia alemã* (1.^a reimpressão). São Paulo: Expressão Popular.
- MENEZES, M. T. (2007). *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma.
- MÉSZÁROS, Ístvan (2009 [1970]). *A alienação em Marx* (2.^a reimpressão). São Paulo: Boitempo.
- NAMORADO, Rui (1979). *Cooperativismo e Socialismo*. Coimbra: Centelha.
- NOVAES, Henrique (2011). *Retorno do caracol à sua concha*. São Paulo: Expressão Popular.
- OWEN, Robert (1816). *An address to the inhabitants of New Lanark*. Disponível em <http://www.infed.org/archives/e-texts/owen_new_lanark.htm>, acessado em setembro de 2012.
- OWEN, Robert (1817). *Report to the Committee of the Association for the Relief of the Manufacturing and Labouring Poor, referred to the Committee of the House of Commons on the Poor Laws*. March. Disponível em <<https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/368/368owenrptcom.html>>, acessado em setembro de 2012).
- RENAULT, Emmanuel (2010 [1967]). *Vocabulário de Karl Marx*. São Paulo: Martins Fontes.

SINGER, Paul (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

VÍDEOS CONSULTADOS

BERNARDO, João (2011). “Marx, Bakunin e a Comuna de Paris”, palestra na *Comemoração dos 140 anos da Comuna de Paris*, PUC-SP, 23-27 de maio de 2011. Vídeo disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=t7OVyuaboSc>>, acessado em outubro de 2012.

SINGER, Paul (2012a). *Entrevista cedida ao Programa Roda Viva*, 22 de abril de 2012. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=N15L_oVltAE>, acessado em Junho de 2013)

SINGER, Paul (2012b). *Aula cedida no âmbito do Curso para Gestores Públicos*, Grupo de análise de políticas de inovação, 27 de julho de 2012 (gravação disponível).